

Diagnóstico Social do Concelho de Santarém

Rede Social de Santarém

Ciente: Município de Santarém

Coordenação técnica:



Logframe – Consultoria e Formação, Lda

Elaborado por:

Paulo Teixeira e Susana Monteiro, Logframe – Consultoria e Formação, Lda
Conselho Local de Acção Social de Santarém

Dezembro de 2009

Prefácio

O Diagnóstico Social do concelho de Santarém que aqui apresentamos, pretende, de forma consciente, demonstrar a necessidade de mobilizar e sensibilizar toda a sociedade para a problemática da erradicação da pobreza e exclusão social, após recolha e diagnóstico das principais problemáticas que afectam este Concelho, graças ao empenho e trabalho desenvolvido pelos parceiros do CLAS – Conselho Local de Acção Social.

A apresentação deste documento de trabalho, tem como principal objectivo, a implementação de práticas articuladas entre as várias instituições, com vista à congregação de esforços no combate a estes fenómenos que afectam a sociedade Scalabitana.

Este documento, mais do que um instrumento de trabalho, pretende delinear estratégias, com vista ao combate dos problemas na sua raiz, sem esquecer a importância das parcerias como espaço de negociação para a tomada de decisões, tendo sempre presente a necessidade basilar de aproximação dos agentes locais e das populações.

Apesar da crise económica global que nos afecta, não vamos cruzar os braços!

O ser humano é capaz de ultrapassar as maiores vicissitudes! Não nos resignamos!

O desenvolvimento do espírito de união é fundamental para a promoção e desenvolvimento de parcerias indispensáveis ao bom funcionamento e eficácia na resolução dos problemas que afectam as populações!

A elaboração e utilização deste instrumento de trabalho são fundamentais para a continuidade desta caminhada. O caminho faz-se caminhando!

Os dados estão lançados, os principais problemas e necessidades das nossas populações estão identificados!

Cabe a cada um de nós, parceiros activos deste processo, congregar sinergias para darmos um passo decisivo na promoção do desenvolvimento sustentável do Concelho.

O Vereador da Acção Social da Câmara Municipal de Santarém

Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar (Dr.)

Índice Geral

Prefácio	<i>i</i>
Índice Geral	<i>ii</i>
Índice de quadros e gráficos	<i>iii</i>
Introdução	1
Enquadramento programático	2
Metodologia	12
Caracterização Sociodemográfica do Concelho de Santarém	15
Os principais problemas e necessidades em matéria de intervenção social	45
Crianças	46
Jovens	59
Educação	61
Formação	65
Emprego	67
Idosos	72
Deficiência	79
Imigração	84
Etnias	89
Toxicoddependência	90
Saúde Mental	94
Sem abrigo	96
Territorialização dos problemas e necessidades	97
Bibliografia	100
Anexos e Apêndices	101

Índice de quadros e gráficos

Quadro 1

Concelhos com o Programa da Rede Social implementado (2006)

Quadro 2

População Residente no Concelho de Santarém (1991 e 2001)

Quadro 3

Densidade Populacional por Freguesia (1991 e 2001)

Quadro 4

Densidade Populacional (2002 - 2007)

Quadro 5

Taxa de Crescimento Efectivo (2002 - 2007)

Quadro 6

Taxa de Crescimento Migratório (2002 - 2007)

Quadro 7

Taxa de Crescimento Natural (2002 - 2007)

Quadro 8

Relação de Masculinidade (2002 - 2007)

Quadro 9

Relação de Masculinidade da população com 65 e mais anos de idade (2002 - 2007)

Quadro 10

Idade média da população residente (1991 e 2001)

Quadro 11

Estrutura etária da população residente (2007)

Quadro 12

Índice de Envelhecimento (2002 - 2007)

Quadro 13

Índice de Dependência de Idosos (2002 - 2007)

Quadro 14

Índice de Longevidade (2002 - 2007)

Quadro 15

Índice de Dependência de Idosos por freguesia (2001)

Quadro 16

Taxa Bruta de Natalidade (2002 - 2007)

Quadro 17

Mulheres em idade fértil na população residente feminina (2002 - 2007)

Quadro 18

Taxa de Fecundidade Geral (2002 - 2007)

Quadro 19

Famílias clássicas por dimensão e freguesia (2001)

Quadro 20

Proporção das famílias clássicas unipessoais (2001)

Quadro 21

Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade por freguesia (1991 e 2001)

Quadro 22

Proporção de núcleos familiares monoparentais por freguesia (2001)

Quadro 23

Casamentos celebrados por forma de celebração (2000 - 2007)

Quadro 24

Taxa Bruta de Nupcialidade (2000 - 2007)

Quadro 25

Casamentos dissolvidos por causa de dissolução (2000 - 2006)

Quadro 26

Taxa Bruta de Divórcio (2000 - 2006)

Quadro 27

Taxa de analfabetismo por freguesia (1991 e 2001)

Quadro 28

Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória por freguesia (1991 e 2001)

Quadro 29

Proporção da população residente com ensino superior completo por freguesia (1991 e 2001)

Quadro 30

Taxa de Actividade da população residente por freguesia (2001)

Quadro 31

População empregada por actividade económica e por freguesia (2001)

Quadro 32

População empregada por sector de actividade e por freguesia (2001)

Quadro 33

População empregada por profissão e por freguesia (2001)

Quadro 34

Ganho médio mensal (2004 e 2005)

Quadro 35

Poder de Compra *per capita* (2002, 2004 e 2005)

Quadro 36

População residente com 14 ou menos anos por sexo (2007)

Quadro 37

Proporção da população residente com 14 ou menos anos por freguesia (1991 e 2001)

Quadro 38

Índice de Dependência de Jovens por freguesia (2001)

Quadro 39

Respostas educativas para a infância da rede pública (2009)

Quadro 40a)

Respostas sociais para a infância da rede privada com fins lucrativos (2009)

Quadro 40b)

Respostas sociais para a infância da rede solidária (2009)

Quadro 41

Sinalizadores das situações problemáticas na CPCJ (2008)

Quadro 42

Problemáticas sociais motivadoras da intervenção da CPCJ (2008)

Quadro 43

Medidas no âmbito dos processos instaurados e reabertos pela CPCJ (2008)

Quadro 44

Processos na CPCJ por freguesia (2008)

Quadro 45

População residente com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos por sexo (2007)

Quadro 46

População residente por qualificação académica (2001)

Quadro 47

Crianças e jovens em respostas educativas (2008/09)

Quadro 48

População empregada por actividade económica e por freguesia (2001)

Quadro 49

População empregada por sector de actividade e por freguesia (2001)

Quadro 50

População empregada por profissão e por freguesia (2001)

Quadro 51

Taxa de emprego por freguesia (2001)

Quadro 52

População residente com 65 e mais anos por sexo (2007)

Quadro 53

Relação de masculinidade da população residente com 65 e mais anos (2002 - 2007)

Quadro 54

Índices de envelhecimento, de dependência de idosos e de longevidade (2002 - 2007)

Quadro 55

Índice de dependência de idosos por freguesia (2001)

Quadro 56

Lugares em Lares de Idosos da rede privada com fins lucrativos (2009)

Quadro 57

Utentes em respostas sociais para idosos da rede solidária (2009)

Quadro 58

Grau de incapacidade atribuído à população residente com deficiência por freguesia (2001)

Quadro 59

Taxa de deficiência por freguesia (2001)

Quadro 60

Taxa de emprego da população residente com deficiência activa (2001)

Quadro 61

Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira por freguesia (1991 e 2001)

Quadro 62

Casamentos celebrados segundo a nacionalidade do cônjuge (2007 – 2000)

Quadro 63

População estrangeira que solicitou estatuto de residente por continente de origem e sexo (2006 – 2000)

Quadro 64

Relação de masculinidade dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente (2006 - 2002)

Quadro 65

Caracterização sociodemográfica dos beneficiários – temática Toxicodependência (2008)

Gráfico 1

Desemprego registado (2004 - 2009)

Gráfico 2

Desemprego registado segundo o sexo (2004 - 2009)

Gráfico 3

Desemprego registado segundo o tempo de inscrição (2004 - 2009)

Gráfico 4

Desemprego registado segundo o grupo etário (2004 - 2009)

Gráfico 5

Desemprego registado segundo o nível de escolaridade (2004 - 2009)

Gráfico 6

Processos instaurados pela CPCJ (2001 – 2008)

Gráfico 7

Evolução do número de processos por situação processual (1999 – 2008)

Gráfico 8

Distribuição dos processos na CPCJ por sexo (2008)

Gráfico 9

Total de processos instaurados/reabertos na CPCJ por grupo etário (2008)

Gráfico 10

Pensionistas no concelho de Santarém por tipo de pensão

Gráfico 11

Pensões pagas no concelho de Santarém pela Segurança Social

Introdução

O presente documento de diagnóstico social do concelho de Santarém resulta do trabalho de colaboração entre a Logframe – Consultoria e Formação, Lda e o Conselho Local de Acção Social de Santarém.

Sendo um documento que identifica uma diversidade significativa de problemáticas, nunca encerra um processo mas antes “abre” outros, este é um processo de diagnóstico que se pretende dinâmico e permanentemente aberto a novos *inputs*, embora este momento de registo seja importante.

O que temos neste Diagnóstico Social de Santarém, é o resultado dos contributos dos diversos actores locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um conjunto alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do CLAS (Conselho Local de Acção Social). A abordagem foi eminentemente participativa, valorizando a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos.

Sabendo que este é um processo sempre em construção e que nenhum documento ou procedimento é isento de falhas e sempre passível de ser melhorado, a verdade é que, o facto de tanto se ter procurado incluir a diversidade de visões da realidade, dá-nos o conforto de saber que tudo foi feito para conseguir uma leitura da realidade o mais fiel possível e um instrumento capaz de sustentar um planeamento eficaz para a intervenção social a curto e médio prazo no Concelho de Santarém.

Enquadramento programático

O Conceito de Rede na governança dos territórios locais

O conceito de rede, não sendo um termo novo no léxico político e científico, surgiu no final do século XX como um conceito bastante atractivo, quer para políticos quer para cientistas sociais (geógrafos, sociólogos, politólogos, economistas, entre outros).

De facto, vivemos numa fase de profunda alteração do papel do Estado e da própria Sociedade Civil e da forma como estes dois componentes do binómio Estado-Sociedade se relacionam entre si.

A emergência de redes inter-organizacionais de base local está profundamente associada a um conjunto de fenómenos sociais, dos quais se destacam o **declínio das capacidades do Estado**, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros, durante as últimas décadas do século XX. Aliado a esta realidade, surge ainda um **novο contexto demográfico**, de envelhecimento populacional e não reposição das gerações, o que acarreta em si mesmo implicações financeiras desconhecidas para o Estado, até então.

Também a **globalização**, enquanto processo e resultado, acarretou desafios claros aos Estados, apelando, mais uma vez, à sua capacidade de adaptação a novos contextos externos, fortemente voláteis e incertos. Os instrumentos tradicionais de gestão e controlo parecem apresentar dificuldades evidentes de ajuste a este novo contexto, onde o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelas Tecnologias de Informação (TI), pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados únicos, pela abertura de fronteiras, etc.

Paralelamente a estes fenómenos outros irromperam, designadamente:

- A crescente preocupação com as questões ambientais e que teve como consequência o aumento da pressão sobre o Estado no sentido de demonstrar o impacte ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projectos implementados (sobretudo os projectos de investimento);
- As mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas mais interactivas e de novos métodos de prestação de serviços (como por exemplo o governo electrónico);
- O crescente poder dos *media*, traduzido em novas formas de escrutínio e validação de políticas públicas e novas formas de mobilização social;
- As percepções mais exigentes sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (pobreza infantil, violência doméstica, processos de envelhecimento, direitos das pessoas com mobilidade, orientação e comunicação condicionadas, etc.);

- A perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social e a mudança de significado e de forma das instituições até então centrais na Sociedade como a família e a classe social;
- A insistência na necessidade de novos níveis de *accountability* (obrigação de responder pelas acções e resultados correspondentes) e transparência públicas;
- A mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos já mencionados processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação.

Os desafios surgem também ao nível da **crescente complexidade dos fenómenos sociais**, o que exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação. Na fase de desenvolvimento societal imediatamente anterior, o Estado estava essencialmente preocupado com questões associadas à distribuição e redistribuição; actualmente, vê-se forçado a debater outro tipo de assuntos, ditos “pós-materiais”, dos quais são exemplo a protecção da natureza, a eficiência energética, a igualdade de oportunidades ou a temática da multiculturalidade, para os quais necessita de contratuar conhecimento externo sendo, mais uma vez, forçado a intensificar as suas relações com os sectores privado e social.

Da conjugação de todos estes factores resulta uma clara necessidade de novas ideias sobre o envolvimento da Sociedade e do sector privado nos processos de governação. A resposta a esta necessidade tem-se traduzido numa mudança das relações entre estes actores e o Estado, no crescimento de instrumentos políticos menos coercivos, numa maior articulação de interesses colectivos e na coordenação de novos actores sociais (contexto multi-*stakeholder*).

A necessidade de novas formas de governança pública advém, ainda, de um outro conjunto de factores, estes marcadamente políticos e cuja importância e complexidade justifica que sejam mencionados isoladamente nesta reflexão: a crítica ao modelo de governança baseado numa democracia representativa. Esta crítica assenta em diversas variáveis, designadamente:

- Dimensão e conseqüente peso, inércia e ineficiência de muitas das estruturas da democracia representativa;
- Afastamento das estruturas dos cidadãos que representam e servem, motivado, em grande parte, pelas suas dimensões que, para alguns críticos, são insustentáveis. Neste contexto, argumenta-se que os cidadãos encontram claras dificuldades em influenciar as políticas ou colocar determinados assuntos na agenda. Aliada a esta dificuldade, surge um sentimento de não-representatividade, ou seja, os cidadãos tendem a não se rever nas soluções políticas propostas por aqueles que elegeram.

Resultante dos problemas gerados no seio do sistema representativo, emergem três grandes mudanças no poder político e que marcam, também elas, indelevelmente os novos modelos de governança pública. Por um lado, tem-se assistido a uma significativa delegação de competências e responsabilidades da Administração Central para a Administração Local, tornando esta última potencialmente mais atractiva para outros *stakeholders* da Sociedade Civil;

por outro lado, tem-se assistido a uma transferência de diversos poderes nacionais para organizações supranacionais, das quais a União Europeia é o exemplo mais “próximo” de nós.

Por fim, uma última alteração, já não ao nível da transferência de competências no sentido vertical, mas no sentido horizontal, de dentro para fora, isto é, com organizações não estatais o que tem favorecido a emergência de um conjunto muito significativo de novas organizações da sociedade civil (ONG’s, IPSS’s, etc.) e de novos movimentos sociais. Todas estas transformações no poder político e na estrutura organizacional do Estado têm vindo a facilitar novos modelos de governança pública, dos quais as redes inter-organizacionais são exemplos paradigmáticos.

Estes processos de mutação social têm uma tradução directa nos processos de desenvolvimento local.

Os contextos locais assumem hoje um papel fundamental nos processos macro-económicos, na medida em que se apresentam como os locais onde os fluxos económicos se condensam, descodificam e intensificam e onde é possível associar actores e problemáticas.

De facto, o papel estratégico que os contextos locais desempenham no ambiente económico é indiscutível, afirmando-se cada vez mais como o lugar da globalização. No entanto, torna-se interessante verificar que a sua atractividade se centra cada vez menos em torno de questões materiais (disponibilização de infra-estruturas, equipamentos e outro tipo de recursos tangíveis). Aliás, o desenvolvimento económico das comunidades locais depende cada vez mais dos capitais institucional, social e humano da paisagem organizacional dessas comunidades (e a forma como elas se complementam e se articulam entre si) e cada vez menos das infra-estruturas e facilidades colocadas ao dispor dos agentes económicos. Esta mudança de enfoque é, ainda, corroborada pela forma como os governos locais entendem a gestão das suas instituições, apostando progressivamente numa abordagem de inovação (de descobrir e introduzir novas actividades) em detrimento da tradicional abordagem racionalista.

O desenvolvimento local depende, não apenas do desempenho económico-financeiro de uma comunidade, mas também da sua capacidade em manter elevados níveis de eficiência sem pôr em causa os seus sistemas ambiental e social, segundo uma perspectiva de sustentabilidade inter-geracional e de justiça social inter-classes. Estes sistemas encerram em si desafios importantes ao nível da biodiversidade, da redução da pegada ecológica de cada comunidade, da regeneração urbana em termos do edificado, dos transportes, da segurança de pessoas e bens, da multiculturalidade, da integração social das minorias, da igualdade de oportunidades, etc.

A gestão deste triângulo do desenvolvimento local (eficiência económica, sustentabilidade ambiental e coesão social) encerra em si desafios concretos ao sistema político local e às democracias representativas que o suportam, fazendo repensar a participação dos cidadãos (organizada em grupos ou a título individual) nos processos de tomada de decisão sobre os temas de interesse público.

Estes três pilares do desenvolvimento urbano representam toda a complexidade e dinâmica dos sistemas sociais contemporâneos e colocam a tónica na necessidade de repensar os modelos de governança urbana, entendida “... não só como o mero governo da cidade, mas como um sistema de relações entre instituições, organizações e indivíduos, que assegura as escolhas colectivas e a sua concretização.” (Ascher, 1998: 103), sistema este que facilite a criação de energia social e institucional bem como uma diferente gestão dos processos de exercício do poder local.

Todavia, estas mudanças de enfoque não exigem necessariamente que se pensem novas estruturas governativas. Exigem, acima de tudo, que se repensem as relações entre as já existentes e se reconheça a fragmentação do governo dos territórios locais. Esta ideia traduz a necessidade de uma tripla capacidade: 1) a de integrar e dar forma às autoridades locais na base da sua relação com a sociedade civil; 2) a de formular estratégias (planear) consertadas e co-responsabilizadas com o estado, outras cidades, outros níveis de governo e outros actores públicos e privados; 3) a de adoptar novos métodos que complementem e/ou potenciem os tradicionais mecanismos de acção, tomada de decisão e negociação, mais interactivos e flexíveis e menos coercivos.

Na nova governança dos territórios, as redes inter-organizacionais tendem a solucionar/minimizar os problemas de coordenação entre os elementos do trinómio, esbatendo fronteiras, optimizando recursos e, por essa via, contribuir activamente para a eficácia e eficiências das políticas públicas.

A mais-valia das redes inter-organizacionais é indiscutível. Não obstante, existem alguns limites ou, se quisermos, desafios que importam recensar. O primeiro diz respeito ao processo de adaptação, isto é, ao processo de integração de sistemas de poder e tomada de decisão tendencialmente horizontais em estruturas governativas tradicionalmente verticais e burocráticas. O segundo desafio prende-se com a capacidade institucional das próprias estruturas da Administração: se a tradicional autoridade hierárquica obteve os seus resultados no passado, actualmente, e tendo em conta a natureza transversal dos problemas aos quais os governos locais pretendem dar resposta, há que encontrar novas formas de gestão da coisa pública que garantam significativos níveis de eficácia e eficiência. Ou seja, existe um claro desafio de reforço da capacidade institucional dos governos locais que passa, entre outras estratégias, pela captação de recursos (tangíveis e simbólicos) exógenos à sua própria organização.

O conceito de capacidade institucional importa ser discutido não apenas à luz da estrutura administrativa, mas também à luz da paisagem organizacional de uma dada comunidade. De facto, quando se aborda o tema das redes inter-organizacionais, não se deve descurar a capacidade institucional instalada, bem como a capacidade para a acção dos diferentes actores sociais.

Decorrente do descrito, surge o desafio de capacitar, por via do *empowerment* institucional, as comunidades locais para a acção, para o pensamento estratégico e para a colaboração/cooperação entre si. Se é necessidade e objectivo encontrar novas formas de gerir as relações entre estado e sociedade e assim potenciar o desenvolvimento dos territórios e das suas comunidades, é então incontornável que a paisagem organizacional seja dinâmica, densa e capaz de agir.

Uma outra questão que importa salientar diz respeito à transparência, credibilidade e, mais uma vez, *accountability* do processo de governança dos territórios. Já foi referido que este desafio se coloca de forma bastante acutilante aos governos locais, mas não deixa de se colocar, igualmente, aos demais actores sociais, os quais devem trabalhar estas questões, do ponto de vista interno da sua cultura organizacional, de forma a potenciar a sua participação nos processos de tomada de decisão sobre assuntos do foro colectivo. Remete, ainda, por um outro aspecto, o da inovação organizacional, no sentido de desenvolver novos métodos e procedimentos operacionais de forma a responder e potenciar problemas e oportunidades que são complexos, dinâmicos e transversais.

Associado a esta questão está um outro desafio que se prende com a descentralização de competências e de recursos da Administração Central para a Local, segundo uma perspectiva de subsidiariedade e de reforço do papel da Administração Local no desenvolvimento urbano.

Neste contexto de complexos e dinâmicos desafios, o estabelecimento de redes inter-organizacionais entre governos locais e entre estes e os actores da sociedade civil e do tecido empresarial afigura-se como extremamente interessante e apelativa, na medida em que promove e facilita:

- A inovação na gestão pública (procedimentos, produtos e serviços);
- A flexibilidade das intervenções;
- A co-responsabilização sobre os resultados.

A emergência de redes inter-organizacionais é algo incontornável no sistema político contemporâneo, constituindo oportunidades reais de colaboração (formal ou informal) entre diversos actores envolvidos nos processos de desenvolvimento dos territórios e de governança dos mesmos.

Esta realidade, que se prevê reforçada no futuro, advém de um conjunto de vantagens oriundas da utilização destes instrumentos de governança pública, são elas:

- **Especialização:** já que permite que a cada organização envolvida se focalize na sua missão, deixando aos demais o cumprimento das suas;
- **Inovação:** pelo facto de as parcerias permitirem aos governos locais a exploração de um conjunto de alternativas de política e intervenção, baseadas na variedade de parceiros envolvidos. As parcerias facilitam, igualmente, processos de experimentação de novas soluções, imprescindíveis à inovação;
- **Rapidez e flexibilidade:** pois é possível ultrapassar constrangimentos processuais de cariz burocrático, nomeadamente ao nível do tempo de resposta e da gestão de recursos (humanos, financeiros, etc.);
- **Alargamento do alcance da intervenção:** facilitando a cooperação interterritorial, ultrapassando fronteiras político-administrativas.

Este futuro auspicioso da estrutura de rede, em termos abstractos, decorre do facto desta se assumir como um verdadeiro instrumento de política, quer para governos nacionais quer para governos locais. As redes inter-organizacionais são o garante, em muitos casos, de melhores processos de planeamento (estratégico e operacional) bem como de implementações mais eficazes das políticas públicas locais.

O Programa Rede Social

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de Novembro e enquadra os conceitos de rede descritos no ponto anterior. Mais, o Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social (descrito no ponto anterior), traduzido no conceito de “sociedade em rede” de Manuel Castells e tendo por base o teorema giddenesiano da dualidade da estrutura.

Esta RCM designa por Rede Social “... o conjunto das diferentes formas de entajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulam entre si e com o governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”, alicerçando o conceito na “... tradição secular de entajuda familiar e de solidariedade mais alargada” do País.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a manifestação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou infra-concelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os sectores público e privado e promovam a participação activa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a:

- Unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos sinérgicos;
- Alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local;
- Rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham);
- Promover inovações na concretização das políticas sociais;
- Fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objectivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada e o desperdício de reforços, recursos e sinergias dos actores sociais quando se desenvolvem acções isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objectivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:

Princípio da Integração

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma actuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários sectores numa acção concertada e coerente de desenvolvimento local.” (www.seg-social.pt/redesocial)

Princípio da Articulação

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes actores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e co-responsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da acção, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projectos.” (www.seg-social.pt/redesocial)

Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efectivos em termos de eficácia, eficiência e impacte das medidas.

“A aplicação deste princípio implica que só depois de serem explorados os recursos e competências locais é que se deverá apelar para outros níveis de decisão sucessivamente superiores de resolução dos problemas.” (www.seg-social.pt/redesocial)

Princípio da Inovação

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade actual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem repostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.” (www.seg-social.pt/redesocial)

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a co-responsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate dos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspectiva que é proposto aos concelhos que implementam o Programa que concretizassem os seguintes produtos:

- Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF)

Os CLAS e as CSF/CSIF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas de adesão livre (remete para o aspecto funcional das redes no que se refere à vontade de adesão e permanência) são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem no entanto contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

- Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios, para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adoptar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a actualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à actualização e aprofundamento do diagnóstico social.

- Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. Eles devem apoiar-se nas forças e recursos endógenos existentes, devendo focalizar-se na utilização desses mesmos recursos.

A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades

diversificadas quanto aos problemas e objectivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projectos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projectos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, colectivo e organizacional).

- Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio

Este modelo tem por objectivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria-chapéu. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactes: 1) rentabilização da acção dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (PDM, Planos Estratégico, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

A metodologia de implementação do Programa Rede Social foi faseada, tendo início com a fase piloto em 2000 à qual se seguiram várias fases de alargamento. No início de 2006, o Programa estava implementado em 276 concelhos, distribuídos da forma que se segue:

Quadro 1 – Concelhos com o Programa da Rede Social implementado (2006)

NUTSII	Concelhos
	Período de referência dos dados
	2006
	N.º
Continente	276
Norte	86
Centro	77
Lisboa e Vale do Tejo	50
Alentejo	47
Algarve	16

Fonte: www.seg-social.pt/redesocial

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2006-2008 apresenta uma estratégia global assente na análise do contexto socioeconómico e dos seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social, o que conduziu à definição de prioridades políticas de intervenção, com vista à concretização de objectivos comuns europeus. Esta definição teve por base um diagnóstico nacional que realçava como fundamentais os seguintes aspectos:

- Necessidade de um maior investimento em medidas que permitam combater o défice histórico no domínio da pobreza persistente, cuja dimensão é particularmente evidente entre as crianças e as pessoas idosas;
- No combate à persistência da pobreza, a elevação dos níveis de qualificação constitui um factor determinante, uma vez que potenciam a limitação de processos de exclusão, nomeadamente os associados à capacidade de entrar/permanecer no mercado de trabalho;
- Entre os grupos vulneráveis a fenómenos de pobreza e exclusão, a população com deficiência constitui o grupo, cuja multiplicidade de problemas e défice histórico de respostas, torna necessária uma aposta premente e reforçada;
- A dimensão dos fluxos migratórios, associada a difíceis condições de inserção de parte significativa dos imigrantes coloca este grupo como um dos que necessita de uma forte intervenção no combate à pobreza e exclusão, constituindo-se também como uma medida preventiva do crescimento de fenómenos discriminatórios.

Assim, as três prioridades nacionais consagradas no PNAI 2006 – 2008 são:

- Combate à pobreza dos idosos e das crianças, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos sociais de cidadania;
- Correção das desvantagens na educação, formação e qualificação;
- Necessidade de ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Sendo a Rede Social considerada como o instrumento por excelência da operacionalização do PNAI, por congregar as diferentes políticas sociais que visam a promoção do desenvolvimento social, pretendeu-se na elaboração do Diagnóstico Social, conhecer as prioridades do PNAI ao nível do concelho de Santarém. Por conseguinte, definiram-se como áreas temáticas a incluir no Diagnóstico Social:

- Crianças;
- Jovens;
- Educação;
- Formação;
- Emprego;
- Idosos;
- Imigração;
- Deficiência.

Diagnóstico Social

Conselho Local de Ação Social de Santarém

Para além destas foram ainda consideradas as temáticas: 1) etnias; 2) toxicodependência; 3) saúde mental; 4) sem abrigo.

Metodologia

A metodologia seleccionada e desenvolvida para o processo de Diagnóstico Social do Concelho de Santarém procurou articular objectivos claros de rigor e exactidão da informação, com objectivos de utilidade e participação alargada por parte dos vários *stakeholders* envolvidos nos processos de desenvolvimento social local.

A escolha de métodos e técnicas, articulados e consequentes, que permitam cumprir os referidos objectivos foi um desafio, que foi possível de superar através de uma colaboração estreita entre a equipa técnica de diagnóstico da Logframe e o Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Santarém (CLAS Santarém).

Assim sendo, a opção metodológica assumida e que conduziu aos resultados constantes neste documento, teve por grandes desígnios assegurar que o CLAS de Santarém no seu conjunto, mas também cada entidade parceira a título particular, pudesse contar com:

- Um documento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais na área da intervenção social;
- Um diagnóstico resultante da reflexão conjunta dos *stakeholders* locais, no qual todos se revejam e que traduza as diferentes sensibilidades locais;
- Um instrumento útil e utilizável em sede de candidaturas a programas e medidas de financiamento na área de intervenção em causa, nomeadamente em matéria de fundos estruturais.

A opção recaiu, então, sobre um conjunto de métodos de cariz essencialmente qualitativos, que apelassem ao envolvimento real das pessoas com responsabilidades directas ou indirectas no desenvolvimento social do concelho. Não obstante, existiu uma preocupação de completar a informação disponibilizada pelos agentes locais com a informação quantitativa necessária (e disponível) para objectivar as percepções recolhidas.

Os instrumentos concretos de recolha de informação accionados foram os que se seguem:

- 12 *Workshops* temáticos subordinados aos temas das áreas prioritárias do PNAI:
 - Crianças - *Workshop* realizado a 19.06.08, pelas 09h30, no Auditório da Casa do Brasil;
 - Jovens - *Workshop* realizado a 19.06.08, pelas 09h30, no Auditório da Casa do Brasil;
 - Idosos - *Workshop* realizado a 19.06.08, pelas 14h30, no Auditório da Casa do Brasil;
 - Deficiência - *Workshop* realizado a 26.06.08, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Imigração - *Workshop* realizado a 26.06.08, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Etnias - *Workshop* realizado a 26.06.08, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Educação - *Workshop* realizado a 27.06.08, pelas 14h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Formação - *Workshop* realizado a 27.06.08, pelas 14h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Emprego - *Workshop* realizado a 27.06.08, pelas 14h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Toxicodependência - *Workshop* realizado a 27.06.08, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Saúde Mental - *Workshop* realizado a 27.06.08, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
 - Sem-abrigo - *Workshop* realizado a 27.06.08, pelas 14h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.
- 3 *Workshops* territoriais de discussão dos problemas e necessidades identificados nos *workshops* temáticos. Realizados nos dias 2, 6 e 7 de Abril de 2009, envolvendo as Instituições de todas as Freguesias do Concelho.
- Recolha, análise e síntese de informação quantitativa, obtida a partir de fontes nacionais oficiais e fontes locais;
- Reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia;

- Recolha, análise e síntese de informação quantitativa e qualitativa constante em documentos diversos locais.

A recolha de informação teve por base o seguinte enquadramento lógico:

Área de intervenção – Problemas e necessidades – Causas e consequências

A aplicação dos referidos instrumentos permitiu, num período de tempo relativamente reduzido, registar um conjunto alargado de informação sobre a realidade do concelho de Santarém em matéria de intervenção social, de natureza diversa e oriunda de fontes também elas diversificadas, garantindo assim uma representação adequada das sensibilidades e posições em questão.

Sendo certo que não existe uma solução única, nem a melhor solução, em processos reais desta natureza, esta abordagem metodológica cumpre com os requisitos e recomendações do Programa Rede Social e teve em linha de conta os constrangimentos de tempo e recursos verificados.

Caracterização Sociodemográfica do Concelho de Santarém

Dinâmica e distribuição populacionais

O concelho de Santarém, parte integrante da NUTII Lezíria do Tejo, registava à data do último Recenseamento da População e Habitação um total de **população residente de 63 563 indivíduos**. Este valor representa um acréscimo populacional de 1,5% face ao momento censitário anterior (**1991**), data em que se registava um total de **62 621 indivíduos** a residir no concelho.

Em termos de freguesia, aquelas que registavam em 2001 o maior número de população residente são:

- Marvila (9584 habitantes);
- São Salvador (9211 habitantes);
- São Nicolau (9036 habitantes);
- Alcanede (5048 habitantes).

No extremo oposto, ou seja, as freguesias que registavam o menor número de população residente estão:

- Azóia de Baixo (278 habitantes);
- Vaqueiros (317 habitantes);
- Pombalinho (530 habitantes);
- Azóia de Cima (537 habitantes).

O crescimento populacional que se verificou no período intercensitário em análise teve influência directa num outro dado importante de caracterização demográfica do concelho e que se prende com a **densidade populacional** do território: de 111,47 hab/Km² em 1991 passou para 113,14 hab/Km² em 2001.

Quadro 2 – População Residente no Concelho de Santarém (1991 e 2001)

Local de residência	População residente	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	N.º	N.º
Santarém	63563	62621
Abitureiras	1005	1058
Abrã	1221	1191
Achete	1895	2189
Alcanede	5048	5075
Alcanhões	1615	1764
Almoster	1827	1954
Amiais de Baixo	2079	2115
Arneiro das Milhariças	936	991
Azoia de Baixo	278	240
Azoia de Cima	537	574
Casével	1034	1192
Santarém (Marvila)	9584	10262
Moçarria	1212	1292
Pernes	1689	1941
Pombalinho	530	695
Póvoa da Isenta	1162	1047
Póvoa de Santarém	641	648
Romeira	775	736
Santa Iria da Ribeira de Santarém	1021	1338
Santarém (São Nicolau)	9036	7189
Santarém (São Salvador)	9211	7568
São Vicente do Paul	2085	2224
Tremês	2146	2245
Vale de Figueira	1294	1361
Vale de Santarém	3144	3011
Vaqueiros	317	280
Várzea	1685	1824
Gançaria	556	617

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Esta dinâmica de crescimento verificou-se de forma diferenciada pelas 28 freguesias do concelho. De facto, 8 das 27 freguesias registaram crescimento populacional efectivo no período intercensitário (Abrã, Azoia de Baixo, Povo da Isenta, Romeira, São Nicolau, São Salvador, Vale de Santarém e Vaqueiros), enquanto as restantes registaram uma perda de população, ainda que pouco expressiva em algumas dessas freguesias. Tal dinâmica teve tradução directa na densidade populacional destes territórios.

Quadro 3 – Densidade Populacional por Freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Densidade populacional	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	N.º/ km ²	N.º/ km ²
Continente	110,84	105,29
Lezíria do Tejo	56,36	54,52
Santarém	113,14	111,47
Abitureiras	42,55	44,79
Abrã	57,98	56,55
Achete	60,11	69,43
Alcanede	47,33	47,58
Alcanhões	140,92	153,93
Almoster	43,73	46,77
Amiais de Baixo	338,94	344,81
Arneiro das Milhariças	84,46	89,43
Azoia de Baixo	63,98	55,23
Azoia de Cima	62,55	66,86
Casével	31,26	36,03
Santarém (Marvila)	590,99	632,80
Moçarria	99,78	106,36
Pernes	116,83	134,26
Pombalinho	64,30	84,32
Póvoa da Isenta	82,79	74,60
Póvoa de Santarém	81,12	82
Romeira	68,99	65,52
Santa Iria da Ribeira de Santarém	70,78	92,75
Santarém (São Nicolau)	616,84	490,75
Santarém (São Salvador)	762,45	626,45
São Vicente do Paul	41,42	44,19
Tremês	85,16	89,09
Vale de Figueira	60,35	63,47
Vale de Santarém	311,01	297,85
Várzea	78,97	85,49
Gançaria	109,02	120,98

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Se pensarmos num horizonte temporal mais próximo da data de elaboração deste diagnóstico, concluímos pela continuação do crescimento generalizado dos dois indicadores analisados até ao momento. No entanto, a partir de 2006 a tendência parece inverter-se, o que segue em contra ciclo com a tendência da região Lezíria do Tejo e do próprio território continental. Em 2007, o concelho de Santarém contava com um total de **população residente estimada de 63 878 indivíduos**, o que se traduz numa **densidade populacional (também estimada) de 114,00 hab/Km²**.

Quadro 4 – Densidade Populacional (2002 - 2007)

Local de residência	Densidade populacional					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º km ²	N.º km ²	N.º km ²	N.º km ²	N.º km ²	N.º km ²
Continente	113,80	113,60	113,30	112,30	112,50	111,80
Lezíria do Tejo	58,30	58,20	58	57,40	57,50	57,20
Santarém	114	114,30	114,50	114,30	114,20	114,10
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente						

A análise de três indicadores chave da dinâmica demográfica – **crescimento efectivo, crescimento natural e crescimento migratório** – permite aprofundar a reflexão, sendo possível compreender que o contributo dos movimentos migratórios é fundamental para o ténue crescimento de população residente verificado no início da década e para a pouca acentuada tendência de regressão demográfica registada a partir de 2006. O contributo dos movimentos migratórios é fundamental para os valores de crescimento efectivo verificado, na medida em que o crescimento natural há muito que se revela negativo.

Quadro 5 – Taxa de Crescimento Efectivo (2002 - 2007)

Local de residência	Taxa de crescimento efectivo					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%	%	%	%	%	%
Continente	0,16	0,28	0,38	0,52	0,64	0,77
Lezíria do Tejo	0,21	0,37	0,38	0,58	0,52	0,67
Santarém	-0,28	-0,10	0,04	0,16	0,10	0,18
Fonte: INE, Indicadores Demográficos						

Quadro 6 – Taxa de Crescimento Migratório (2002 - 2007)

Local de residência	Taxa de crescimento migratório					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%	%	%	%	%	%
Continente	0,18	0,25	0,37	0,46	0,62	0,70
Lezíria do Tejo	0,49	0,57	0,65	0,74	0,86	0,91
Santarém	0,05	0,14	0,27	0,27	0,40	0,46
Fonte: INE, Indicadores Demográficos						

Quadro 7 – Taxa de Crescimento Natural (2002 - 2007)

Local de residência	Taxa de crescimento natural					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%	%	%	%	%	%
Continente	-0,02	0,03	0,01	0,06	0,03	0,07
Lezíria do Tejo	-0,27	-0,20	-0,27	-0,16	-0,34	-0,24
Santarém	-0,32	-0,24	-0,23	-0,11	-0,30	-0,28

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Estrutura demográfica

A análise da estrutura da população residente em Santarém em função da variável sexo, deixa antever uma “organização” relativamente equilibrada, como é possível de aferir através do estudo das relações de masculinidade.

Quadro 8 – Relação de Masculinidade (2002 - 2007)

Local de residência	Relação de masculinidade					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	93,80	93,80	93,80	93,70	93,70	93,60
Lezíria do Tejo	95,73	95,60	95,50	95,30	95	94,80
Santarém	93,10	92,90	92,80	92,60	92,50	92,10

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

De facto, a **relação de masculinidade** apresenta valores pouco abaixo de 100 (**93,10 em 2007**), verificando-se uma tendência sistemática, ainda que ligeira, de aproximação entre o número de homens e o número de mulheres a residir no concelho.

Tal situação já não é verdade se analisarmos este mesmo indicador, mas para o **grupo etário com 65 e mais anos**, onde existe uma manifesta representação de pessoas do sexo feminino, situação que se traduziu num rácio de **69,20 homens por cada 100 mulheres em 2007**.

Quadro 9 – Relação de Masculinidade da população com 65 e mais anos de idade (2002 - 2007)

Local de residência	Relação de masculinidade da população com 65 e mais anos de idade					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	72,10	72,10	72,30	72,30	72,20	72,20
Lezíria do Tejo	73,50	73,70	74,10	74	73,80	73,70
Santarém	69,20	69,40	69,90	70,50	70,40	69,90

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Quando se procura analisar a estrutura demográfica da população residente no concelho em função da variável **idade**, regista-se, antes de mais, um aumento generalizado da idade média da população residente em Santarém, dado pelo indicador – **Idade média da população residente** – cujo valor cresceu de 39,62 anos em 1991 para **41,69 anos em 2001**.

Trata-se de um crescimento que se verifica para praticamente todas as freguesias do concelho, com a excepção de Azóia de Cima e Vaqueiros.

As freguesias onde a idade média da população é mais elevada são:

- Azóia de Baixo (52,59 anos);
- Pombalinho (49,22 anos);
- Arneiro das Milhariças (46,99 anos);
- Achete (46,10 anos);
- Casével (46,90 anos).

Por outro lado, as freguesias mais jovens em termos de média etária são:

- São Salvador (37,94 anos);
- São Nicolau (38,04 anos);
- Vale de Santarém (40,20 anos).

Quadro 10 – Idade média da população residente (1991 e 2001)

Local de residência	Idade média da população residente	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	Ano	Ano
Continente	39,19	36,52
Lezíria do Tejo	41,45	39,19
Santarém	41,69	39,62
Abitureiras	45,84	42,79
Abrã	41,82	40,92
Achete	46,10	44,07
Alcanede	41,85	38,92
Alcanhões	44,54	42,64
Almoster	44,93	43,39
Amiais de Baixo	42,55	40,08
Arneiro das Milhariças	46,99	45,60
Azoia de Baixo	52,59	49,16
Azoia de Cima	43,70	44,05
Casével	46,90	43,36
Santarém (Marvila)	42,03	37,84
Moçarria	43,50	41,16
Pernes	43,34	40,13
Pombalinho	49,22	45,54
Póvoa da Isenta	42,62	41,73
Póvoa de Santarém	41,92	41,44
Romeira	43,42	42,07
Santa Iria da Ribeira de Santarém	44,05	40,35
Santarém (São Nicolau)	38,04	37,27
Santarém (São Salvador)	37,94	36,45
São Vicente do Paul	43,54	41,87
Tremês	44,16	41,23
Vale de Figueira	44,10	40,93
Vale de Santarém	40,20	37,57
Vaqueiros	44,46	45,05
Várzea	42,29	40,44
Gançaria	42,25	37,87

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Para o ano de 2007, a **estrutura demográfica em termos etários** é a seguinte:

- 13,91% de pessoas com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos (8888 indivíduos, dos quais 51,87% são do sexo masculino e 48,13% do sexo feminino);
- 10,64% para as pessoas com idade entre os 15 e os 24 anos (6796 indivíduos, dos quais 51,63% são do sexo masculino e 48,37% do sexo feminino);

- 54,45% para os indivíduos com idades entre os 25 e 64 anos (34778 indivíduos, dos quais 49,43% são do sexo masculino e 50,57% do sexo feminino);
- e, por último, 21,00% para as pessoas com idades iguais ou superiores a 65 anos (13416 indivíduos, dos quais 40,91% são do sexo masculino e 59,09% do sexo feminino).

Quadro 11 – Estrutura etária da população residente (2007)

Sexo	Grupo etário	População residente por Sexo e Grupo etário
		Período de referência dos dados
		2007
		Local de residência
		Santarém
		N.º
HM	Total	63878
	0 - 14 anos	8888
	15 - 24 anos	6796
	25 - 64 anos	34778
	65 e mais anos	13416
H	Total	30798
	0 - 14 anos	4610
	15 - 24 anos	3509
	25 - 64 anos	17190
	65 e mais anos	5489
M	Total	33080
	0 - 14 anos	4278
	15 - 24 anos	3287
	25 - 64 anos	17588
	65 e mais anos	7927

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Outros indicadores como o **índice de envelhecimento**, o **índice de dependência de idosos** e o **índice de longevidade** traduzem esta realidade. Se analisarmos cada um *per si*, constatamos que:

- O quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos tem registado uma tendência de crescimento, fixando-se em 2007 no valor 150,90. Trata-se de um valor ligeiramente superior àquele que foi registado para a Lezíria do Tejo no mesmo ano estatístico e significativamente superior ao registado para o Continente na mesma data;
- O quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos regista tendência semelhante, com uma variação positiva para o período 2002-2007 de 0,6. O valor de 32,30 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade activa está acima dos valores registados para a Lezíria do Tejo e para o Continente;

- O quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos também cresceu, com uma variação de 3,7 entre 2002 e 2007, tendo-se fixado nos 49,60 pontos percentuais em 2007. À semelhança da tendência verificada para os indicadores anteriores, este valor também se encontra acima daqueles que foram registados para a Lezíria do Tejo e para o Continente.

Quadro 12 – Índice de Envelhecimento (2002 - 2007)

Local de residência	Índice de envelhecimento					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	116,20	114,20	112,60	111,20	109,30	107,80
Lezíria do Tejo	147,20	145,90	145,60	145,50	144,70	143,60
Santarém	150,90	148,90	149,10	148,60	147,80	149,10

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Quadro 13 – Índice de Dependência de Idosos (2002 - 2007)

Local de residência	Índice de dependência de idosos					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	26,30	26	25,80	25,60	25,20	25
Lezíria do Tejo	31,80	31,40	31,20	30,90	30,60	30,30
Santarém	32,30	32	32	31,90	31,50	31,70

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Quadro 14 – Índice de Longevidade (2002 - 2007)

Local de residência	Índice de longevidade					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%	%	%	%	%	%
Continente	45,80	44,90	43,90	43,20	42,70	42,30
Lezíria do Tejo	47	46,30	45	44,30	43,60	43,20
Santarém	49,60	49,30	48,20	47,40	46,50	45,90

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Uma breve referência para a dinâmica territorial intra-concelhia do índice de dependência dos idosos à data de 2001. São as freguesias de Azóia de Baixo (93,70), Pombalinho (57,40), Arneiro das Milhariças (53,40) e Vaqueiros (50,20) naqueles onde o peso da população idosa no total de população em idade activa é mais significativo.

Quadro 15 – Índice de Dependência de Idosos por freguesia (2001)

Local de residência	Índice de dependência de idosos
	Período de referência dos dados
	2001
	N.º
Continente	24,30
Lezíria do Tejo	29,90
Santarém	31,30
Abitureiras	45,80
Abrã	33,10
Achete	45,10
Alcanede	32,50
Alcanhões	42,20
Almoster	44,40
Amiais de Baixo	34
Arneiro das Milhariças	53,40
Azoia de Baixo	93,70
Azoia de Cima	40,50
Casével	49,50
Santarém (Marvila)	28,80
Moçarria	34,50
Pernes	38,60
Pombalinho	57,40
Póvoa da Isenta	34
Póvoa de Santarém	31,70
Romeira	38,40
Santa Iria da Ribeira de Santarém	39,50
Santarém (São Nicolau)	22,50
Santarém (São Salvador)	20,70
São Vicente do Paul	39,20
Tremês	39,60
Vale de Figueira	37,20
Vale de Santarém	24,50
Vaqueiros	50,20
Várzea	32,30
Gançaria	31,70

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Esta dinâmica de envelhecimento populacional, fica a dever-se, ainda, ao facto de a **taxa bruta de natalidade** estar a diminuir, tendo atingido o valor mais baixo da primeira década do século XXI exactamente no último ano estatístico de **2007 – 8,30%**, valor que fica abaixo do registado para a região da Lezíria do Tejo e para o Continente.

Quadro 16 – Taxa Bruta de Natalidade (2002 - 2007)

Local de residência	Taxa bruta de natalidade					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%o	%o	%o	%o	%o	%o
Continente	9,60	9,90	10,30	10,30	10,70	10,90
Lezíria do Tejo	9,10	9,50	9,80	10,10	9,60	10,10
Santarém	8,30	9,20	9,90	10,30	10,10	10,10

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

A análise da percentagem de **mulheres em idade fértil** (entre os 15 e os 49 anos) na população residente feminina permite reforçar esta tendência, pois os valores registados persistem num movimento decrescente, (excepção entre 2003 e 2004) tal como se verifica para a Lezíria do Tejo e para o Continente.

Quadro 17 – Mulheres em idade fértil na população residente feminina (2002 - 2007)

Local de residência	Mulheres em idade fértil na população residente feminina					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%	%	%	%	%	%
Continente	47,20	47,50	47,80	48,10	48,40	48,60
Lezíria do Tejo	44,70	45	45,30	45,50	45,60	45,80
Santarém	44,70	44,90	45,20	45,40	45,50	45,40

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Se a percentagem de mulheres em idade fértil está a diminuir, também a **taxa de fecundidade geral** (número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil) parece estar a diminuir a partir de 2003, tendo-se registado o valor de **35,80% em 2007**. Esta é uma tendência igualmente verificada para a Lezíria do Tejo e para o Continente.

Quadro 18 – Taxa de Fecundidade Geral (2002 - 2007)

Local de residência	Taxa de fecundidade geral					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%o	%o	%o	%o	%o	%o
Continente	39,20	40,20	41,60	41,40	42,60	43,50
Lezíria do Tejo	39,90	41,30	42,40	43,30	40,80	42,90
Santarém	35,80	39,30	42,30	43,50	42,60	42,50

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Famílias

No que diz respeito às famílias, e tendo em conta o conceito de família clássica definido pelo Instituto Nacional de Estatística (conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento), Santarém contava em 2001 com um total de **24270 famílias**, a maioria das quais apenas com 2 ou 3 pessoas.

Em matéria de freguesias, aquelas onde se registava um maior número de famílias à data de 2001 são:

- Marvila (3773 famílias);
- São Nicolau (3535 famílias);
- São Salvador (3418 famílias);
- Alcanede (1936 famílias);
- Vale de Santarém (1168 famílias).

Por oposição são as freguesias de Azóia de Baixo (86 famílias) e Vaqueiros (117 famílias) aquelas que registam o menor número de famílias.

Quadro 19 – Famílias clássicas por dimensão e freguesia (2001)

Local de residência	Famílias clássicas por dimensão (família clássica)										
	Período de referência dos dados										
	2001										
	Dimensão (família clássica)										
	Total	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 pessoas	Com 6 pessoas	Com 7 pessoas	Com 8 pessoas	Com 9 pessoas	Com 10 ou mais pessoas
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Santarém	24270	5078	7687	5615	4322	1144	309	79	25	8	3
Abitureiras	381	72	127	89	65	19	7	1	1	0	0
Abrã	473	98	159	101	95	17	1	2	0	0	0
Achete	701	112	243	170	121	38	10	3	4	0	0
Alcanede	1936	426	578	450	349	93	28	10	1	1	0
Alcanhões	601	123	190	122	103	49	10	3	1	0	0
Almoster	705	155	238	139	113	39	16	4	1	0	0
Amiais de Baixo	835	211	259	142	193	28	2	0	0	0	0
Arneiro das Milhariças	397	116	130	69	65	11	4	2	0	0	0
Azoia de Baixo	86	16	32	21	10	4	2	1	0	0	0
Azoia de Cima	204	35	75	45	39	3	5	1	0	1	0
Casével	400	81	138	86	66	21	7	0	1	0	0
Santarém (Marvila)	3773	936	1148	866	630	149	36	5	2	1	0
Moçarria	459	93	143	103	89	25	3	2	0	0	1
Pernes	613	122	196	128	123	35	6	3	0	0	0
Pombalinho	229	62	89	34	35	6	3	0	0	0	0
Póvoa da Isenta	453	95	156	95	77	20	8	2	0	0	0
Póvoa de Santarém	239	52	68	54	42	17	4	2	0	0	0
Romeira	295	41	113	77	47	15	2	0	0	0	0
Santa Iria da Ribeira de Santarém	399	81	142	90	58	18	6	4	0	0	0
Santarém (São Nicolau)	3535	804	1098	883	569	129	36	13	1	1	1
Santarém (São Salvador)	3418	623	1028	889	665	157	38	9	8	1	0
São Vicente do Paul	773	148	238	175	142	54	14	2	0	0	0
Tremês	807	158	274	167	137	50	16	1	2	2	0
Vale de Figueira	470	70	174	103	74	34	10	3	0	1	1
Vale de Santarém	1168	191	381	292	231	54	14	3	2	0	0
Vaqueiros	117	27	32	25	23	4	4	1	1	0	0
Várzea	597	94	167	161	117	43	14	1	0	0	0
Gançaria	206	36	71	39	44	12	3	1	0	0	0

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

As famílias com uma só pessoa apresentavam uma proporção significativa no contexto familiar de Santarém no ano de 2001, com um valor de **20,90%**, acima da proporção registada para a Lezíria do Tejo e para o Continente. Em termos de freguesia, são as freguesias de Arneiro das Milhariças (29,20%), de Amiais de Baixo (25,20%) e Marvila (24,80%) aquelas que registam pesos mais significativos de **famílias clássicas unipessoais**.

Quadro 20 – Proporção das famílias clássicas unipessoais (2001)

Local de residência	Proporção de famílias clássicas unipessoais
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Continente	17,40
Lezíria do Tejo	18,80
Santarém	20,90
Abitureiras	18,80
Abrã	20,70
Achete	15,90
Alcanede	22
Alcanhões	20,40
Almoster	21,90
Amiais de Baixo	25,20
Arneiro das Milhariças	29,20
Azoia de Baixo	18,60
Azoia de Cima	17,10
Casével	20,20
Santarém (Marvila)	24,80
Moçarria	20,20
Pernes	19,90
Pombalinho	27
Póvoa da Isenta	20,90
Póvoa de Santarém	21,70
Romeira	13,80
Santa Iria da Ribeira de Santarém	20,30
Santarém (São Nicolau)	22,70
Santarém (São Salvador)	18,20
São Vicente do Paul	19,10
Tremês	19,50
Vale de Figueira	14,80
Vale de Santarém	16,30
Vaqueiros	23
Várzea	15,70
Gançaria	17,40

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Esta situação merece um especial destaque se se considerar a **proporção de famílias clássicas unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos de idade**. O concelho registava em 2001 uma percentagem deste tipo de famílias de **11,78%** (valor superior ao registado 10 anos antes, em 1991). As freguesias onde o peso destas famílias era mais significativo são:

- Arneiro de Milhariças (21,41%);
- Pombalinho (20,09%);
- Vaqueiros (16,24%);
- Abitureiras (16,01%).

Quadro 21 – Proporção das famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade por freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	%	%
Continente	8,87	7,74
Lezíria do Tejo	10,98	9,13
Santarém	11,78	10,06
Abitureiras	16,01	10
Abrã	13,11	11,35
Achete	11,70	11,52
Alcanede	14,05	11,21
Alcanhões	13,98	10,81
Almoster	14,04	12,71
Amiais de Baixo	15,81	13,92
Arneiro das Milhariças	21,41	18,46
Azoia de Baixo	9,30	11,54
Azoia de Cima	13,24	12,50
Casével	15,25	14,45
Santarém (Marvila)	11,03	9,08
Moçarria	13,51	9,98
Pernes	14,03	9,92
Pombalinho	20,09	13,97
Póvoa da Isenta	15,01	10,55
Póvoa de Santarém	12,13	18,06
Romeira	11,19	8,11
Santa Iria da Ribeira de Santarém	11,78	8,37
Santarém (São Nicolau)	8,85	7,77
Santarém (São Salvador)	8,28	7,34
São Vicente do Paul	13,84	10,05
Tremês	14,99	11,82
Vale de Figueira	10,43	9,47
Vale de Santarém	9,85	8,11
Vaqueiros	16,24	14,81
Várzea	11,06	10,24
Gançaria	12,62	8,47

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

A temática da monoparentalidade merece também aqui uma referência autónoma. Os **núcleos familiares monoparentais** (conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s)) registavam no concelho de Santarém em 2001 uma proporção de 10,50%, valor superior ao registado para a Lezíria do Tejo, mas inferior ao registado para o Continente. Ao nível de freguesia, são as que se seguem aquelas onde a percentagem é maior:

- Santa Iria da Ribeira de Santarém (16,40%);
- São Nicolau (14,30%);
- Vaqueiros (13,20%);
- Póvoa de Santarém (12,70%).

Quadro 22 – Proporção de núcleos familiares monoparentais por freguesia (2001)

Local de residência	Proporção de núcleos familiares monoparentais
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Continente	11,30
Lezíria do Tejo	9,40
Santarém	10,50
Abitureiras	5
Abrã	8,90
Achete	7,70
Alcanede	7,80
Alcanhões	7,40
Almoster	7,60
Amiais de Baixo	6,40
Arneiro das Milhariças	6,80
Azoia de Baixo	7,10
Azoia de Cima	8,20
Casével	8,50
Santarém (Marvila)	14
Moçarria	5,40
Pernes	9,20
Pombalinho	8,30
Póvoa da Isenta	7,50
Póvoa de Santarém	12,70
Romeira	10,10
Santa Iria da Ribeira de Santarém	16,40
Santarém (São Nicolau)	14,30
Santarém (São Salvador)	10,70
São Vicente do Paul	7,60
Tremês	10,80
Vale de Figueira	11,20
Vale de Santarém	10,20
Vaqueiros	13,20
Várzea	8,20
Gançaria	9,60

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Casamentos e divórcios

Em matéria de casamentos e divórcios, o concelho de Santarém registou, para o período compreendido entre 2000 e 2007, um decréscimo de **casamentos celebrados** na ordem dos 32,23%. Este decréscimo fica a dever-se, sobretudo, à diminuição do número de casamentos católicos que se cifrou nos 45,12%.

Quadro 23 – Casamentos celebrados por forma de celebração (2000 - 2007)

Local de registo	Casamentos celebrados por forma de celebração																															
	Período de referência dos dados																															
	2007				2006				2005				2004				2003				2002				2001				2000			
	Forma de celebração																															
	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra	Total	Civil	Católica	Outra
Continente	43793	22581	21124	88	45063	21046	24005	12	45791	19879	25912		46217	19043	27174		50636	19686	30950		53408	19176	34232		55111	19678	35433		60086	20075	40011	
Lezíria do Tejo	921	529	392	0	939	481	458		1116	557	559		1011	487	524		1167	544	623		1287	572	715		1281	568	713		1327	558	769	
Santarém	246	128	118	0	241	115	126		270	108	162		240	96	144		288	128	160		338	147	191		349	128	221		363	148	215	

Fonte: INE, Casamentos

O decréscimo de casamentos celebrados é possível verificar, igualmente, através da **taxa bruta de nupcialidade** que em 2000 se fixava nos **5,70%** e em 2007 apenas registava **3,80%**. Esta diminuição segue a tendência verificada para a região da Lezíria do Tejo e para o Continente.

Quadro 24 – Taxa Bruta de Nupcialidade (2000 - 2007)

Local de residência	Taxa bruta de nupcialidade							
	Período de referência dos dados							
	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
	%	%	%	%	%	%	%	%
Continente	4,30	4,50	4,60	4,60	5,10	5,40	5,60	6,20
Lezíria do Tejo	3,70	3,80	4,50	4,10	4,80	5,30	5,30	5,50
Santarém	3,80	3,80	4,20	3,70	4,50	5,30	5,50	5,70

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

No que diz respeito à **dissolução de casamentos**, e tendo em conta o mesmo período temporal, o divórcio afigura-se como a causa de dissolução cujos valores cresceram entre 2000 e 2006 (ainda que com ligeiras inflexões entre 2002 e 2003 e entre 2005 e 2006). Tal situação é possível aferir a partir da análise dos casamentos dissolvidos segundo a causa de dissolução, mas também através da análise da **taxa bruta de divórcio** para o horizonte temporal em análise (2,10% em 2007, face a 1,90% em 2000).

Quadro 25 – Casamentos dissolvidos por causa de dissolução (2000 - 2006)

Local de residência	Casamentos dissolvidos por causa de dissolução																				
	Período de referência dos dados																				
	2006			2005			2004			2003			2002			2001			2000		
	Causa de dissolução																				
	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio	Total	Dissolvidos por morte	Dissolvidos por divórcio
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	64862	43141	21721	65643	44228	21415	64745	42813	21932	66012	44556	21456	70161	43822	26339	61641	43735	17906	62187	44070	18117
Lezíria do Tejo	1790	1297	493	1927	1318	609	1705	1191	514	1892	1369	523	1930	1309	621	1736	1294	442	1784	1363	421
Santarém	477	342	135	513	317	196	445	293	152	477	333	144	507	333	174	487	346	141	486	363	123

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Quadro 26 – Taxa Bruta de Divórcio (2000 – 2006)

Local de residência	Taxa Bruta de Divórcio						
	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
	%o	%o	%o	%o	%o	%o	%o
Continente	2,20	2,10	2,20	2,20	2,70	1,80	1,90
Lezíria do Tejo	2	2,50	2,10	2,10	2,60	1,80	1,80
Santarém	2,10	3,10	2,50	2,30	2,70	2,20	1,90

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Nível de instrução

No que se refere ao nível de instrução da população, de referir antes de mais que a **taxa de analfabetismo**, que é essencialmente estrutural, tem registado o esperado decréscimo – se em 1991 os valores registados eram na ordem dos 12% (valor bastante abaixo ao registado para a Lezíria do Tejo, mas acima do registado para o Continente), em **2001** o valor era de **9,86%**. Esta diminuição foi generalizada por todo o território concelhio. Porém, as freguesias de Pombalinho (23,59%), São Vicente do Paul (17,52%), Tremês (16,60%) e Abitureiras (16,19%) ainda registavam valores consideráveis à data do último Recenseamento da População e Habitação.

Quadro 27 – Taxa de analfabetismo por freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Taxa de analfabetismo	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	%	%
Continente	8,93	10,93
Lezíria do Tejo	12,97	16,38
Santarém	9,86	12
Abitureiras	16,19	21,14
Abrã	8,18	11,31
Achete	15,97	21,85
Alcanede	15,12	13,52
Alcanhões	10,65	12,04
Almoster	13,64	19,47
Amiais de Baixo	13,86	13,85
Arneiro das Milhariças	14,65	21,85
Azoia de Baixo	9,13	13,06
Azoia de Cima	11,86	13,75
Casével	15,73	18,62
Santarém (Marvila)	5,52	5,80
Moçarria	12,23	11,08
Pernes	12,11	12,30
Pombalinho	23,59	28,24
Póvoa da Isenta	10,98	10,08
Póvoa de Santarém	10,10	12,31
Romeira	7,31	10,53
Santa Iria da Ribeira de Santarém	11,69	12,89
Santarém (São Nicolau)	5,07	6,77
Santarém (São Salvador)	5,79	6,87
São Vicente do Paul	17,52	27,19
Tremês	16,60	16,05
Vale de Figueira	14,56	15,88
Vale de Santarém	8,88	10,93
Vaqueiros	8,77	14,84
Várzea	8,68	13,94
Gançaria	13,18	18,65

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em matéria de **escolaridade obrigatória**, regista-se um aumento muito significativo da percentagem da população com pelo menos a escolaridade obrigatória. Senão vejamos a variação entre 1991 e 2001 (o último período intercensitário) que se cifrou nos 15,40%, o que se traduziu numa manutenção de valores acima dos registados para a Lezíria do Tejo e para o Continente no ano de 2001.

Ao nível de freguesia são os territórios de Marvila (59,48%), São Nicolau (54,15%), São Salvador (52,79%) e Vale de Santarém (42,19%) aquelas onde a proporção de população com pelo menos a escolaridade obrigatória é mais elevada.

Quadro 28 – Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória por freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	%	%
Continente	38,24	22,94
Lezíria do Tejo	33,04	17,70
Santarém	39,48	24,08
Abitureiras	23,91	10,05
Abrã	20,28	10,26
Achete	23,04	9,94
Alcanede	20,35	8,22
Alcanhões	29,12	13,82
Almoster	29,95	9,19
Amiais de Baixo	28,41	12,15
Arneiro das Milhariças	20,29	9,07
Azoia de Baixo	35,77	16,90
Azoia de Cima	20,39	7,68
Casével	23,36	8,46
Santarém (Marvila)	59,48	47,33
Moçarria	24,45	10,39
Pernes	31,44	16,53
Pombalinho	21,38	9,80
Póvoa da Isenta	31,95	13,83
Póvoa de Santarém	36,83	21,45
Romeira	28,66	16,40
Santa Iria da Ribeira de Santarém	31,72	18,32
Santarém (São Nicolau)	54,15	39,18
Santarém (São Salvador)	52,79	36,73
São Vicente do Paul	24,93	10,15
Tremês	23,62	10,73
Vale de Figueira	29,25	13,48
Vale de Santarém	42,19	22,06
Vaqueiros	25,37	7,47
Várzea	32,58	17,99
Gançaria	21,84	9,35

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Analisando agora a população residente com **ensino superior completo**, verificamos que a tendência é claramente para o crescimento da proporção de pessoas com este nível de ensino – de 4,06% em 1991, Santarém mais que duplicou a percentagem para

9,30%, da população residente com o ensino superior completo em 2001. Os valores registados para o concelho em 2001 mantêm-se acima dos verificados para a Lezíria do Tejo e ultrapassam os registados para o Continente. Ao nível da freguesia, aquelas onde o peso de população com ensino superior completo é mais significativo são: Marvila (19,40%), São Nicolau (14,60%), São Salvador (14,46%) e Azóia de Baixo (10,30%).

Quadro 29 – Proporção da população residente com ensino superior completo por freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Proporção de população residente com ensino superior completo	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	%	%
Continente	8,67	4,20
Lezíria do Tejo	5,94	2,20
Santarém	9,30	4,06
Abitureiras	3,19	0,61
Abrã	3,88	1
Achete	2,98	0,93
Alcanede	2,89	0,53
Alcanhões	3,82	0,37
Almofter	3,42	0,47
Amiais de Baixo	7,64	1,52
Arneiro das Milhariças	1,43	0,65
Azoia de Baixo	10,30	3,03
Azoia de Cima	1,15	1,59
Casével	2,83	0,22
Santarém (Marvila)	19,40	10,78
Moçarria	4,20	0,52
Pernes	3,31	1,27
Pombalinho	4	1,78
Póvoa da Isenta	6,02	0,87
Póvoa de Santarém	6,46	1,86
Romeira	3,83	0,53
Santa Iria da Ribeira de Santarém	3,44	1,40
Santarém (São Nicolau)	14,60	6,88
Santarém (São Salvador)	14,46	7,88
São Vicente do Paul	2,91	0,60
Tremês	2,73	0,66
Vale de Figueira	3,29	1,09
Vale de Santarém	8,05	3,08
Vaqueiros	2	0
Várzea	5,02	1,40
Gançaria	0,69	0,23

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Actividade, Emprego e Poder de Compra

Em matéria de **taxa de actividade** (taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população), o concelho de Santarém registava em **2001** uma taxa de **47,40%**, ligeiramente abaixo da registada para a Lezíria do Tejo e para o Continente. Em termos de freguesia, são as freguesias de São Salvador (53,10%), São Nicolau (52,10%), Vale de Santarém (50,90%), Vale de Figueira (49,90%) e Marvila (49,10%) as que registavam taxas mais elevadas; por oposição são as freguesias Pombalinho (33,50%), Azóia de Baixo (35,90%), Casével (38,90%) e Vaqueiros (39,10%) as que registavam valores mais baixos.

Quadro 30 – Taxa de Actividade da população residente por freguesia (2001)

Local de residência	Taxa de actividade da população residente
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Continente	48,40
Lezíria do Tejo	48
Santarém	47,40
Abitureiras	42,60
Abrã	45,50
Achete	40,20
Alcanede	44,80
Alcanhões	44,80
Almoster	43,60
Amiais de Baixo	45
Arneiro das Milhariças	40,30
Azoia de Baixo	35,90
Azoia de Cima	43,30
Casével	38,90
Santarém (Marvila)	49,10
Moçarria	44
Pernes	46,30
Pombalinho	33,50
Póvoa da Isenta	44,80
Póvoa de Santarém	45,50
Romeira	44,10
Santa Iria da Ribeira de Santarém	43,70
Santarém (São Nicolau)	52,10
Santarém (São Salvador)	53,10
São Vicente do Paul	43,50
Tremês	42,30
Vale de Figueira	49,90
Vale de Santarém	50,90
Vaqueiros	39,10
Várzea	44,80
Gançaria	44,90

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em termos de **actividade económica** propriamente dita, em **2001** a população activa estava preferencialmente empregada no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico (5552 – 19,71%), nas indústrias transformadoras (4913 – 17,44%) e na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (2914 – 10,35%).

Quadro 31 – População empregada por actividade económica e por freguesia (2001)

Local de residência	População empregada por actividade económica																	
	Período de referência dos dados																	
	2001																	
	Actividade económica																	
	Total	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Transportes, armazenagem e comunicações	Actividades financeiras	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	Educação	Saúde e acção social	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	Actividades com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Santarém	28163	1419	3	431	4913	266	2225	5552	1430	1135	591	1471	2914	2252	2072	647	839	3
Abitureiras	408	60	0	0	54	3	27	101	18	21	8	8	31	24	24	6	23	0
Abriá	548	23	0	22	247	1	30	140	24	14	1	18	4	14	5	3	2	0
Achete	704	83	0	0	101	5	61	155	38	36	9	31	78	27	35	14	31	0
Alcanede	2183	182	0	352	703	3	153	331	93	81	18	53	84	75	23	13	19	0
Alcanhões	658	48	0	0	139	4	73	140	25	21	11	14	46	44	35	15	42	1
Almoater	722	80	0	13	138	15	81	128	29	20	8	30	74	13	35	17	32	0
Amiais de Baixo	900	7	0	2	407	4	79	189	33	33	8	26	20	58	18	10	6	0
Arneiro das Milhariças	364	14	0	0	141	9	39	70	9	3	3	12	22	19	18	3	2	0
Azoia de Baixo	90	5	0	0	9	0	6	10	2	4	3	7	14	12	8	4	6	0
Azoia de Cima	225	27	0	0	38	2	35	44	11	9	1	9	10	4	9	2	24	0
Casével	385	51	0	0	116	3	51	66	33	12	1	4	10	14	9	6	9	0
Santarém (Marvila)	4353	102	0	6	366	48	210	779	196	157	199	341	695	615	450	115	73	1
Moçarria	493	27	0	1	96	9	56	113	23	24	2	11	28	28	27	12	36	0
Pernes	739	46	0	0	264	2	56	128	37	25	10	21	44	44	35	16	11	0
Pombalinho	160	29	0	0	25	0	25	29	8	5	0	5	14	7	3	1	9	0
Póvoa da Isenta	484	41	0	8	76	6	43	82	14	21	5	48	53	29	20	16	22	0
Póvoa de Santarém	276	8	0	0	31	2	51	61	24	15	8	8	20	14	17	2	15	0
Romeira	322	14	0	2	47	4	27	81	12	12	4	22	24	12	26	7	28	0
Santa Iria da Ribeira de Santarém	398	8	0	2	38	1	39	60	35	42	6	20	65	30	31	16	5	0
Santarém (São Nicolau)	4393	104	2	3	415	35	274	917	240	184	114	258	620	450	517	142	117	1
Santarém (São Salvador)	4560	72	0	13	520	53	249	965	291	173	125	289	610	486	458	128	128	0
São Vicente do Paul	836	114	0	0	157	9	109	169	48	46	5	31	45	31	29	11	32	0
Tremês	851	61	0	2	232	9	110	175	34	26	4	34	53	44	36	16	15	0
Vale de Figueira	584	75	0	1	88	11	64	106	21	41	6	23	45	21	35	12	35	0
Vale de Santarém	1453	67	1	1	249	19	144	257	68	73	21	113	119	94	109	41	77	0
Vaqueiros	118	8	0	0	33	0	18	18	17	4	0	5	4	4	4	0	3	0
Várzea	720	37	0	0	105	9	88	178	41	25	10	25	72	28	51	14	37	0
Gançaria	236	17	0	3	78	0	27	60	6	8	1	5	10	11	5	5	0	0

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

No que se refere à análise da população empregada, mas por **sector de actividade**, podemos afirmar que em 2001 o concelho de Santarém tinha a grande maioria da sua população activa empregada no **sector terciário – 18 906 pessoas**, o que corresponde a um peso de 67,13%.

Quadro 32 – População empregada por sector de actividade e por freguesia (2001)

Local de residência	População empregada por sector de actividade económica				
	Período de referência dos dados				
	2001				
	Sector de actividade económica				
	Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Santarém	28163	1422	7835	8727	10179
Abitureiras	408	60	84	108	156
Abrã	548	23	300	28	197
Achete	704	83	167	185	269
Alcanede	2183	182	1211	214	576
Alcanhões	658	48	216	183	211
Almoster	722	89	247	171	215
Amiais de Baixo	900	7	492	112	289
Arneiro das Milhariças	364	14	189	64	97
Azoia de Baixo	90	5	15	44	26
Azoia de Cima	225	27	75	49	74
Casével	385	51	170	48	116
Santarém (Marvila)	4353	102	630	1949	1672
Moçarria	493	27	162	131	173
Pernes	739	46	322	150	221
Pombalinho	160	29	50	34	47
Póvoa da Isenta	484	41	133	140	170
Póvoa de Santarém	276	8	84	68	116
Romeira	322	14	80	97	131
Santa Iria da Ribeira de Santarém	398	8	80	147	163
Santarém (São Nicolau)	4393	106	727	1847	1713
Santarém (São Salvador)	4560	72	835	1810	1843
São Vicente do Paul	836	114	275	148	299
Tremês	851	61	353	164	273
Vale de Figueira	584	75	164	148	197
Vale de Santarém	1453	68	413	440	532
Vaqueiros	118	8	51	15	44
Várzea	720	37	202	202	279
Gançaria	236	17	108	31	80

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

As **profissões** que mais registos apresentavam de população empregada são, à data de 2001 e em primeiro lugar, os **operários, artífices e trabalhadores similares**, com 4948 pessoas (17,57%), logo seguidos pelos **trabalhadores não qualificados**, com 4426 pessoas (15,72%), pelo **peçoal dos serviços e vendedores**, com 4269 pessoas (15,16%) e pelo **peçoal administrativo e similares**, com 3572 pessoas (12,68%).

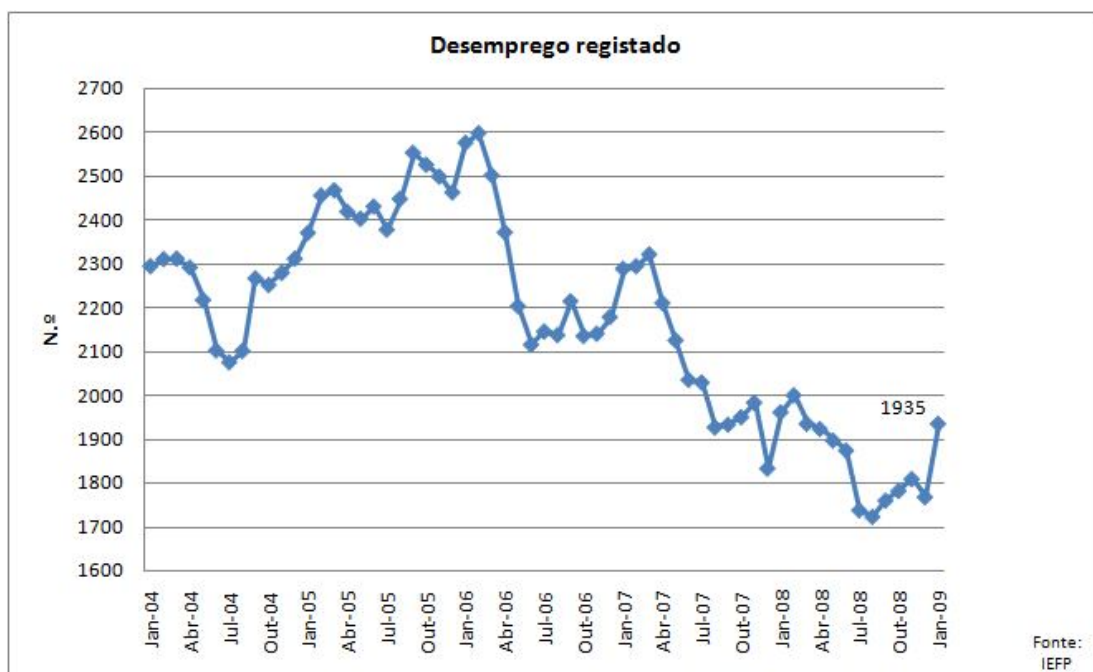
Quadro 33 – População empregada por profissão e por freguesia (2001)

Local de residência	População empregada por profissão										
	Período de referência dos dados										
	2001										
	Profissão										
	Total	Forças armadas	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Santarém	28163	354	2120	2681	2751	3572	4269	946	4948	2096	4426
Abitureiras	408	1	29	13	24	43	46	46	68	35	103
Abrã	548	1	73	11	17	43	48	20	171	76	88
Achete	704	3	42	30	50	58	113	55	144	96	113
Alcanede	2183	17	152	33	97	158	205	165	748	278	330
Alcanhões	658	3	33	25	46	63	110	27	170	39	142
Almoster	722	11	25	24	60	64	102	68	173	48	147
Amiais de Baixo	900	2	101	55	51	53	90	7	312	136	93
Arneiro das Milhariças	364	1	17	3	11	25	54	6	133	56	58
Azoia de Baixo	90	1	6	15	6	14	12	5	13	3	15
Azoia de Cima	225	0	12	3	7	14	35	26	48	23	57
Casével	385	2	19	8	17	21	48	28	84	63	95
Santarém (Marvila)	4353	66	436	861	706	796	589	46	301	91	461
Moçarria	493	6	17	26	27	36	77	19	124	48	113
Pernes	739	2	47	22	42	64	109	33	146	128	146
Pombalinho	160	4	12	9	4	4	22	7	48	12	38
Póvoa da Isenta	484	9	25	35	40	60	57	32	84	37	105
Póvoa de Santarém	276	5	29	12	22	31	38	6	58	15	60
Romeira	322	4	12	8	25	34	60	11	76	24	68
Santa Iria da Ribeira de Santarém	398	7	19	17	34	47	74	9	70	32	89
Santarém (São Nicolau)	4393	81	321	614	584	726	829	41	426	170	601
Santarém (São Salvador)	4560	77	398	636	539	725	828	37	517	205	598
São Vicente do Paul	836	7	51	25	51	67	121	80	165	123	146
Tremês	851	8	64	29	41	61	104	52	245	99	148
Vale de Figueira	584	7	24	12	41	64	87	28	125	53	143
Vale de Santarém	1453	23	83	118	136	173	222	48	270	119	261
Vaqueiros	118	0	8	3	4	10	22	4	26	10	31
Várzea	720	5	54	32	56	93	132	23	138	38	149
Gançaria	236	1	11	2	13	25	35	17	65	39	28

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

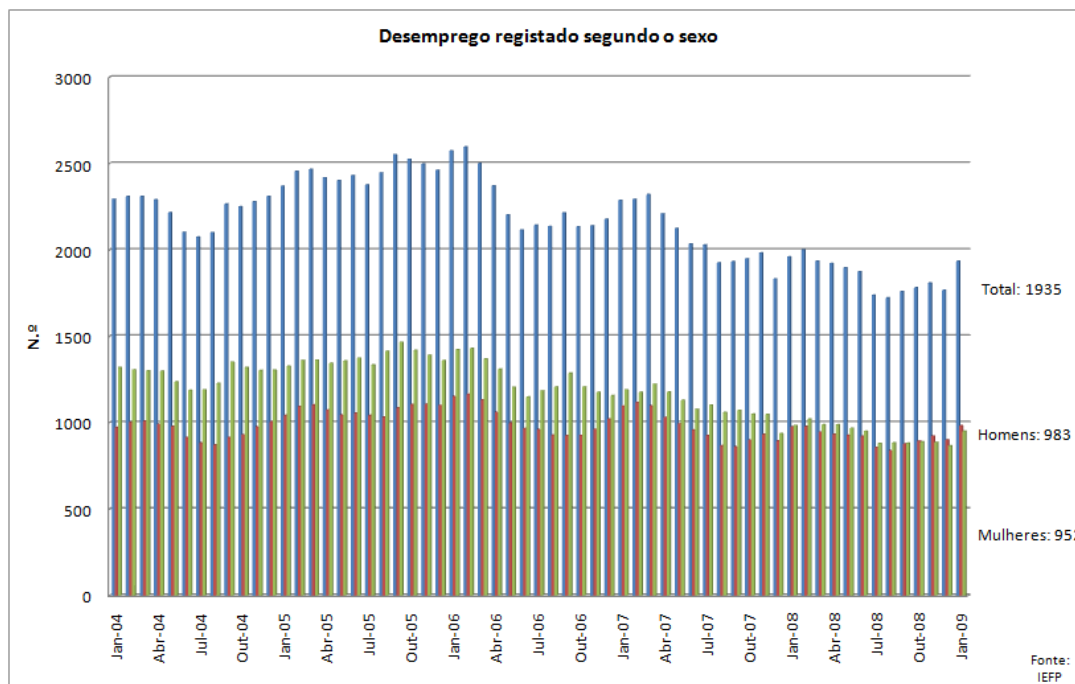
Em matéria de **emprego**, e tendo agora como principal referência os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, para o intervalo temporal compreendido entre Janeiro de 2004 e Janeiro de 2009, de salientar que no último mês estatístico analisado encontram-se inscritos nos ficheiros daquele instituto **1935 indivíduos**. O valor mais elevado que se registou no período em análise, foi em Fevereiro de 2006, com 2597 pessoas inscritas.

Gráfico 1 – Desemprego registado (2004 - 2009)



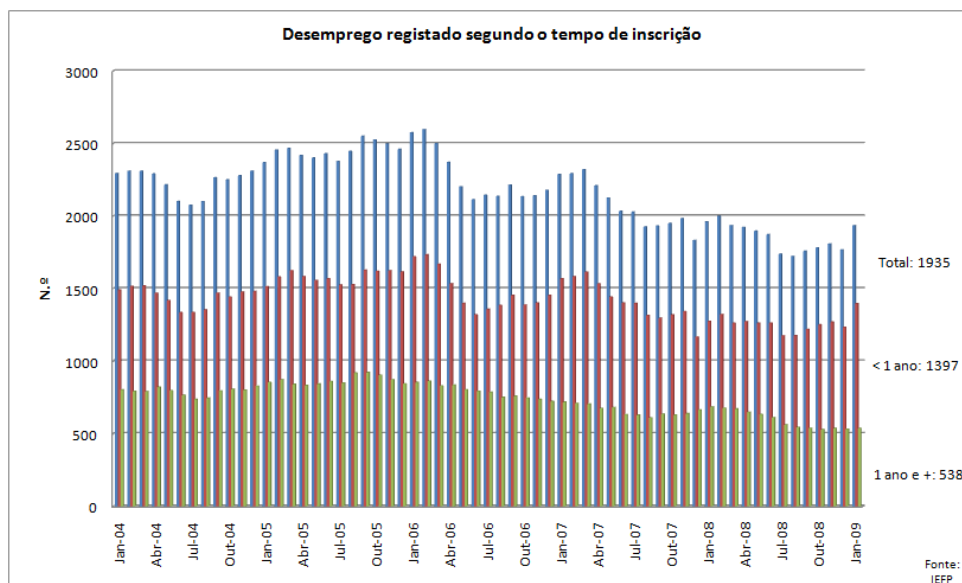
O desemprego no concelho de Santarém afecta mais as pessoas do **sexo feminino (barra verde no gráfico 2)**, pese embora tenha sido registado em Janeiro de 2009 um total de 952 mulheres e 983 homens inscritos; no entanto, a análise da série temporal permite aferir que o fenómeno do desemprego afecta mais as mulheres que os homens.

Gráfico 2 – Desemprego registado segundo o sexo (2004 - 2009)



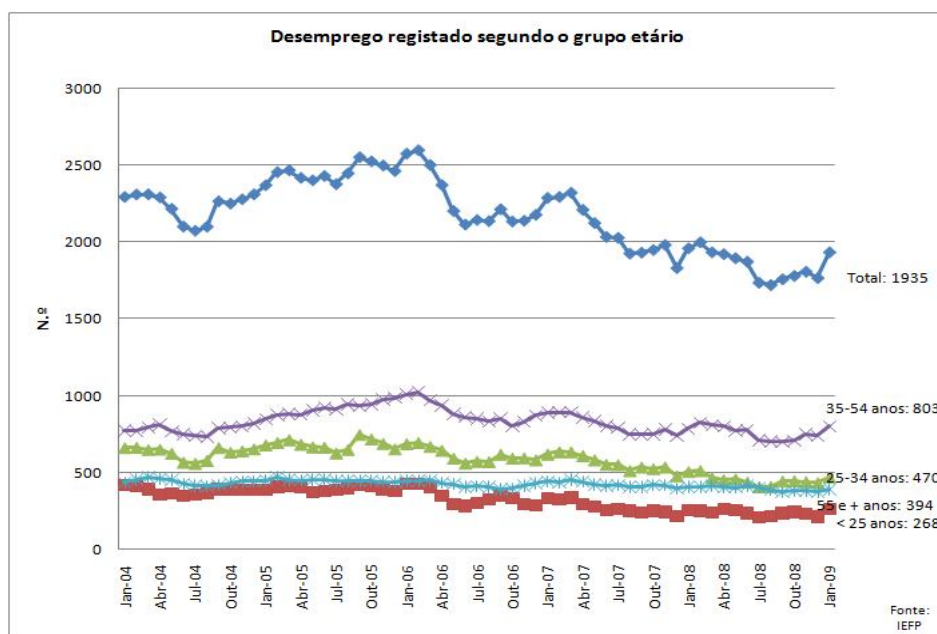
Uma referência positiva para o facto de, em matéria de **tempo de inscrição** nos ficheiros do IIEFP, a maioria dos inscritos não permanecerem mais de 1 ano nos registos. Em Janeiro de 2009, 72,2% das 1935 pessoas nos ficheiros estavam inscritas há menos de 1 ano.

Gráfico 3 – Desemprego registado segundo o tempo de inscrição (2004 - 2009)



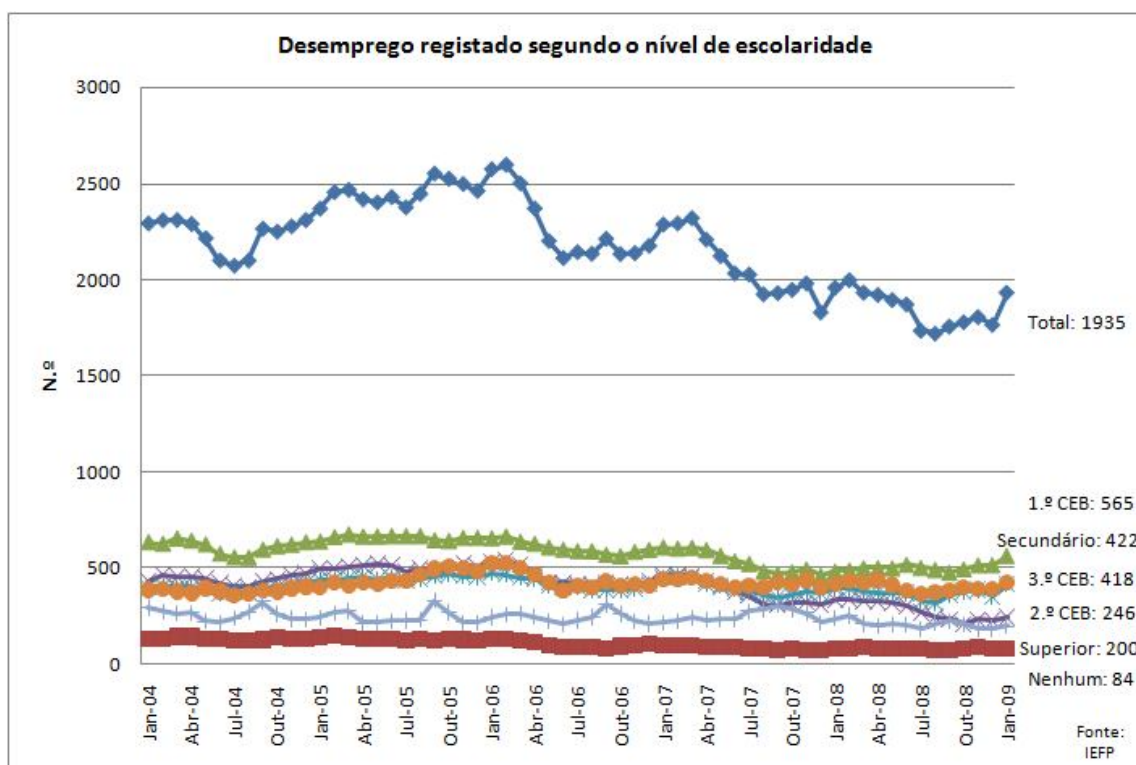
O **grupo etário** que é mais afectado pelo fenómeno do desemprego no concelho de Santarém é o dos 35-54 anos, com um total de 803 inscritos em Janeiro de 2009 (41,5%), logo seguido pelo grupo etário 25-34 anos com 470 pessoas inscritas (24,29%) e pelo grupo 55 e + anos com 394 pessoas inscritas (20,36%).

Gráfico 4 – Desemprego registado segundo o grupo etário (2004 - 2009)



Para finalizar, e considerando o cruzamento entre as variáveis “desemprego” e “nível de escolaridade”, de salientar que em Santarém são as pessoas com o 1.º CEB que mais peso tinham nos registos em Janeiro de 2009 (565 indivíduos – 29,2%), logo seguidos pelas pessoas com o secundário (422 – 21,81%) e o 3.º CEB (418 – 21,60%).

Gráfico 5 – Desemprego registado segundo o nível de escolaridade (2004 - 2009)



No que se refere ao **poder de compra** da população residente em Santarém, de referir em primeira instância que o **ganho médio mensal** para o ano de 2005 era de 832,60€ valor inferior ao da região da Lezíria do Tejo e do Continente, mas que no entanto representa um acréscimo de 32,60€face ao ano transacto, sendo este crescimento superior ao da Lezíria do Tejo e do Continente.

Quadro 34 – Ganho médio mensal (2004 e 2005)

Localização geográfica	Ganho médio mensal	
	Período de referência dos dados	
	2005	2004
	€	€
Continente	909,20	879,60
Lezíria do Tejo	833,10	804,10
Santarém	832,60	800,40

Fonte: MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento

O índice de **poder de compra per capita** registou um crescimento no período compreendido entre 2002 e 2005 de 3,05 pontos, tendo-se fixado nos **99,20 pontos em 2005** (de registar que no ano intermédio de 2004 verificou-se uma quebra deste

indicador). Comparando com diferentes referenciais territoriais, é um valor que ainda fica acima do registado para a região da Lezíria do Tejo e muito próximo do registado para o Continente.

Quadro 35 – Poder de Compra *per capita* (2002, 2004 e 2005)

Localização geográfica	Poder de compra per capita		
	Período de referência dos dados		
	2005	2004	2002
	-	-	-
Continente	100,52	101,04	101,32
Lezíria do Tejo	89,93	78,35	81
Santarém	99,20	92,31	96,15
Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio			

Os principais problemas e necessidades em matéria de intervenção social

Crianças

No concelho de Santarém, o número de **indivíduos com idade igual ou inferior a 14 anos** em 2007 era de 8 888 crianças. Estas 8 888 crianças contabilizadas em 2007, representam um peso no total da população residente de 13,91%, o que comparativamente com os dados disponibilizados pelo INE para os anos de 2001 e 1991, vem consolidar a tendência de decréscimo da proporção de população com 14 ou menos anos na população residente: 1991 – 17,53%; 2001 – 14,06%; 2007 – 13,91%.

Quadro 36 – População residente com 14 ou menos anos por sexo (2007)

Sexo	Grupo etário	População residente por Sexo e Grupo etário
		Período de referência dos dados
		2007
		Local de residência
		Santarém
		N.º
HM	Total	63878
	0 - 14 anos	8888
H	Total	30798
	0 - 14 anos	4610
M	Total	33080
	0 - 14 anos	4278

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Quadro 37 – Proporção da população residente com 14 ou menos anos por freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Proporção da população residente com 14 ou menos anos de idade	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	%	%
Continente	15,79	19,71
Lezíria do Tejo	14,15	17,58
Santarém	14,06	17,53
Abitureiras	11,34	17,20
Abrã	13,19	18,14
Achete	10,45	15,40
Alcanede	13,87	18,78
Alcanhões	12,38	15,48
Almoster	11,55	15,92
Amiais de Baixo	12,65	17,87
Arneiro das Milhariças	10,47	14,33
Azoia de Baixo	11,51	11,25
Azoia de Cima	14,15	11,50
Casével	10,15	17,70
Santarém (Marvila)	13,45	17,71
Moçarria	13,28	16,56
Pernes	13,56	17,72
Pombalinho	10	11,94
Póvoa da Isenta	14,89	16,43
Póvoa de Santarém	15,29	15,12
Romeira	12,65	13,86
Santa Iria da Ribeira de Santarém	13,22	17,19
Santarém (São Nicolau)	16,68	19,40
Santarém (São Salvador)	16,63	19,23
São Vicente do Paul	13,24	17,58
Tremês	12,02	16,57
Vale de Figueira	12,29	15,50
Vale de Santarém	14,89	17,97
Vaqueiros	14,20	13,93
Várzea	13,83	16,17
Gançaria	11,87	20,26

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

O crescimento da proporção desta faixa populacional tem impacte directo numa outra variável – o **índice de dependência de jovens** que tem sofrido, também ele ao longo dos últimos anos, um crescimento de mais de um ponto, fixando-se nos **24,61 indivíduos em 2007**, por cada 100 pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.

Pese embora não existir informação actualizada por freguesia, é interessante verificar que para 2001, data do último Recenseamento da População e Habitação, as freguesias onde o índice de dependência dos jovens era mais elevado eram Azóia de Baixo (25,10), Vaqueiros (24,80) e São Nicolau (24,50).

Quadro 38 – Índice de Dependência de Jovens por freguesia (2001)

Local de residência	Índice de dependência de jovens
	Período de referência dos dados
	2001
	N.º
Continente	23,30
Lezíria do Tejo	21,40
Santarém	21,40
Abitureiras	18,60
Abrã	20,20
Achete	16,90
Alcanede	21,30
Alcanhões	20,10
Almoster	18,80
Amiais de Baixo	19,40
Arneiro das Milhariças	17,90
Azoia de Baixo	25,10
Azoia de Cima	23,10
Casével	16,90
Santarém (Marvila)	20
Moçarria	20,60
Pernes	21,70
Pombalinho	17,40
Póvoa da Isenta	23,40
Póvoa de Santarém	23,70
Romeira	20
Santa Iria da Ribeira de Santarém	21,20
Santarém (São Nicolau)	24,50
Santarém (São Salvador)	24
São Vicente do Paul	21,20
Tremês	19
Vale de Figueira	19,20
Vale de Santarém	21,70
Vaqueiros	24,80
Várzea	21,20
Gançaria	17,70

Fonte INE, Recenseamento da População e Habitação

Em matéria de respostas educativas para a infância, o concelho de Santarém registava, em 2008/09, 5 agrupamentos de escolas com ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, a saber: Alcanede (com estabelecimentos nas freguesias de Abrã, Amiais de Baixo, Alcanede, Azóia de Cima, Gançaria e Tremês), D. João II (com estabelecimentos nas freguesias de Abitureiras, Azóia de Baixo, Alcanhões, Moçarria, Póvoa de Santarém, Romeira, Ribeira de Santarém, São Salvador, Vale Figueira e Várzea), Alexandre Herculano (com estabelecimentos nas freguesias de Almoster, Póvoa da Isenta, São Nicolau, São Salvador e Vale de Santarém), Mem Ramires (com estabelecimentos na freguesia de Marvila), Pernes (com estabelecimentos nas freguesias de Achete, Arneiro Milh, Casével, Pernes, São Vicente e Vaqueiros) e Golegã (com estabelecimentos na freguesia de Pombalinho). Todos estes

estabelecimentos dão resposta a um total de 1074 crianças em pré-escolar, 2617 crianças no 1.º CEB, 1115 crianças no 2.º CEB e 1281 crianças no 3.º CEB.

Quadro 39 – Respostas educativas para a infância da rede pública (2009)

Agrupamento	Crianças e jovens em respostas educativas								
	Período de referência dos dados								
	2008/09								
	Jardim de	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	CEF	EFA	CP	Secundário	Total
Alcanede	261	419	130	283	9	30	0	0	1132
D. João II	231	702	304	323	0	0	0	0	1560
Alexandre Herculano	270	758	334	307	19	0	0	0	1888
Mem Ramires	141	461	250	217	0	0	0	0	1069
Pernes	157	261	97	151	0	0	0	0	666
Golegã	14	16	0	0	0	0	0	0	30
Sub-total	1074	2617	1115	1281	28	30	0	0	6145
Escola Secundária									
Sá da Bandeira*	0	0	0	151	59	0	32	546	788
Ginestal Machado**	0	0	0	186	0	0	164	727	1077
Sub-total	0	0	0	337	59	0	196	1273	1865
Colégio Infante Santo***	0	0	0	0	0	25	528
Escola Técnica-Profissional - Alto dos Fornos Tremês****	0	0	0	0	0	0	305	0	305
Total	1074	2617	+1115	+1618	87	30	501	1298	8843

* A Escola Secundária Sá da Bandeira regista 437 alunos em Centro Novas Oportunidades.
 ** A Escola Secundária Ginestal Machado regista 5 cursos profissionais: Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Frio e Climatização Técnico de Secretariado, Técnico de Instalações Eléctricas Técnico de Manutenção Industrial / Electromecânica.
 *** O Colégio Infante Santo regista um número total de alunos do 5º ao 9º anos e após desistências 503 alunos.
 **** A Escola Técnica-Profissional - Alto dos Fornos Tremês regista 5 cursos profissionais: Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Serviços Jurídicos (só 3º ano), Técnico de Comércio (só 1º e 2º anos), Técnico de Análise Laboratorial, Técnico de Gestão Equipamentos Informáticos.
 Fonte: Câmara Municipal de Santarém

No que diz respeito às respostas sociais, o concelho de Santarém dá resposta a um total de 391 crianças em Creche (60,6% da rede solidária e os restantes 29,4% da rede privada com fins lucrativos) e 658 em ATL (74,2% da rede solidária e os restantes 25,8% da rede privada com fins lucrativos). Pese embora o facto nestas duas respostas a rede solidária assegurar grande parte da resposta da comunidade às necessidades das crianças e suas famílias, não é displicente o contributo dado pela rede privada com fins lucrativos, que em 2009, abrangia um total de 324 crianças entre Creche e ATL.

Quadro 40a – Respostas sociais para a infância da rede privada com fins lucrativos (2009)

Entidade	Utentes em respostas sociais para a infância da rede privada com fins lucrativos		
	Período de referência dos dados		
	2009		
	Creche	ATL	Total
	N.º	N.º	N.º
Palmo e Meio – Creche e Jardim de Infância	35	10	45
Academia dos Bichos	0	20	20
Fraldas de Fora	20	0	20
Fábulas de Encantar	33	0	33
Colégio Valle dos Príncipes	33	140	173
O Meu Pequeno Mundo	33	0	33
Total	154	170	324

Fonte: Câmara Municipal de Santarém

A rede solidária dá ainda resposta a 427 crianças em Jardim-de-infância e a 84 crianças em situação de acolhimento (curta ou longa duração).

Diagnóstico Social

Conselho Local de Acção Social de Santarém

Em termos globais a rede solidária abrange em 2008/09, 1179 crianças. As listas de espera apenas se verificam em duas valências: creche e jardim-de-infância, com 31 crianças e 16 crianças, respectivamente.

Diagnóstico Social

Conselho Local de Acção Social de Santarém

Quadro 40b) – Respostas sociais para a infância da rede solidária (2009)

Entidade	Utentes em respostas sociais para a infância da rede solidária														
	Período de referência dos dados														
	2009														
	Creche			Jardim de infância			ATL*/CATL			Lares e Centros de Acolhimento			Total		
Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	
Estação Zootécnica Nacional Vale de Santarém	70	65	0	125	102	0	40	30	0	0	0	0	235	197	0
Santa Casa da Misericórdia de Pernes	0	0	0	0	0	0	40	-	-	0	0	0	40	0	0
Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém (ADSCS)	70	57	0	70	57	0	220	233	0	0	0	0	360	347	0
Lar de St. António da Cidade de Santarém (2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	33	0	40	33	0
Centro Social Interparoquial de Santarém	75	75	0	231	211	0	155	155	0	0	0	0	461	441	0
Igreja Paroquial do Vale de Santarém	0	0	0	0	0	0	30	23	0	0	0	0	30	23	0
Santa Casa da Misericórdia de Santarém (3)	52	40	31	65	36	16	12	47	0	12	32	0	141	155	47
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	0	0	0	40	21	0	0	0	0	0	0	0	40	21	0
Fundação Luiza Andaluz (4)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	19	0	30	19	0
Total	267	237	31	531	427	16	545	488	0	82	84	0	1425	1236	47

(1) As Creches da ADSCS situam-se em Tremês e Achete.

(2) A resposta de "Lares e Centros de Acolhimento" concretiza-se na valência de Lar de crianças e jovens (feminino).

(3) A resposta de "Lares e Centros de Acolhimento" concretiza-se na valência de Lar de rapazes (com uma capacidade para 20 rapazes e com uma taxa de ocupação de 100%) e na valência de Centro de acolhimento temporário de crianças em risco (com uma capacidade para 12 crianças e uma taxa de ocupação de 100%).

(4) A resposta de "Lares e Centros de Acolhimento" concretiza-se na valência de Lar de crianças e jovens (feminino).

* Actualmente só existe ATL na ADSCS (Ludoteca/São Domingos, Feira/Marvila e Casal da Charneca/Almoster) e na Santa Casa da Misericórdia de Santarém.

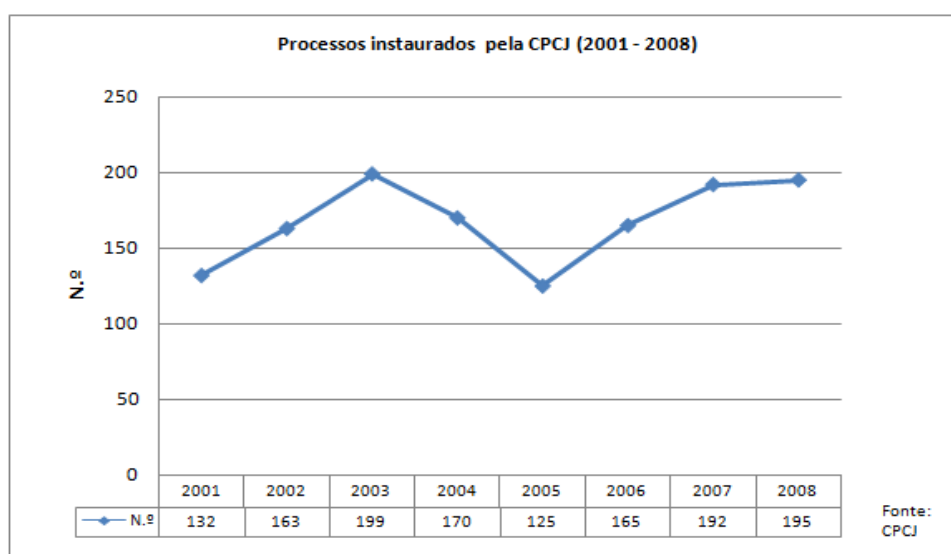
Fonte: Câmara Municipal de Santarém

Uma outra questão que importa explicar neste contexto reporta-se à actividade da **Comissão de Protecção Crianças e Jovens (CPCJ)** do concelho de Santarém. Tendo em conta a informação disponibilizada pela própria Comissão através do seu Relatório de Actividades e Avaliação 2008, podemos afirmar que:

- O “perfil tipo” das crianças e jovens acompanhadas é marcado por um igual número de rapazes e de raparigas, sendo no escalão etário entre os seis e os dez anos que existem mais acompanhados. A sua escolaridade situa-se, maioritariamente, ao nível do 1º CEB;
- A negligência e os maus tratos psicológicos/emocionais, problemáticas mais acompanhadas, são transversais a todos os escalões etários. Por outro lado, embora tenha diminuído, ligeiramente, o número de processos instaurados relativos ao abandono escolar, os processos acompanhados aumentaram;
- O apoio junto dos pais foi a medida de promoção e protecção aplicada na maior parte dos casos, privilegiando-se, assim, a manutenção da criança/jovem no seu meio familiar;
- As crianças/jovens residem com a família biológica, tratando-se com maior frequência de famílias nucleares com filhos ou de famílias monoparentais femininas. A maioria dos responsáveis pelos agregados familiares tem entre 25 e 44 anos e apresenta baixos níveis de escolaridade. Perto de metade dos responsáveis pelas crianças e jovens vive do rendimento do trabalho, sendo que a maioria apresenta situações económicas precárias e habita em contextos socialmente problemáticos.

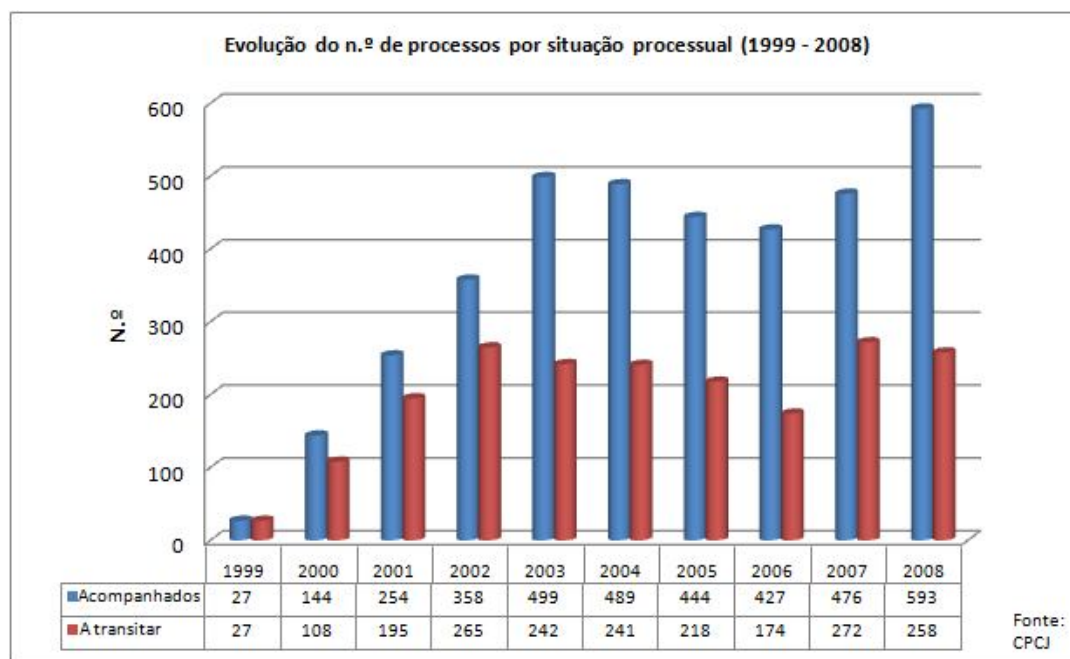
Em termos de dinâmica processual, podemos concluir que foram **instaurados 1341 processos desde 2002** o que, em média, representa cerca de **14 processos por mês**. No que diz respeito ao número de processos instaurados, o ano de 2008 encontra-se em 2º lugar relativamente aos restantes.

Gráfico 6 – Processos instaurados pela CPCJ (2001 - 2008)



No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de processos entre 1999 a 2008, em função da sua situação processual, (acompanhados e a transitar), de onde destacamos o facto de transitarem para o ano de 2008 duzentos e cinquenta e oito processos.

Gráfico 7 – Evolução do número de processos por situação processual (1999 – 2008)



Tomando, agora, por referência o ano de 2008 exclusivamente, registamos que em relação ao ano de 2007, existe um ligeiro aumento nos processos instaurados, (mais 3 processos), bem como nos processos reabertos, (mais 16 processos). Quanto aos processos acompanhados existe um aumento muito significativo, (mais 117 processos), que se fica a dever, em grande parte, ao volume de processos que transitaram de 2007.

Em 2008 as principais entidades sinalizadoras são os estabelecimentos de ensino (20,9%), os pais (10,3%) e a própria CPCJ (24,3%). De realçar ainda a importância das IPSSs, Misericórdias... enquanto sinalizadores das situações de perigo (10,3%).

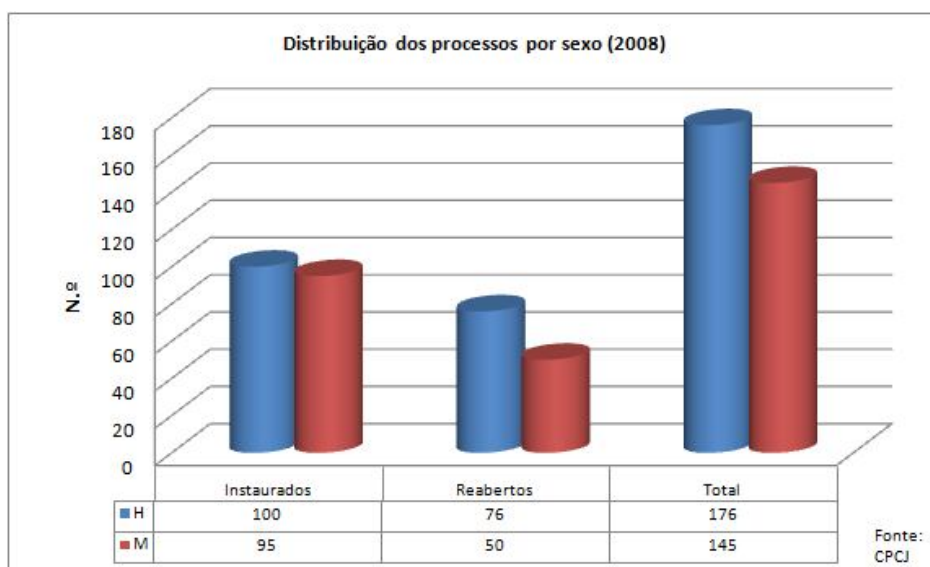
Quadro 41 – Sinalizadores das situações problemáticas na CPCJ (2008)

Sinalizadores	Sinalizadores das situações problemáticas	
	Período de referência dos dados	
	2008	
	%	
Próprios	0,90	
Pais	10,30	
Familiares	6,90	
Vizinhos e particulares	4,40	
A própria CPCJ	24,30	
Ministério Público	2,20	
Autoridades policiais	6,90	
Serviços da Segurança Social	1,50	
Estabelecimentos de saúde	5,00	
Estabelecimentos de ensino	20,90	
Autarquias	2,50	
Tribunais	0,60	
Rendimento Social de Inserção	3,00	
Outras organizações (IPSS, Misericórdias, CPCJ,	10,30	
Outros projectos/programas	0,30	

Fonte: CPCJ Santarém, Relatório de Actividades e Avaliação 2008

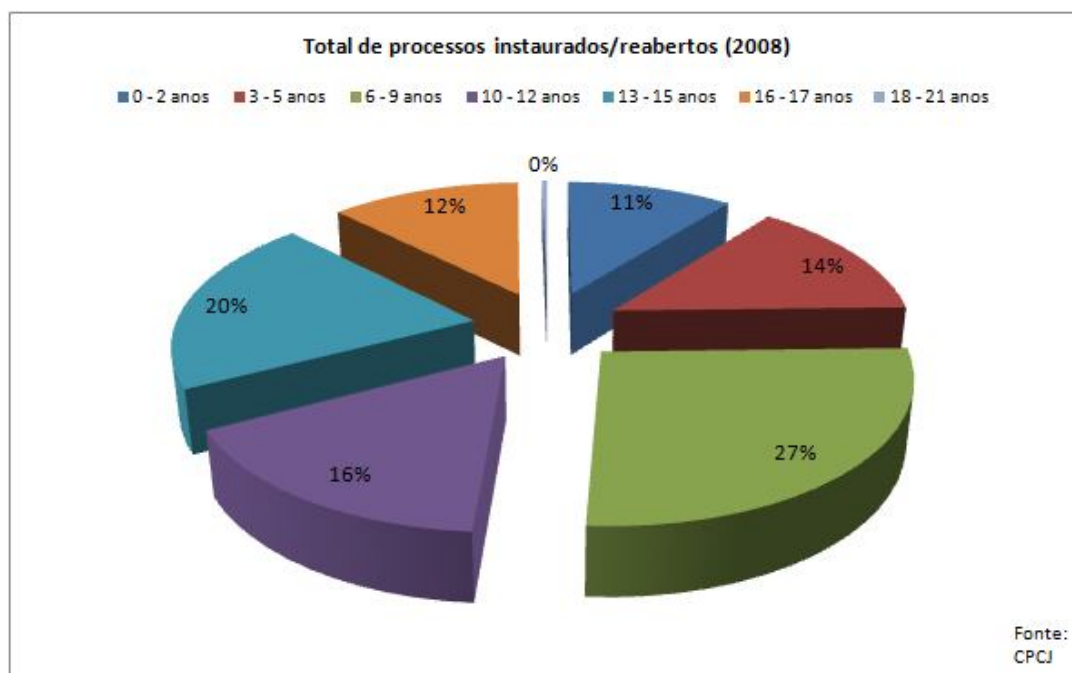
A distribuição dos processos por sexo mostra-nos que os rapazes são em maior número tanto nos processos instaurados como nos reabertos.

Gráfico 8 – Distribuição dos processos na CPCJ por sexo (2008)



A distribuição por idades do total das crianças e jovens com processos de promoção e protecção instaurados e reabertos, apresenta-se diferente do ano anterior, mas idêntico aos anos de 2005 e de 2006, onde as crianças do escalão etário 6-9 anos foram as mais sinalizadas (26,5% em 08). No ano de 2007 o escalão etário com maiores sinalizações tinha sido o dos 13-15 anos com 25,2%, que neste ano se ficou nos 20,2%. Relativamente ao escalão etário dos 0 aos 5 anos, temos uma percentagem que continua a ser preocupante (27,1% em 05, 24,4% em 06, 25,5% em 07 e, 24,6% em 08), preocupação que advém da importância dos primeiros anos de vida na estruturação progressiva da personalidade da criança, sendo a perturbação das relações de vinculação um factor de risco para o aparecimento de patologias subsequentes. De realçar, igualmente, o facto de enorme percentagem nos escalões etários entre os 13 e os 17 anos (32,4% contra 36,1% em 07).

Gráfico 9 – Total de processos instaurados/reabertos na CPCJ por grupo etário (2008)



Nos níveis de escolaridade destaca-se, de forma clara, o 1.º CEB com 35,5 % (27,5% em 07). Por outro lado, houve uma aproximação entre o 2º e 3º CEB, 17,8% e 17,4% respectivamente (em 07 as percentagem foram 23,8% e 20,9% respectivamente). Se comparámos as idades com a escolaridade verificamos que a deslocação de idade atrás citada, encontra resposta idêntica no nível de escolaridade.

Relativamente às problemáticas sociais que motivaram a intervenção da CPCJ, destacam-se, mais uma vez, a negligência das famílias face aos seus filhos com 39,9%, (49% em 07) e os maus-tratos psicológicos/abuso emocional destes últimos com 25,2%, (13,6% em 07). O abandono escolar situou-se nos 13,7%, (14,3% em 05, 11% em 06 e 17,5% em 07).

Como nota preocupante referir o significativo aumento das situações de maus tratos psicológicos/abuso emocional, que se traduz como sendo as situações em que não são tomadas em consideração as necessidades psicológicas da criança, particularmente, as que têm a ver com as relações interpessoais e com a auto-estima.

Quadro 42 – Problemáticas sociais motivadoras da intervenção da CPCJ (2008)

Problemáticas	Problemáticas sociais motivadoras da intervenção	
	Período de referência dos dados	
	2008	
	%	
Negligência		39,90
Abandono escolar		13,70
Maus-tratos físicos		2,20
Maus-tratos psicológicos/abuso emocional		25,20
Exposição a comportamentos desviantes		2,80
Outras situações de perigo		5,90
Abuso sexual		0,90
Outras condutas desviantes		4,40
Mendicidade		0,30
Problemas de saúde		1,90
Prática de facto classificado como crime		1,60
Abandono		0,60
Exploração trabalho infantil		0,60

Fonte: CPCJ Santarém, Relatório de Actividades e Avaliação 2008

No que diz respeito às medidas aplicadas no âmbito dos processos instaurados e reabertos, destacam-se as do apoio junto dos pais (82,3 % contra 88,8% em 07). O acolhimento institucional, foi a medida aplicada em 3,9% dos casos (3% em 07).

Quadro 43 – Medidas no âmbito dos processos instaurados e reabertos pela CPCJ (2008)

Medidas	CPCJ - Medidas no âmbito dos processos instaurados e reabertos	
	Período de referência dos dados	
	2008	
	%	
Apoio junto dos pais		82,30
Apoio junto de outro familiar		11,20
Acolhimento em instituição		3,90
Apoio para autonomia de vida		0,90
Confiança a pessoa idónea		1,70

Fonte: CPCJ Santarém, Relatório de Actividades e Avaliação 2008

Apresentamos, a terminar, a distribuição de processos pelas freguesias do concelho. Da análise a esta distribuição verificamos, como dados mais relevantes, um aumento significativo (em termos absolutos) nas freguesias de Alcanede (+11), Almofter (+10), Marvila (+24), São Salvador (+24), Vale de Figueira (+9) e Vaqueiros (+6).

Quadro 44 – Processos na CPCJ por freguesia (2008)

Local de residência	Processos por freguesia	
	Período de referência dos dados	
	2007	2008
	N.º	N.º
Abitureiras	2	6
Abrã	2	4
Achete	24	22
Alcanede	19	30
Alcanhões	1	9
Almofter	16	26
Amiais de Baixo	6	15
Arneiro das Milhariças	1	1
Azoia de Baixo	0	0
Azoia de Cima	6	6
Casével	4	5
Santarém (Marvila)	94	118
Moçarria	1	1
Pernes	15	23
Pombalinho	3	4
Póvoa da Isenta	0	2
Póvoa de Santarém	12	9
Romeira	1	2
Santa Iria da Ribeira de Santarém	26	28
Santarém (São Nicolau)	97	96
Santarém (São Salvador)	60	84
São Vicente do Paul	10	9
Tremês	15	17
Vale de Figueira	13	22
Vale de Santarém	39	37
Vaqueiros	6	12
Várzea	3	5
Gançaria	0	0

Fonte: CPCJ Santarém, Relatório de Actividades e Avaliação 2008

Problemas e necessidades

A análise conjunta desenvolvida em torno da temática crianças pelo grupo de trabalho reunido em sede de *workshop*, permitiu identificar uma lista de problemas relativamente extensa: 7 problemas, que recaem em questões associadas ao contexto individual das crianças, à rede de equipamentos e respostas sociais e a situações de maus-tratos entre iguais.

O primeiro problema incide sobre situações de **instabilidade afectiva, emocional e comportamental** que afectam muitas crianças, situações estas que têm implicações sérias ao nível de problemas de saúde mental, de delinquência e abandono/insucesso escolar. Esta instabilidade advém de diversas situações, das quais se destacam a falta de mediação familiar, a violência doméstica e os conflitos familiares.

Um segundo problema diz respeito aos **maus-tratos entre iguais** (*bullying*, um problema transversal que pode surgir em famílias informadas e diferenciadas do ponto de vista cultural, académico e económico), problema este que tem como principais consequências uma tendência para a instabilidade emocional da vítima, traumas psíquicos nas vítimas e familiares, desinteresse pela escola, dificuldades de aprendizagem e absentismo e abandono escolar; e cujas origens estão em problemas estruturais relacionados com o fenómeno da pobreza e com as relações sociais entre minorias étnicas, bem como em práticas educativas incorrectas e no SMAR - Síndrome de Maus-tratos repetitivos.

A estes problemas acresce um terceiro referente à **insuficiência de respostas ao nível de equipamentos sociais**, o que faz com que existam crianças no concelho de Santarém sem o acompanhamento adequado às suas necessidades e de qualidade. Tal situação apresenta como principal causa o facto de as crianças e jovens com perturbações emocionais e de comportamento não terem acompanhamento, nomeadamente através do Sistema Nacional de Saúde e de as instituições não estarem preparadas para a colher crianças e jovens com estas perturbações. A esta situação acresce a inexistência de supervisão dos psicólogos.

Um outro problema identificado, e que de certa forma está relacionado com o anterior, prende-se com a **falta de respostas de acolhimento para crianças com deficiência/incapacidade**, o que se pode traduzir na integração destas crianças em respostas que não são adequadas às suas necessidades e especificidades de desenvolvimento motor, cognitivo e emocional. Esta falta de respostas encontra no facto de as residências para pessoas portadoras de deficiência só receberem maiores de 16 anos, no facto de os lares de infância não receberem estas crianças e no facto de existir uma falta de financiamento e políticas desadequadas para esta área as suas principais causas.

A **falta de respostas para crianças com perturbações emocionais e do comportamento** é o quinto problema identificado pelos parceiros da Rede Social de Santarém, o qual se traduz, em termos de consequências, na criação de um clima negativo em torno da criança e no não acompanhamento adequado destas crianças. A principal causa deste problema reside no facto de não existir um acompanhamento pedopsiquiátrico eficaz/integrado no concelho.

O penúltimo problema reside no facto de se verificar uma **falta de respostas desportivas e de actividades de tempos livres**, causado pela falta de divulgação e pelo não aproveitamento dos espaços existentes. Esta falta de respostas pode levar a que as crianças desenvolvam comportamentos de risco.

O **facto de os horários das creches e jardins-de-infância estarem desadequados aos horários dos pais** consubstancia um outro problema, o que conduz a que muitas crianças fiquem em amas sem formação adequada e alguns pais sintam dificuldades profissionais.

O último problema identificado diz respeito a **maus-tratos e negligência por parte dos familiares mais directos**, problema este que encontra as suas principais causas na instabilidade familiar, nas dificuldades económicas, nos problemas saúde associados a consumos; e que tem como principais consequências a instabilidade emocional, as dificuldades de aprendizagem e baixa auto estima de algumas crianças.

CRIANÇAS - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Maus-tratos entre iguais
- Maus-tratos e negligência por parte de familiares mais directos
- Instabilidade afectiva, emocional e comportamental
- Respostas ao nível de equipamentos sociais
- Respostas de acolhimento para crianças com deficiência/incapacidade
- Respostas desportivas e de actividades de tempos livres
- Articulação entre os horários de funcionamento de creches e JI e os horários laborais dos pais

Jovens

No concelho de Santarém existiam no ano de 2007, e segundo as mais recentes estimativas da população elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, um total de **6 769 indivíduos** com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos (10,64% da população total a residir no concelho de Santarém em 2007). A análise por sexo, permite compreender uma repartição muito próxima desta população entre homens e mulheres, com 51,63% e 48,37% respectivamente.

Quadro 45 – População residente com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos por sexo (2007)

Sexo	Grupo etário	População residente por Sexo e Grupo etário
		Período de referência dos dados
		2007
		Local de residência
		Santarém
		N.º
HM	Total	63878
	15 - 24 anos	6796
H	Total	30798
	15 - 24 anos	3509
M	Total	33080
	15 - 24 anos	3287

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Problemas e necessidades

Relativamente aos problemas que no concelho de Santarém mais directamente afectam a população juvenil, os parceiros do CLAS identificaram **6 questões-chave**, a primeira das quais coincide que o problema da **falta de respostas desportivas** que afecta as crianças e que conduz, eventualmente, a situações de envolvimento em actividades menos saudáveis por parte dos jovens. Tendo em conta o facto de o problema ser exactamente igual, inibimo-nos de tecer mais considerações acerca do mesmo.

Um segundo problema sobre o qual importa intervir com celeridade está associado ao fenómeno do **abandono escolar** na população jovem, que resulta de alguma desadequação dos modelos educativos à diversidade etária, cultural e comportamental dos jovens, de alguns problemas sociais, de situações de desmotivação e de desinteresse da família face à escola. O abandono escolar nesta faixa etária tem como principais consequências a facilitação de comportamentos desviantes, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e a dificuldade de acesso a uma cidadania plena.

A **insuficiência de respostas ao nível da formação profissional** no concelho de Santarém é outro problema que atinge a população juvenil, nomeadamente ao nível da não existência de respostas de nível I adaptadas à realidade e às necessidades e

capacidades dos jovens. Esta situação tem implicações ao nível de: 1) pequena delinquência e consumos; 2) desmotivação dos jovens; 3) dificuldade de inserção no mercado de trabalho; 4) baixa qualificação dos jovens.

Uma outra questão que se afigura como pertinente diz respeito a **problemas de saúde mental** de vários jovens, o que compromete a sua estabilidade emocional. Este é um problema que decorre maioritariamente de enquadramentos familiares caracterizados por violência e conflitos e da insuficiência de mediação familiar/terapia familiar.

A **falta de respostas (residências de acolhimento/autonomização)** com o objectivo de oferecer aos jovens em situação de instabilidade ou ruptura familiar com mais de 15 anos, espaços que lhe facilitem uma adequada transição para a vida autónoma, é outro problema identificado.

Por fim, foi indicado o facto de existirem **jovens com comportamentos de risco** (consumos, comportamentos sexuais, delinquência, álcool e prostituição). Estes comportamentos resultam de fracos enquadramentos familiares e da falta de políticas concertadas e respostas adequadas e tem implicações no aumento e/ou reprodução de padrões de exclusão ou risco social.

O Centro de Saúde de Santarém identifica, ainda, um outro problema respeitante ao **desacompanhamento dos jovens**, fruto da ausência de equipamentos e instalações onde os jovens possam ocupar os seus tempos livres, proporcionando experiências apelativas e estimulando o seu desenvolvimento pessoal, e que pode ter consequências ao nível da aquisição de comportamentos de risco.

JOVENS - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Respostas desportivas
- Abandono escolar
- Respostas ao nível da formação profissional
- Questões relacionadas com problemas de saúde mental
- Respostas para a autonomia de vida
- Intervenção ao nível dos comportamentos de risco

Educação

No concelho de Santarém, à data do último Recenseamento da População e Habitação, a maioria da população residente detinha apenas o **1.º Ciclo do Ensino Básico** (17 033 pessoas), logo seguida pelo grupo de **pessoas que não sabem ler nem escrever** (9 563) e pelo grupo de pessoas com o **3.º Ciclo do Ensino Básico** (9 101).

Quadro 46 – População residente por qualificação académica (2001)

Qualificação académica	População residente por qualificação académica
	Período de referência dos dados
	2001
	Local de residência
	Santarém
	N.º
Total	63563
Não Sabe Ler Nem Escrever	9563
Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	7458
Ensino Básico- 1º Ciclo	17033
Ensino Básico- 2º Ciclo	7900
Ensino Básico- 3º Ciclo	9101
Ensino Secundário	7443
Ensino Médio	423
Bacharelato	1352
Licenciatura	3054
Mestrado	178
Doutoramento	58
Não se aplica Qualificação Académica	0
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação	

De facto, em 2001, o concelho registava um número muito elevado de pessoas cuja escolaridade não ia além da escolaridade mínima obrigatória – 51 055 indivíduos, o que corresponde a 80,3%. Pese embora esta realidade, o concelho tem, neste momento, um parque escolar que dá resposta a 8 843 crianças e jovens, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, sendo o agrupamento Alexandre Herculano aquele que dá resposta a um maior número de crianças e jovens (1 688 indivíduos), logo seguido do agrupamento D. João II (1 560 indivíduos).

Quadro 47 – Crianças e jovens em respostas educativas (2008/09)

Agrupamento	Crianças e jovens em respostas educativas								
	Período de referência dos dados								
	2008/09								
	Jardim de	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	CEF	EFA	CP	Secundário	Total
Alcanede	261	419	130	283	9	30	0	0	1132
D. João II	231	702	304	323	0	0	0	0	1560
Alexandre Herculano	270	758	334	307	19	0	0	0	1688
Mem Ramires	141	461	250	217	0	0	0	0	1069
Pernes	157	261	97	151	0	0	0	0	666
Golegã	14	16	0	0	0	0	0	0	30
Sub-total	1074	2617	1115	1281	28	30	0	0	6145
Escola Secundária									
Sá da Bandeira [*]	0	0	0	151	59	0	32	546	788
Ginestal Machado ^{**}	0	0	0	186	0	0	164	727	1077
Sub-total	0	0	0	337	59	0	196	1273	1865
Colégio Infante Santo ^{***}	0	0	0	0	0	25	528
Escola Técnica-Profissional - Alto dos Fornos Tremês ^{****}	0	0	0	0	305	0	305
Total	1074	2617	+1115	+1618	87	30	501	1298	8843

* A Escola Secundária Sá da Bandeira regista 437 alunos em Centro Novas Oportunidades.
** A Escola Secundária Ginestal Machado regista 5 cursos profissionais: Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Frio e Climatização Técnico de Secretariado, Técnico de Instalações Eléctricas Técnico de Manutenção Industrial / Electromecânica.
*** O Colégio Infante Santo regista um número total de alunos do 5º ao 9º anos e após desistências 503 alunos.
**** A Escola Técnica-Profissional - Alto dos Fornos Tremês regista 5 cursos profissionais: Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Serviços Jurídicos (só 3º ano), Técnico de Comércio (só 1º e 2º anos), Técnico de Análise Laboratorial, Técnico de Gestão Equipamentos Informáticos.

Fonte: Câmara Municipal de Santarém

Qualquer um dos agrupamentos apresentou, para o ano lectivo 2008/09, actividades de enriquecimento curricular e actividades de animação e de apoio à família, a saber:

- Alcanede – 1.º CEB: inglês, música, actividade física e desportiva, clube ambiente e pequenos cientistas;
Pré-escolar: música, expressão físico-motora e expressão dramática.
- D. João II – 1.º CEB: inglês, música, actividade física e desportiva e 4.ª actividade;
Pré-escolar: música, expressão físico-motora, pequenos construtores e expressão dramática.
- Alexandre Herculano – 1.º CEB: inglês, música, actividade física e desportiva e pequenos cientistas;
Pré-escolar: música, expressão físico-motora, pequenos construtores, expressão dramática e dança.
- Mem Ramires – 1.º CEB: inglês, música, actividade física e desportiva, TIC e expressão dramática;
Pré-escolar: música, expressão físico-motora, expressão dramática e dança.
- Pernes – 1.º CEB - inglês, música, actividade física e desportiva e pequenos cientistas;
Pré-escolar: música, expressão físico-motora e expressão dramática.
- Golegã – 1.º CEB: inglês, música, actividade física e desportiva e pequenos cientistas.

Problemas e necessidades

A temática da educação mereceu uma atenção especial por parte dos parceiros da Rede Social de Santarém, tendo sido identificados **8 problemas-chave**, alguns dos quais já mencionados em capítulos anteriores, designadamente aqueles que se reportam às “crianças” e aos “idosos”.

No que se refere ao último grupo etário mencionado no ponto anterior, os idosos, foi identificada **a existência de analfabetismo e iliteracia**. No entanto, este não é um problema apenas desta faixa etária, verificando-se alguns níveis de analfabetismo e iliteracia em pessoas com idade compreendida entre os 30 e os 50 anos. Tal situação fica a dever-se a causas de índole histórica e cultural, mas também a razões do foro familiar, onde existe uma fraca valorização da escola. A falta de valorização da formação de adultos e desadaptação da oferta às necessidades também é apontada como uma causa deste problema. As principais consequências estão nas dificuldades de acesso ao emprego e de acesso a bens e serviços e a uma cidadania plena.

Outra questão enumerada diz respeito às **ainda elevadas taxas de abandono e insucesso escolar**, tendo os parceiros do CLAS de Santarém considerado que este fenómeno tem como principais causas:

- Poucas expectativas das famílias face à educação;
- Reprodução de modelos;
- Modelos de educação pouco adaptados às motivações dos alunos;
- Más práticas parentais;
- Acompanhamento inadequado, insuficiente ou ausente;
- Inserção precoce em mercado de trabalho.

O fenómeno do abandono e insucesso escolar tem implicações directas nas dificuldades de realização pessoal e inserção profissional - factor de potenciação de comportamentos de risco social, no número significativo de sinalizações na CPCJ de abandono, na não conclusão da escolaridade obrigatória e na manutenção ou aumento de situações de emprego precário e ilegal.

As **exigências constantes e transformação no sistema levam a que exista alguma indefinição e instabilidade** na própria comunidade e sistema educativo, o que advém do novo enquadramento legislativo e resulta em duas consequências:

- As escolas e comunidades estão a ter dificuldade em assimilar estas novas alterações;
- Falta de estabilidade e confiança no sistema.

As **dificuldades no diálogo entre empresas e escolas** constitui outra fonte de preocupação para os agentes sociais locais, o que se fica a dever a uma falta de relacionamento histórico e o que resulta em ofertas formativas desligadas da realidade do mercado. Tal situação resulta, ainda, numa necessidade de melhorar o conhecimento das dinâmicas do mercado nesta nova fase de competências das escolas.

A **ausência de ajustamento escolar e social** é considerado como sendo um problema a ter em conta e cujas principais causas residem no tipo de organização das salas de aula, de relações pedagógicas e do ambiente escolar, por um lado, e na fraca ou pouco

eficaz divulgação de informação de alternativas, por outro. A principal consequência deste fenómeno está no desinteresse que alguns alunos sentem relativamente à escola.

Um outro problema diz respeito ao facto de algumas **famílias de “costas voltadas” à escola**, o que leva à desmotivação das crianças, ao insucesso escolar e a dificuldades de aprendizagem, bem como ao empobrecimento do sistema, encontrando no facto de algumas famílias terem baixa escolaridade e valorizarem pouco a escola bem como no facto de a interacção das famílias / escola ser desadequada (por excesso ou por defeito) as suas principais causas.

EDUCAÇÃO - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Analfabetismo e iliteracia
- Abandono e insucesso escolar
- Instabilidade do sistema e da comunidade educativa
- Dificuldades de diálogo entre escola e empresas
- Ajustamento escolar e social
- Maior aproximação das famílias à escola
- Maior articulação inter-institucional

Formação

Em matéria de estabelecimentos de formação profissional, Santarém regista: 1) o **Centro de Formação Profissional de Santarém** (Formação de Formadores, Portugal Acolhe, Informática, Cozinha, Sistemas informáticos, Estética, Geriatria, Serviço de bar, etc.); 2) o Núcleo de Santarém do **CENFIM** (Formação Inicial, Formação Contínua, Formação de Formadores, Formação à Medida e Formação à Distância); 3) o **CIVEC** (Educação e Formação de Jovens, Educação e Formação de Adultos e Formação Modular); 4) o **Instituto Nacional de Formação Turística** (Restauração e bebidas, Cozinha e *On the Job*); 5) a **Escola Profissional do Vale do Tejo** (Cursos Profissionais, Educação e Formação de Jovens e Educação e Formação de Adultos); 6) a **Escola Secundária Dr. Ginestal Machado** (Técnico de Secretariado, Técnico de Instalações Eléctricas, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Multimédia, Técnico de Manutenção Industrial).

Problemas e necessidades

Ao nível da temática da formação, foram identificados **5 problemas**, o primeiro dos quais tem como enfoque a **desarticulação entre a oferta e a procura de formação** no concelho de Santarém. Esta desarticulação tem como principais causas:

- Um diálogo entre os agentes locais incipiente ou inexistente;
- Falta de conhecimento sobre a realidade socioeconómica e cenários de evolução futura.

E como principais consequências:

- Oferta desadequada;
- Manutenção de situações de desemprego ou precariedade.

O segundo problema identificado diz respeito ao facto de existir uma **falta de conhecimento do tecido empresarial e das necessidades do mesmo**, o que impede um relacionamento mais estreito com esta realidade por parte dos agentes sociais em geral. Este défice de relacionamento conduz a perdas de eficácia e eficiência na formação, a ofertas de formação menos adequadas às necessidades do mercado e a uma falta de rentabilização de recursos e agentes, e resulta do facto de o diálogo entre os agentes locais ser incipiente ou inexistente e de existir uma falta de instrumentos que criem “pontes” para o diálogo institucional do tecido empresarial local.

Um terceiro problema, que decorre do que foi agora enunciado relaciona-se com o facto de **as empresas terem uma visão pouco estratégica na contratação** (modelos de gestão que não vêem os recursos humanos especializados enquanto mais valia), o que conduz a situações de desemprego qualificado e o que advém de um desconhecimento de programas e medidas de apoio à contratação de recursos humanos e falta de visão estratégica dos empresários.

Um outro problema diz respeito ao facto de **as pessoas mais necessitadas não terem conhecimento das ofertas existentes**, o que se deve ao desconhecimento por parte dos técnicos e serviços das respostas existentes, ao desconhecimento dos públicos-alvo dos serviços a que se podem dirigir e a informação mal direccionada. Tal situação resulta no não aproveitamento dos programas e respostas existentes, na manutenção de situações de desemprego ou precariedade e em situações de qualificação muito baixa.

O último problema identificado diz respeito à **falta de formação de nível I**, que já foi identificado no capítulo “crianças” e que por esse motivo não será aqui exposto com maior detalhe.

FORMAÇÃO - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Articulação entre oferta e procura formativa
- Níveis de conhecimento da realidade empresarial do concelho
- Visão pouco estratégica na contratação
- Níveis de conhecimento sobre a oferta formativa existente
- Aumentar a oferta de formação de nível I

Emprego

No concelho de Santarém a população activa estava preferencialmente empregada no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico (5552 – 19,71%), nas indústrias transformadoras (4913 – 17,44%) e na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (2914 – 10,35%).

Quadro 48 – População empregada por actividade económica e por freguesia (2001)

Local de residência	População empregada por actividade económica																	
	Período de referência dos dados																	
	2001																	
	Actividade económica																	
	Total	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Transportes, armazenagem e comunicações	Actividades financeiras	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	Educação	Saúde e acção social	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Santarém	28163	1419	3	431	4913	266	2225	5552	1430	1135	591	1471	2914	2252	2072	647	839	3
Abitureiras	408	60	0	0	54	3	27	101	18	21	8	8	31	24	24	6	23	0
Abriá	548	23	0	22	247	1	30	140	24	14	1	18	4	14	5	3	2	0
Achete	704	83	0	0	101	5	61	155	38	36	9	31	78	27	35	14	31	0
Alcanede	2183	182	0	352	703	3	153	331	93	81	18	53	84	75	23	13	19	0
Alcanhões	658	48	0	0	139	4	73	140	25	21	11	14	46	44	35	15	42	1
Almoatr	722	80	0	13	138	15	81	128	29	20	8	30	74	13	35	17	32	0
Amiais de Baixo	900	7	0	2	407	4	79	189	33	33	8	26	20	58	18	10	6	0
Arneiro das Milhariças	364	14	0	0	141	9	39	70	9	3	3	12	22	19	18	3	2	0
Azoia de Baixo	90	5	0	0	9	0	6	10	2	4	3	7	14	12	8	4	6	0
Azoia de Cima	225	27	0	0	38	2	35	44	11	9	1	9	10	4	9	2	24	0
Casével	385	51	0	0	116	3	51	66	33	12	1	4	10	14	9	6	9	0
Santarém (Marvila)	4353	102	0	6	366	48	210	779	196	157	199	341	695	615	450	115	73	1
Moçarria	493	27	0	1	96	9	56	113	23	24	2	11	28	28	27	12	36	0
Pernes	739	46	0	0	264	2	56	128	37	25	10	21	44	44	35	16	11	0
Pombalinho	160	29	0	0	25	0	25	29	8	5	0	5	14	7	3	1	9	0
Póvoa da Isenta	464	41	0	8	76	6	43	82	14	21	5	46	53	29	20	16	22	0
Póvoa de Santarém	276	8	0	0	31	2	51	61	24	15	8	8	20	14	17	2	15	0
Romeira	322	14	0	2	47	4	27	81	12	12	4	22	24	12	26	7	28	0
Santa Iria da Ribeira de Santarém	398	8	0	2	38	1	39	60	35	42	6	20	65	30	31	16	5	0
Santarém (São Nicolau)	4393	104	2	3	415	35	274	917	240	184	114	258	620	450	517	142	117	1
Santarém (São Salvador)	4560	72	0	13	520	53	249	965	291	173	125	289	610	486	458	128	128	0
São Vicente do Paul	836	114	0	0	157	9	109	169	48	46	5	31	45	31	29	11	32	0
Tremês	851	61	0	2	232	9	110	175	34	26	4	34	53	44	36	16	15	0
Vale de Figueira	584	75	0	1	88	11	64	106	21	41	6	23	45	21	35	12	35	0
Vale de Santarém	1453	67	1	1	249	19	144	257	68	73	21	113	119	94	109	41	77	0
Vaqueiros	118	8	0	0	33	0	18	18	17	4	0	5	4	4	4	0	3	0
Várzea	720	37	0	0	105	9	88	178	41	25	10	25	72	28	51	14	37	0
Gançaria	236	17	0	3	78	0	27	60	6	8	1	5	10	11	5	5	0	0

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

No que se refere à análise da população empregada, mas por **sector de actividade**, podemos afirmar que em 2001 o concelho de Santarém tinha a grande maioria da sua população activa empregada no **sector terciário – 18 906 pessoas**, o que corresponde a um peso de 67,13%.

Quadro 49 – População empregada por sector de actividade e por freguesia (2001)

Local de residência	População empregada por sector de actividade económica				
	Período de referência dos dados				
	2001				
	Sector de actividade económica				
	Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Santarém	28163	1422	7835	8727	10179
Abitureiras	408	60	84	108	156
Abrã	548	23	300	28	197
Achete	704	83	167	185	269
Alcanede	2183	182	1211	214	576
Alcanhões	658	48	216	183	211
Almoster	722	89	247	171	215
Amiais de Baixo	900	7	492	112	289
Arneiro das Milhariças	364	14	189	64	97
Azoia de Baixo	90	5	15	44	26
Azoia de Cima	225	27	75	49	74
Casével	385	51	170	48	116
Santarém (Marvila)	4353	102	630	1949	1672
Moçarria	493	27	162	131	173
Pernes	739	46	322	150	221
Pombalinho	160	29	50	34	47
Póvoa da Isenta	484	41	133	140	170
Póvoa de Santarém	276	8	84	68	116
Romeira	322	14	80	97	131
Santa Iria da Ribeira de Santarém	398	8	80	147	163
Santarém (São Nicolau)	4393	106	727	1847	1713
Santarém (São Salvador)	4560	72	835	1810	1843
São Vicente do Paul	836	114	275	148	299
Tremês	851	61	353	164	273
Vale de Figueira	584	75	164	148	197
Vale de Santarém	1453	68	413	440	532
Vaqueiros	118	8	51	15	44
Várzea	720	37	202	202	279
Gançaria	236	17	108	31	80

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

As **profissões** que mais registos apresentavam de população empregada são, à data de 2001 e em primeiro lugar, os **operários, artífices e trabalhadores similares**, com 4948 pessoas (17,57%), logo seguidos pelos **trabalhadores não qualificados**, com 4426 pessoas (15,72%), pelo **peçoal dos serviços e vendedores**, com 4269 pessoas (15,16%) e pelo **peçoal administrativo e similares**, com 3572 pessoas (12,68%).

Quadro 50 – População empregada por profissão e por freguesia (2001)

Local de residência	População empregada por profissão										
	Período de referência dos dados										
	2001										
	Profissão										
	Total	Forças armadas	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Santarém	28163	354	2120	2681	2751	3572	4269	946	4948	2096	4426
Abitureiras	408	1	29	13	24	43	46	46	68	35	103
Abrã	548	1	73	11	17	43	48	20	171	76	88
Achete	704	3	42	30	50	58	113	55	144	96	113
Alcanede	2183	17	152	33	97	158	205	165	748	278	330
Alcanhões	658	3	33	25	46	63	110	27	170	39	142
Almoster	722	11	25	24	60	64	102	68	173	48	147
Amiais de Baixo	900	2	101	55	51	53	90	7	312	136	93
Arneiro das Milhariças	364	1	17	3	11	25	54	6	133	56	58
Azoia de Baixo	90	1	6	15	6	14	12	5	13	3	15
Azoia de Cima	225	0	12	3	7	14	35	26	48	23	57
Casével	385	2	19	8	17	21	48	28	84	63	95
Santarém (Marvila)	4353	66	436	861	706	796	589	46	301	91	461
Moçarria	493	6	17	26	27	36	77	19	124	48	113
Pernes	739	2	47	22	42	64	109	33	146	128	146
Pombalinho	160	4	12	9	4	4	22	7	48	12	38
Póvoa da Isenta	484	9	25	35	40	60	57	32	84	37	105
Póvoa de Santarém	276	5	29	12	22	31	38	6	58	15	60
Romeira	322	4	12	8	25	34	60	11	76	24	68
Santa Iria da Ribeira de Santarém	398	7	19	17	34	47	74	9	70	32	89
Santarém (São Nicolau)	4393	81	321	614	584	726	829	41	426	170	601
Santarém (São Salvador)	4560	77	398	636	539	725	828	37	517	205	598
São Vicente do Paul	836	7	51	25	51	67	121	80	165	123	146
Tremês	851	8	64	29	41	61	104	52	245	99	148
Vale de Figueira	584	7	24	12	41	64	87	28	125	53	143
Vale de Santarém	1453	23	83	118	136	173	222	48	270	119	261
Vaqueiros	118	0	8	3	4	10	22	4	26	10	31
Várzea	720	5	54	32	56	93	132	23	138	38	149
Gançaria	236	1	11	2	13	25	35	17	65	39	28

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em matéria de **emprego**, e tendo agora como principal referência os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, para o intervalo temporal compreendido entre Janeiro de 2004 e Janeiro de 2009, de salientar que no último mês estatístico analisado encontram-se inscritos nos ficheiros daquele instituto **1935 indivíduos**. O valor mais elevado que se registou no período em análise, foi em Fevereiro de 2006, com 2597 pessoas inscritas.

No que se refere à taxa de emprego, Santarém registava em 2001 uma percentagem ligeiramente acima da verificada para a Lezíria do Tejo, mas abaixo da percentagem registada para o Continente. Em termos de freguesia, são São Salvador (59,30%), São Nicolau (58,30%) e Vale de Santarém (54,20%) as freguesias onde a taxa de emprego era maior.

Quadro 51 – Taxa de emprego por freguesia (2001)

Local de residência	Taxa de emprego
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Continente	53,50
Lezíria do Tejo	51,40
Santarém	51,50
Abitureiras	45,70
Abrã	51,60
Achete	41,40
Alcanede	50,20
Alcanhões	46,50
Almoster	44,60
Amiais de Baixo	49,50
Arneiro das Milhariças	43,40
Azoia de Baixo	36,50
Azoia de Cima	48,80
Casével	41,40
Santarém (Marvila)	52,40
Moçarria	46,90
Pernes	50,60
Pombalinho	33,50
Póvoa da Isenta	48,90
Póvoa de Santarém	50,80
Romeira	47,50
Santa Iria da Ribeira de Santarém	44,90
Santarém (São Nicolau)	58,30
Santarém (São Salvador)	59,30
São Vicente do Paul	46,20
Tremês	45
Vale de Figueira	51,40
Vale de Santarém	54,20
Vaqueiros	43,30
Várzea	49,50
Gançaria	48,10

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em matéria de resposta, de referir o trabalho central que é desenvolvido pelo Centro de Emprego de Santarém, inserido na Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e que, para além do próprio concelho de Santarém, abrange outros 4 concelhos limítrofes da Lezíria do Tejo: Almeirim; Alpiarça; Cartaxo; Rio Maior. Este trabalho é desenvolvido quer ao nível da oferta como da procura de trabalho, ou seja, em estreita articulação com as entidades empregadoras e com os trabalhadores, procurando potenciar aquilo que são as vantagens competitivas do concelho (acessibilidades, património edificado, turismo e gastronomia) e da região (agricultura, vitivinicultura, pecuária, feiras e mercados, turismo, etc.).

Problemas e necessidades

A temática do emprego, sendo central para o PNAI, mas também para o Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego, encontra no concelho de Santarém **4 problemas centrais**.

O primeiro problema está associado a uma **falta de resposta em estratégias de emprego para um “envelhecimento activo”**, pois as respostas existentes estão muito vocacionadas para a população mais jovem do concelho. Este défice implica um desaproveitamento de recursos humanos que ainda seriam valorizáveis e a criação de situações de isolamento prematuras.

O segundo problema diz respeito ao facto de **existirem empresários com carência de formação e conhecimento das ofertas existentes**, o que é causado por existirem alguns empresários pouco pró-activos, que não procuram auxílio e o que resulta no não aproveitamento de algumas medidas e programas.

Um outro problema prende-se com a **pouca indústria no concelho, pelo que as ofertas de emprego se situam no comércio e serviços**, o que coloca sérias dificuldades à inserção profissional de pessoas menos qualificadas. A este problema acresce o facto de se verificar uma desactivação da agricultura, num concelho de fortes características agrícolas, frutos de políticas agrícolas desadequadas à realidade nacional e local e o que conduz a uma desertificação e concentração urbana e a uma falta de colocação de pessoas - qualificadas e diversificadas da oferta de emprego.

Um outro problema identificado pelos agentes da Rede Social de Santarém diz respeito ao facto de **não existir uma caracterização aprofundada do tecido empresarial do concelho**, resultante de uma falta de diálogo interinstitucional e que se traduz numa menor adequação da comunicação e respostas para este sector.

O último problema identificado está relacionado com uma **taxa de desemprego muito elevada**, o que advém de situações de desarticulação entre as ofertas de trabalho e a procura, a baixa escolaridade e a baixa qualificação da população activa. Este problema resulta na instabilidade profissional e precariedade laboral de diversas pessoas.

EMPREGO - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Envelhecimento activo
- Défice de conhecimento da oferta formativa existente
- Concentração da oferta de emprego no sector terciário (serviços e comércio)
- Níveis de conhecimento sobre a realidade empresarial do concelho
- Desemprego

Idosos

No concelho de Santarém, o número de população idosa tem vindo a crescer de forma sistemática, tendo esta faixa etária contado, segundo o Instituto Nacional de Estatística, com um total de **13 416 indivíduos** em 2007, a maioria dos quais do sexo feminino (7927 – 59,09%).

Quadro 52 – População residente com 65 e mais anos por sexo (2007)

Sexo	Grupo etário	População residente por Sexo e Grupo etário
		Período de referência dos dados
		2007
		Local de residência
		Santarém
		N.º
HM	Total	63878
	65 e mais anos	13416
H	Total	30798
	65 e mais anos	5489
M	Total	33080
	65 e mais anos	7927

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

A análise das relações de masculinidade na população idosa vem corroborar este maior peso de população feminina. De facto, existe no concelho de Santarém um peso crescente, no período temporal compreendido entre 2004 e 2007, de mulheres no total da população idosa residente.

Quadro 53 – Relação de masculinidade da população residente com 65 e mais anos (2002 - 2007)

Local de residência	Relação de masculinidade da população com 65 e mais anos de idade					
	Período de referência dos dados					
	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	72,10	72,10	72,30	72,30	72,20	72,20
Lezíria do Tejo	73,50	73,70	74,10	74	73,80	73,70
Santarém	69,20	69,40	69,90	70,50	70,40	69,90

Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Recuperando a análise que estávamos a desenvolver em função da variável idade, é interessante registar que no grupo populacional em questão, a proporção das pessoas mais idosas, ou seja, com 75 e mais anos tem vindo a aumentar, situação que pode ser concretizada através da análise do índice de longevidade (quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos) do concelho. De facto, se em 2002 esse índice se fixava nos 45,90%, no ano de 2007 fixou-se nos 49,60 pontos percentuais.

O índice de envelhecimento (quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos) da população também tem vindo a aumentar, tendo-se fixado no valor 150,90 em 2007, pese embora a existência de alguns pontos de inflexão ao longo da década.

O último dos índices demográficos que podemos analisar para esta faixa etária, é o índice de dependência de idosos (quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos), o qual, e de forma nada surpreendente, também tem vindo a crescer, registando em 2007 um valor de 32,30 pontos.

Quadro 54 – Índices de envelhecimento, de dependência de idosos e de longevidade (2002 - 2007)

Local de residência	Período de referência dos dados	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de longevidade
		N.º	N.º	%
Continente	2007	116,20	26,30	45,80
	2006	114,20	26	44,90
	2005	112,60	25,80	43,90
	2004	111,20	25,60	43,20
	2003	109,30	25,20	42,70
	2002	107,80	25	42,30
Lezíria do Tejo	2007	147,20	31,80	47
	2006	145,90	31,40	46,30
	2005	145,60	31,20	45
	2004	145,50	30,90	44,30
	2003	144,70	30,60	43,60
	2002	143,60	30,30	43,20
Santarém	2007	150,90	32,30	49,60
	2006	148,90	32	49,30
	2005	149,10	32	48,20
	2004	148,60	31,90	47,40
	2003	147,80	31,50	46,50
	2002	149,10	31,70	45,90

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Uma breve referência à forma como o índice de dependência dos idosos se comporta em relação às freguesias do concelho no ano de 2001: é nas freguesias de Azóia de Baixo (93,70), Pombalinho (57,40), Arneiro de Milhariças (53,40) e Vaqueiros (50,20) onde o índice regista valores mais significativos.

Quadro 55 – Índice de dependência de idosos por freguesia (2001)

Local de residência	Índice de dependência de idosos
	Período de referência dos dados
	2001
	N.º
Continente	24,30
Lezíria do Tejo	29,90
Santarém	31,30
Abitureiras	45,80
Abrã	33,10
Achete	45,10
Alcanede	32,50
Alcanhões	42,20
Almoster	44,40
Amiais de Baixo	34
Arneiro das Milhariças	53,40
Azoia de Baixo	93,70
Azoia de Cima	40,50
Casével	49,50
Santarém (Marvila)	28,80
Moçarria	34,50
Pernes	38,60
Pombalinho	57,40
Póvoa da Isenta	34
Póvoa de Santarém	31,70
Romeira	38,40
Santa Iria da Ribeira de Santarém	39,50
Santarém (São Nicolau)	22,50
Santarém (São Salvador)	20,70
São Vicente do Paul	39,20
Tremês	39,60
Vale de Figueira	37,20
Vale de Santarém	24,50
Vaqueiros	50,20
Várzea	32,30
Gançaria	31,70

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em matéria de respostas sociais, o concelho de Santarém dispõe em 2009 de uma rede solidária que dá resposta a cerca de 1018 idosos, a maioria dos quais enquadrados nas respostas de SAD – Serviço de Apoio Domiciliário (45,2%) e de Centro de Dia (30,2%). São respostas onde as listas de espera são marginais: 27 e 18 idosos, respectivamente. Já no caso da resposta Lar de Idosos, a situação não é tão favorável, registando-se em 2009 um total de 590 idosos em lista de espera, mais do dobro das pessoas já institucionalizadas. A rede privada com fins lucrativos dá um importante contributo nesta área, mas manifestamente insuficiente – 119 idosos com resposta.

Quadro 56 – Lugares em Lares de Idosos da rede privada com fins lucrativos (2009)

Entidade	Lugares em Lares de Idosos da rede privada com fins lucrativos
	Período de referência dos dados
	2009
	N.º
Casa de Saúde e Repouso de Santarém	24
Casa de Repouso do Ribatejo	29
JBD – Gestão de Lares de Terceira Idade	27
Centro de Repouso e Lazer Fonte Serrã	39
Total	119
Fonte: Câmara Municipal de Santarém	

À data do término deste diagnóstico, verifica-se uma tendência bastante forte de alargamento da rede de equipamentos de apoio à população idosa do concelho de Santarém, com 2 lares de idosos em construção (para um total de 55 idosos) e a remodelação de um centro de dia (com capacidade para 60 pessoas).

Quadro 57 – Utentes em respostas sociais para idosos da rede solidária (2009)

Entidade	Utentes em respostas sociais para idosos da rede solidária														
	Período de referência dos dados														
	2009														
	Lar de Idosos			Centro de Dia			Centro de Convívio			SAD			Total		
Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	Capacidade	Utentes	Lista de espera	
Associação Solid. Social e Melhor. Amiais de Baixo (1)	0	0	0	60	23	0	0	0	0	40	24	0	100	47	0
Centro Social da Freguesia de Moçarria	0	0	0	40	34	0	0	0	0	20	14	0	60	48	0
Casa do Povo de Pombalinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	20	0	30	20	0
Santa Casa da Misericórdia de Pernes (2)	72	69	150	10	10	0	0	0	0	28	24	0	110	103	150
Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém (ADSCS) (3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89	89	0	89	89	0
Santa Casa da Misericórdia de Alcanede (4)	0	0	0	20	20	6	0	0	0	23	23	7	43	43	13
Centro Social Interparroquial de Santarém (5)	52	52	71	40	35	0	0	0	0	114	114	0	206	201	71
Centro de solidariedade N.ª Sra. da Luz	0	0	0	40	37	0	0	0	0	24	22	0	64	59	0
Centro de Bem-Estar Social de Vale Figueira	0	0	0	40	35	0	18	18	0	30	29	0	88	82	0
Centro Social Paroquial de Santa Marta	0	0	0	40	32	0	0	0	0	20	20	0	60	52	0
CAF - Centro de Apoio à Família	0	0	0	40	30	0	0	0	0	20	2	0	60	32	0
Santa Casa da Misericórdia de Santarém (6)	87	87	369	51	51	12	25	25	0	80	79	20	243	242	401
Total	211	208	590	381	307	18	43	43	0	518	460	27	1153	1018	635

(1) A Associação tem em construção um Lar de Idosos com capacidade para 25 pessoas.
(2) A Santa Casa da Misericórdia de Pernes tem ainda a resposta social "Residências unifamiliares" (com uma capacidade para 8 pessoas, uma ocupação de 7 e uma lista de espera de 10 pessoas).
(3) O SAD da ADSCS situa-se nas freguesias rurais de Tremês, Arneiro de Tremês, Gançaria; Azóia de Cima, Casével e Vaqueiros.
(4) A Santa Casa da Misericórdia de Alcanede tem em construção um Lar de Idosos com capacidade para 30 pessoas.
(5) No Centro Social Interparroquial de Santarém, uma parte da resposta social SAD é de SAD integrado (capacidade - 17, utentes - 18).
(6) Na Santa Casa da Misericórdia de Santarém existe a valência de Lar de Idosos propriamente dita (com uma capacidade para 31 pessoas, uma taxa de ocupação de 100% e uma lista de espera de 225 pessoas) e a valência de Lar de Grandes Dependentes (com uma capacidade para 56 pessoas, uma taxa de ocupação de 100% e uma lista de espera de 144 pessoas). Esta instituição tem, ainda, em fase de remodelação o Centro de Dia, prevendo-se uma capacidade de 60 pessoas. A instituição regista, ainda, a valência de Centro de Acolhimento Temporário de Emergência a Idosos capacidade 13 pessoas, 13 utentes sem lista de espera.

Fonte: Câmara Municipal de Santarém

Problemas e necessidades

No que se refere à temática dos idosos, foi possível identificar um total de **8 problemas-chave**, que incidiram sobre questões associadas ao analfabetismo e literacia, isolamento, rede social de apoio (informal e formal), habitabilidade, maus-tratos, alcoolismo e recursos económicos. Esta listagem não traduzirá, certamente, o leque de problemas que afectam os idosos residentes no concelho de Santarém, mas traduz aquilo que é considerado pelos agentes locais com acção directa nesta matéria, os problemas cuja solução é mais premente.

Concretizando, a população idosa de Santarém apresenta **níveis de analfabetismo e iliteracia significativos**. Tal situação, que se revela de facto problemática nomeadamente no que diz respeito às dificuldades de acesso a certos bens e serviços, apresenta como causas:

- Questões culturais;
- Pessoas que começaram a trabalhar muito jovens;
- Razões históricas de vivência rural;

Um outro problema que afecta a população idosa do concelho prende-se com **situações de isolamento e dependência** o que se pode ficar a dever a questões de cariz social que podem ser minimizadas, a saber:

- Défice de acompanhamento por parte das famílias;
- Quebra das redes de vizinhança;
- Apego à casa;
- Falta de locais de convívio;
- Isolamento geográfico;
- Falta de reconhecimento social.

A manutenção do problema e das causas que lhe estão associadas, contribui para o agravamento de situações de má nutrição e problemas de saúde.

Uma outra questão que mereceu a concordância dos parceiros da Rede Social de Santarém relativamente à situação da população idosa do concelho prende-se com a existência de um **número crescente de idosos para os quais não há respostas adequadas nas valências sociais típicas** face às necessidades dos idosos. Esta desadequação decorre, em muitos casos, do facto de os lares estarem pensados para idosos com alguma autonomia, da falta de mobilidade e de autonomia, de problemas do foro psicológico e psiquiátrico e da baixa auto-estima que atinge muitos idosos.

Se a este problema associarmos um outro de **falta de apoio familiar**, a realidade torna-se muito complexa para vários idosos do concelho de Santarém. Estes processos de falta de apoio familiar têm causas diversas que decorrem de problemas e indisponibilidade familiares e que resulta em situações de isolamento e problemas de saúde mental (depressão).

As questões associadas às **más condições de habitabilidade** em que vivem algumas pessoas idosas assumem-se como central no concelho de Santarém, na medida em que têm impactos directos nas condições de saúde desta população, mas também nas condições de segurança e conforto. Esta realidade decorre de situações associadas à antiguidade das habitações.

As **situações de precariedade económica** de muitos idosos constituem uma fonte de preocupação incontornável, na medida em que tem implicações directas na qualidade de vida desta população, designadamente em matéria de acesso a uma dieta alimentar equilibrada e de endividamento. Esta situação de precariedade económica resulta das seguintes causas:

- Baixas reformas;
- Falta de suporte familiar;
- Custos elevados com medicação;
- Encargos com habitação.

Um outro problema que foi identificado ao nível desta faixa etária está associado ao facto de existirem no concelho de Santarém situações reais de **maus-tratos e negligência face a idosos**, fruto de situações de famílias desestruturadas, ausência de afectividade e saturação da relação familiar. Estas situações de maus-tratos e negligência podem originar situações de solidão e agressividade.

Por fim um último problema que diz respeito ao **alcooolismo** na população idosa, decorrente de alguns hábitos culturais, mas também de situações de solidão e de envelhecimento não produtivo. Como consequências deste problema foram identificadas a agressividade e os impactos negativos no ambiente familiar e na integração social dos idosos.

O Centro de Saúde de Santarém propõe um problema relacionado com a **acessibilidade deficiente na via pública**, fruto da existência de barreiras arquitectónicas em alguns edifícios públicos e nos pavimentos. Esta dificuldade potencia o medo de sair à rua, os problemas de saúde e o isolamento da população idosa.

IDOSOS - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Analfabetismo e iliteracia
- Isolamento social e geográfico
- Flexibilização e adequação das respostas sociais às necessidades dos idosos
- Apoio familiar
- Habitação
- Situação económica
- Maus-tratos e negligência
- Alcoolismo
- Acessibilidades na via pública

Deficiência

Não existem dados estatísticos actuais referentes à população residente com deficiência ou incapacidade no concelho de Santarém. No entanto, é possível recensear neste documento alguns dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e reportados ao ano de 2001, data do último Recenseamento da População e Habitação.

Àquela data, existiam no concelho **4 155 pessoas com deficiência** (perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica), o que representava uma taxa de deficiência da população residente de 6,50%.

Quadro 58 – Grau de incapacidade atribuído à população residente com deficiência por freguesia (2001)

Local de residência	Grau de incapacidade atribuído à população residente deficiente por escalão dos graus de deficiência						
	Período de referência dos dados						
	2001						
	Escalão dos graus de deficiência						
	Total	Sem deficiência	Não tem grau de deficiência atribuído	Tem grau de deficiência atribuído inferior a 30%	Tem grau de deficiência atribuído entre 30% e 59%	Tem grau de deficiência atribuído entre 60% e 80%	Tem grau de deficiência atribuído superior a 80%
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Continente	613762	0	329542	54231	60899	98132	70958
Santarém	4155	0	2378	296	364	627	490
Abitureiras	62	0	33	4	8	10	7
Abrã	47	0	30	3	7	2	5
Achete	114	0	60	11	19	8	16
Alcanede	311	0	168	16	32	53	42
Alcanhões	133	0	67	6	22	24	14
Almoster	160	0	81	7	11	30	31
Amiais de Baixo	136	0	87	11	9	17	12
Arneiro das Milharças	48	0	28	4	4	6	6
Azoia de Baixo	22	0	6	4	4	4	4
Azoia de Cima	15	0	13	1	0	1	0
Casével	91	0	40	9	15	18	9
Santarém (Marvila)	613	0	334	39	29	132	79
Moçarría	111	0	44	7	19	28	13
Pernes	174	0	113	11	13	22	15
Pombalinho	35	0	17	3	9	3	3
Póvoa da Isenta	89	0	51	6	11	14	7
Póvoa de Santarém	57	0	28	8	8	4	9
Romeira	42	0	7	1	4	14	16
Santa Iria da Ribeira de Santarém	43	0	29	1	2	3	8
Santarém (São Nicolau)	557	0	354	39	39	79	46
Santarém (São Salvador)	540	0	324	48	42	72	54
São Vicente do Paul	206	0	146	19	12	10	19
Tremês	121	0	61	15	7	16	22
Vale de Figueira	105	0	68	2	12	12	11
Vale de Santarém	204	0	115	17	15	32	25
Vaqueiros	25	0	10	0	5	5	5
Várzea	71	0	50	3	2	6	10
Gançaria	23	0	14	1	4	2	2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

A análise por freguesia permite concluir que são as freguesias de Marvila, São Nicolau e São Salvador aquelas que mais contribuem para o valor registado de 4155 pessoas ao nível do concelho, com 14,75%, 13,41% e 13% respectivamente. Porém, a maioria das pessoas residentes no concelho com deficiência não tem qualquer grau de incapacidade atribuído (57,24%). Ainda assim, 15,09% apresentam um grau de incapacidade atribuído entre 60% e 80%; 11,79% com um grau de incapacidade atribuído superior a 80%; 8,76% com um grau de incapacidade atribuído entre 30% e 59%; e por fim, 7,12% com um grau de incapacidade atribuído inferior a 30%.

Quadro 59 – Taxa de deficiência por freguesia (2001)

Local de residência	Taxa de deficiência da população residente
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Continente	6,20
Lezíria do Tejo	6,20
Santarém	6,50
Abitureiras	6,10
Abrã	3,80
Achete	6
Alcanede	6,10
Alcanhões	8,20
Almoster	8,70
Amiais de Baixo	6,50
Arneiro das Milhariças	5,10
Azoia de Baixo	7,90
Azoia de Cima	2,70
Casével	8,80
Santarém (Marvila)	6,30
Moçarria	9,10
Pernes	10,30
Pombalinho	6,60
Póvoa da Isenta	7,60
Póvoa de Santarém	8,80
Romeira	5,40
Santa Iria da Ribeira de Santarém	4,20
Santarém (São Nicolau)	6,10
Santarém (São Salvador)	5,80
São Vicente do Paul	9,80
Tremês	5,60
Vale de Figueira	8,10
Vale de Santarém	6,40
Vaqueiros	7,80
Várzea	4,20
Gançaria	4,10

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Uma referência para a situação face ao **emprego da população residente no concelho de Santarém activa com deficiência**. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2001, aquela população apresentava uma taxa de emprego (população residente com deficiência empregada/população residente com deficiência activa * 100) fixada nos 91 pontos percentuais, o que traduz uma situação favorável face à região da Lezíria do Tejo e do Continente. Em matéria intra-territorial, são as freguesias de Arbitureiras, Abrã, Arneiro de Milhariças, Casével e Vaqueiros aquelas que apresentam taxas de emprego desta população mais elevadas, de 100%.

Quadro 60 – Taxa de emprego da população residente com deficiência activa (2001)

Local de residência	Taxa de emprego da população residente com deficiência activa
	Período de referência dos dados
	2001
	%
Continente	90,40
Lezíria do Tejo	89,10
Santarém	91
Abitureiras	100
Abrã	100
Achete	63,10
Alcanede	95,50
Alcanhões	93,90
Almoster	92,30
Amiais de Baixo	93,70
Arneiro das Milhariças	100
Azoia de Baixo	80
Azoia de Cima	75
Casével	100
Santarém (Marvila)	95,10
Moçarria	88,80
Pernes	90
Pombalinho	85,70
Póvoa da Isenta	89,20
Póvoa de Santarém	92,80
Romeira	80
Santa Iria da Ribeira de Santarém	90
Santarém (São Nicolau)	89
Santarém (São Salvador)	88,70
São Vicente do Paul	86,80
Tremês	93,10
Vale de Figueira	90,60
Vale de Santarém	94,40
Vaqueiros	100
Várzea	93,70
Gançaria	85,70

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Em termos de respostas sociais, Santarém conta com o trabalho desenvolvido pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Santarém, com o seu núcleo de Santarém sediado na freguesia de Vale de Santarém. Em 2009, esta entidade dá resposta em matéria de:

- 1) CAO – Centro de Actividades Ocupacionais (2 centros com capacidade global para 120 pessoas, com uma frequência de 93 pessoas, e uma lista de espera de 37 indivíduos);
- 2) Lar de apoio (com capacidade para 12 pessoas e uma taxa de ocupação de 100%);
- 3) Centro Sócio-Educativo (com uma frequência de 17 pessoas);
- 4) Centro de Formação Profissional (com capacidade para 45 pessoas);
- 5) Lar residencial (2 lares com uma capacidade global para 23 pessoas, uma taxa de ocupação de 100% e uma lista de espera de 31 pessoas);
- 6) Jardim-de-infância integrado – A Joanhinha (com capacidade para 40 crianças e com uma frequência de 25 crianças);
- 7) Unidade de Vida Autónoma (com capacidade para 5 pessoas e uma taxa de ocupação de 100%);
- 8) Intervenção Precoce de Santarém (com capacidade para 25 crianças e uma frequência de 24 crianças).

Problemas e necessidades

Neste contexto específico foram identificados **7 problemas centrais**, o primeiro dos quais prende-se com o facto de existirem **pessoas com deficiência sem respostas adequadas**. Trata-se de uma situação manifestamente condicionadora da qualidade de vida das pessoas com deficiência, na medida em que estas se vêem forçadas a permanecer em listas de espera “enormes”.

A falta de respostas adequadas na área da deficiência deriva do facto de apenas existir uma instituição que dá resposta nesta área para todo o concelho de Santarém.

Uma outra questão que importa solucionar refere-se às **dificuldades ao nível das acessibilidade e mobilidade** que afectam esta faixa da população do concelho, com implicações directas no não acesso a direitos básicos de cidadania. As causas que estão na base da manutenção deste problema advêm sobretudo do não cumprimento enquadramento legal.

A reflexão do grupo de parceiros do CLAS sobre deficiência incidiu num outro relacionado com as **dificuldades de acesso e/ou manutenção do emprego** sentidas pelas pessoas com deficiência. Estas dificuldades resultam numa manutenção dos níveis de dependência desta população (subsídio dependência) e no surgimento de respostas para emprego (empresas) a pessoas com deficiência “pouco claras”. Como principais causas deste problema, os parceiros identificaram:

- Estigma social;
- Ainda algum desconhecimento das entidades empregadoras;
- Famílias desestruturadas que não apoiam;
- Famílias querem manter pensões e outros apoios financeiros “certos”.

A reflexão do grupo de parceiros do CLAS teve ainda em conta problemas relativos a famílias com crianças com deficiência, identificando que as **famílias com pessoas com deficiência são discriminadas face à escolha da escola dos filhos**. Este problema decorre de exigências legais e tem como principais consequências problemas de gestão familiar e piores soluções de resposta.

Ainda no que diz respeito a crianças com deficiência, um outro problema identificado e de resolução premente, está relacionado com as **crianças com deficiência sinalizadas e sem respostas adequadas nos lares de Infância e Juventude**. De facto, a rede de respostas existentes é desadequada e pouco concordante com as necessidades e expectativas desta população.

Também as **pessoas em idade adulta com deficiência não têm um nível de protecção razoável**, derivado de questões de falta de protecção legal e com consequências graves ao nível da exploração de que algumas pessoas com deficiência são alvo em contexto familiar (abusos de terceiros (que usam por exemplo as suas pensões e apoios)).

Por fim, foi identificado um problema que se reporta aos processos de tutoria, tendo sido referido que **os processos de tutoria se arrastam por tempos exagerados**, o que por si só penaliza os direitos destes indivíduos e gera uma incapacidade de resposta no devido tempo (as Famílias não accionam os processos, deixando os seus familiares desprotegidos). Trata-se de uma situação que decorre de problemas do sistema legal associados à burocracia e às exigências legais.

DEFICIÊNCIA - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Respostas institucionais adequadas
- Acessibilidades e mobilidade
- Acesso e/ou manutenção do emprego
- Discriminação das famílias com crianças com deficiência na escolha do estabelecimento escolar
- Respostas nos lares de acolhimento
- Nível de protecção das pessoas adultas com deficiência
- Tempo dos processos de tutoria

Imigração

No que diz respeito ao concelho de Santarém, a **proporção de população estrangeira a residir no concelho** era, à data do último Recenseamento da População e Habitação, de **1,33%**, valor que é superior ao registado para a mesma data na Lezíria do Tejo (1,27%), mas inferior ao registado no Continente (2,29%). Não obstante, aquela proporção resulta de um crescimento de população estrangeira residente no último período intercensitário de 0,92 pontos percentuais. Em termos territoriais intraconcelhios, são as freguesias de Amiais de Baixo (3,32%), Póvoa de Santarém (3,12%) e Azóia de Cima (2,79%) onde aquela proporção é mais significativa.

Quadro 61 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira por freguesia (1991 e 2001)

Local de residência	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	
	Período de referência dos dados	
	2001	1991
	%	%
Continente	2,29	1,06
Lezíria do Tejo	1,27	0,40
Santarém	1,33	0,41
Abitureiras	1,09	0,09
Abrã	2,29	0,59
Achete	0,74	0,37
Alcanede	2,28	0,43
Alcanhões	0,56	0,40
Almoster	2,52	0,61
Amiais de Baixo	3,32	0,57
Arneiro das Milhariças	0,21	0,61
Azoia de Baixo	0	0
Azoia de Cima	2,79	0,52
Casével	1,74	0,17
Santarém (Marvila)	0,91	0,49
Moçarria	0,50	0,31
Pernes	2,07	0,21
Pombalinho	0	0
Póvoa da Isenta	1,29	0,86
Póvoa de Santarém	3,12	0
Romeira	1,81	0,41
Santa Iria da Ribeira de Santarém	0,59	0,07
Santarém (São Nicolau)	1,48	0,45
Santarém (São Salvador)	1,03	0,50
São Vicente do Paul	1,29	0,27
Tremês	0,56	0,04
Vale de Figueira	0,62	0,37
Vale de Santarém	1,46	0,56
Vaqueiros	0,63	0
Várzea	0,53	0,33
Gançaria	0,18	0

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Quadro 62 – Casamentos celebrados segundo a nacionalidade do cônjuge (2007 - 2000)

Período de referência dos dados	Nacionalidade dos cônjuges	Casamentos celebrados por nacionalidade dos cônjuges
		Local de registo
		Santarém
		N.º
2007	Total	246
	Ambos os cônjuges portugueses	213
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	31
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	2
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	29
	Ambos os cônjuges estrangeiros	2
2006	Total	241
	Ambos os cônjuges portugueses	216
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	24
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	2
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	22
	Ambos os cônjuges estrangeiros	1
2005	Total	270
	Ambos os cônjuges portugueses	259
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	11
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	3
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	8
	Ambos os cônjuges estrangeiros	0
2004	Total	240
	Ambos os cônjuges portugueses	232
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	8
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	1
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	7
	Ambos os cônjuges estrangeiros	0
2003	Total	288
	Ambos os cônjuges portugueses	281
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	7
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	1
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	6
	Ambos os cônjuges estrangeiros	0
2002	Total	338
	Ambos os cônjuges portugueses	329
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	9
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	2
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	7
	Ambos os cônjuges estrangeiros	0
2001	Total	349
	Ambos os cônjuges portugueses	349
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	343
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	1
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	3
	Ambos os cônjuges estrangeiros	2
2000	Total	363
	Ambos os cônjuges portugueses	362
	Um cônjuge português e outro estrangeiro	1
	Um cônjuge português e outro estrangeiro intra UE (27)	0
	Um cônjuge português e outro estrangeiro extra UE (27)	1
	Ambos os cônjuges estrangeiros	0

Fonte: INE, Casamentos

Quadro 63 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por continente de origem e sexo (2006 - 2000)

Nacionalidade	Sexo	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por nacionalidade e sexo						
		Período de referência dos dados						
		2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
		Local de residência						
Santarém								
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Total	HM	318	18	50	56	25	18	54
	H	203	11	17	20	8	5	26
	M	115	7	33	36	17	13	28
Europa	HM	251	10	29	26	5	7	28
	H	170	8	10	10	1	3	14
	M	81	2	19	16	4	4	14
África	HM	19	4	3	12	10	4	16
	H	10	1	1	5	3	1	4
	M	9	3	2	7	7	3	12
América	HM	31	1	14	12	8	5	8
	H	15	0	3	2	3	1	6
	M	16	1	11	10	5	4	2
América do Norte	HM	0	0	1	0	1	0	1
	H	0	0	1	0	1	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0
América Central e do Sul	HM	31	1	13	12	7	5	7
	H	15	0	2	2	2	1	5
	M	16	1	11	10	5	4	2
Ásia	HM	17	3	4	6	2	2	2
	H	8	2	3	3	1	0	2
	M	9	1	1	3	1	2	0
Oceânia	HM	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A análise dos dados publicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sobre o pedido de estatuto de residente no concelho de Santarém, permite aferir o perfil dos imigrantes no Concelho em matéria de nacionalidade. Em primeira instância, é possível concluir por um crescimento muito significativo, no período temporal compreendido entre 2000 e 2006, do número de pessoas a solicitar estatuto de residente – de 54 pedidos em 2000 para 318 em 2006. Em segundo lugar, é possível concluir que estes pedidos são feitos por pessoas oriundas preferencialmente de países europeus, seguidos pelos países da América Central e do Sul, países africanos e por último países asiáticos (referência para 2006). Dos que têm vindo a solicitar estatuto de residência, existe uma preponderância de elementos do sexo masculino como é possível aferir a partir da relação de masculinidade dos estrangeiros.

Quadro 64 – Relação de masculinidade dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente (2006 - 2002)

Local de residência	Relação de masculinidade dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente				
	Período de referência dos dados				
	2006	2005	2004	2003	2002
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	141,70	76,80	81,10	87,40	87,50
Lezíria do Tejo	168,40	81,60	59,50	76,90	65,90
Santarém	176,50	157,10	51,50	55,60	47,10

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Problemas e necessidades

No que se reporta à problemática da imigração, os parceiros do CLAS de Santarém identificaram **6 problemas** como sendo aqueles onde a intervenção deve ser imediata.

Um dos problemas identificados diz respeito a **situações de imigrantes que trabalham ilegalmente e são explorados pelas entidades patronais (abusando da situação de fragilidade)**. Trata-se de um problema com consequências gravosas para a população que o sente, consequências essas que vão desde situações económicas muito precárias, até à criminalidade, passando pela prostituição e alcoolismo. As causas que estão na base deste fenómeno estão associadas às dificuldades de legalização e ao facto de alguns documentos serem retidos por intermediários ou patrões.

Um outro problema identificado diz respeito ao facto de **alguns imigrantes pela situação de ilegais terem algum receio de procurar os serviços** existentes, o que poderá contribuir para situações de exploração e não acesso a direitos, nomeadamente, direitos básicos. Tal situação decorre principalmente das dificuldades de legalização (custo elevado da documentação para legalização e longo período de espera).

Associado ao problema anterior, está o facto de **as Juntas de Freguesia do concelho e outros serviços terem dificuldades burocráticas de auxílio aos imigrantes**, o que tem repercussões em situações de condução de viaturas sem documentos e de mendicidade organizada (romenos).

Um outro problema com que os imigrantes se deparam é o de **viverem muitas vezes em grupo (homens) ou em más condições**, o qual resulta, essencialmente, de situações de precariedade económica, e tem consequências ao nível do alcoolismo.

Um último problema identificado reporta-se a situações de **alguma prostituição**, que advêm sobretudo de dificuldades de legalização e de retenção de documentos por parte de intermediários ou patrões e que resulta nalguma agitação social.

O Centro de Saúde de Santarém propõe um outro problema que diz respeito ao **isolamento** de alguns imigrantes, fruto das dificuldades no acesso à legalização/ cidadania, o que reduz as possibilidades de acesso aos sistemas públicos, ao mercado de trabalho e ao acolhimento social comunitário.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas sugere ainda como problema o **atraso nas respostas e a perda de documentos**, fruto da falta de eficiência/mau atendimento por parte dos Serviços públicos, o que prejudica económica e socialmente os imigrantes e causa níveis elevados de ansiedade nesta população.

O mesmo serviço propõe ainda o problema da **má qualidade de vida e de carências alimentares** como preocupante, e que resulta de situações de desemprego e crise económica, traduzindo-se na descredibilização do nosso país e na marginalidade/mendicidade.

IMIGRAÇÃO - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Exploração laboral
- Legalização (custo elevado da documentação para legalização e longo período de espera)
- Receio de procura de serviços
- Dificuldades burocráticas nas respostas de apoio a imigrantes (serviços locais)
- Precariedade económica, habitacional e alimentar
- Prostituição (relativo...)
- Isolamento social

Etnias

Problemas e necessidades

Os parceiros da Rede Social de Santarém consideraram importante reflectir sobre problemas associados a uma etnia específica a residir no Concelho – a etnia cigana. Neste contexto foram identificados **4 problemas nucleares**, problemas estes motivados por causas de índole Cultural.

Uma primeira questão levantada diz respeito ao facto de a **maioria das famílias de etnia cigana apresentarem uma ausência de compromisso social – rejeição das regras sociais e exigência no acesso aos direitos**. Demonstram dificuldades na aceitação e cumprimento das normas de cidadania e respeito pelas comunidades envolventes, pressionando Técnicos e Serviços.

Outra questão identificada na comunidade de etnia cigana, é a **associação de alguns elementos a actividades ilícitas, actividades essas rentáveis do ponto de vista económico, mas que não são passíveis de serem contabilizadas e provadas as fontes de rendimento**. Esta situação conduz a casos de violência e agressividade e a conflitos inter-étnicos e desigualdades sociais.

Outro problema são as **más condições de habitabilidade** em que alguns agregados de etnia cigana vivem em Santarém, constitui um foco de preocupação para os agentes locais, especialmente porque estas más condições resultam em problemas sérios em matéria de saúde pública, e estão associados ao surgimento de novos bairros de barracas.

Na sua grande maioria a **população de etnia cigana apresenta baixa escolaridade e ausência de formação/competências profissionais**. Dedicam-se primordialmente à actividade comercial de venda ambulante, mesmo, sendo esta actividade actualmente pouco rentável rejeitam abandonar este estilo de vida. A comunidade cigana persiste num analfabetismo deliberado, que como consequência impossibilita ou limita a colocação profissional e o desenvolvimento de outras actividades.

As crianças, por seu lado, não têm uma frequência escolar regular e assídua e, por razões culturais, o abandono precoce é muito elevado, sendo muito mais acentuado no género feminino. Este problema conduz a uma replicação de modelos e não integração nas regras da sociedade portuguesa.

ETNIAS - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Relação entre direitos e deveres (compromisso social)
- Respeito pela comunidade envolvente
- Habitação
- Escolaridade
- Questões de segurança

Toxicodependência

Os dados locais disponíveis para esta problemática foram disponibilizados pelo Instituto de Segurança Social e reportam-se ao ano de 2008. O trabalho desenvolvido por este serviço permitiu apoiar 103 pessoas, maioritariamente do sexo masculino (82,5%), com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (86,4%), solteiros (65,0%), sem filhos (64,1%), com uma escolaridade igual ou inferior ao 2.º Ciclo do Ensino Básico (62,1%), desempregados (79,6%) e a viver sozinhos (50,5%).

Em matéria de situação face ao tratamento, a maioria destes 103 indivíduos eram acompanhados pelos serviços do CRI/CAT (54,4%). Os restantes 36,9% estavam inseridos em comunidades terapêuticas e apenas 4,9% não se encontravam em processo de tratamento. As demais situações eram residuais. Em termos de contratualização com a Segurança Social, 82,5% dos indivíduos encontravam-se em Programas de Inserção Contratualizados no âmbito do Rendimento Social de Inserção, e os restantes em situações contratualizadas no âmbito da Acção Social. Consequência destes processos de contratualização, é o facto de em matéria de prestações sociais, 80,6% dos indivíduos recebam Rendimento Social de Inserção e 16,5% recebam apoios económicos de acção social.

Quadro 65 – Caracterização sociodemográfica dos beneficiários – temática Toxicodependência (2008)

Grupo etário	Caracterização sociodemográfica dos beneficiários - temática TOXICODPENDÊNCIA												
	Período de referência dos dados												
	2008												
	Sexo		Estado civil			Descendência		Habilitações literárias					Total
M	F	Solteiro	Casado/União de facto	Divorciado/Separado	Com filhos	Sem filhos	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Sem informação		
15 - 24 anos	2	6	3	5	0	1	7	2	4	2	0	0	8
25 - 34 anos	37	8	29	14	2	19	26	14	13	9	6	3	45
35 - 44 anos	41	3	31	10	3	14	30	17	13	8	5	1	44
45 - 54 anos	5	1	4	2	0	3	3	1	0	4	0	1	6
Total	85	18	67	31	5	37	66	34	30	23	11	5	103

Fonte: Instituto de Segurança Social.

(continuação)

Grupo etário	Caracterização sociodemográfica dos beneficiários - temática TOXICODPENDÊNCIA															
	Período de referência dos dados															
	2008															
	Situação profissional				Coabitação						Alojamento					
Empregado	Desempregado	Estudante/Formação profissional	Outro	Sozinho	Casal	Casal com filhos	Pais/Irmãos	Com outro familiar	Com outra pessoa que não familiar	Casa própria	Casa de família	Parte casa/Quarto alugado	Sem habitação	Outra		
15 - 24 anos	1	6	1	0	2	4	1	1	0	0	0	2	3	0	3	8
25 - 34 anos	4	36	0	5	23	4	12	4	0	2	4	8	6	5	22	45
35 - 44 anos	8	35	0	1	23	6	9	5	1	0	12	9	9	4	10	44
45 - 54 anos	1	5	0	0	4	0	1	1	0	0	1	1	0	0	4	6
Total	14	82	1	6	52	14	23	11	1	2	17	20	18	9	39	103

Fonte: Instituto de Segurança Social.

(conclusão)

Grupo etário	Caracterização sociodemográfica dos beneficiários - temática TOXICODPENDÊNCIA														
	Período de referência dos dados														
	2008														
	Situação face ao tratamento					N.º de Programas de Inserção Contratualizados Rendimento Social de Inserção	N.º de Situações contratualizadas Acção Social	Prestações sociais							Total
CRICAT	Comunidade terapêutica	Não está em tratamento	Outro	Sem informação	RSI			Pensão social	Pensão de invalidez	Pensão de velhice	Subsídio de desemprego	Outra - Apoio económico Acção Social	Sem qualquer prestação social		
15 - 24 anos	6	2	0	0	0	8	0	8	0	0	0	0	2	0	8
25 - 34 anos	25	17	2	1	0	34	11	33	3	1	0	0	7	1	45
35 - 44 anos	24	15	2	2	1	39	6	38	1	0	0	0	6	2	44
45 - 54 anos	1	4	1	0	0	4	2	4	0	0	0	0	2	0	6
Total	56	38	5	3	1	85	19	83	4	1	0	0	17	3	103

Fonte: Instituto de Segurança Social.

Ao nível da toxicodpendência há, ainda, a referir o trabalho desenvolvido pela Associação Picapau (sedeada em Almoester) com a disponibilização de diversas respostas, das quais se destaca um apartamento de inserção em Marvila, com capacidade para 7 pessoas, e dois apartamentos de inserção em São Nicolau, com capacidade para 13 pessoas na totalidade. De salientar que qualquer uma destas respostas apresenta uma taxa de ocupação de 100%.

Problemas e necessidades

A problemática da toxicodpendência, pese embora o facto de não estar contemplada no PNAI, constitui uma preocupação dos agentes de desenvolvimento social do concelho de Santarém, tendo sido identificados **5 problemas centrais**, três dos quais se prendem com o **aumento dos consumos de cocaína, de drogas de síntese** (situação mais evidente nos jovens) e **de álcool** (cada vez mais cedo, afectando os jovens).

O aumento dos consumos das substâncias acima enunciadas tem como principais causas algumas motivações sociais e questões de grupos. No caso do consumo de cocaína, os parceiros da Rede Social identificaram ainda como causa do problema a delinquência e comportamentos desviantes. O CAT sugere que esta causa deve ser considerada consequência, e avança com um conjunto de outras causas associadas a questões de mercado e a situações concretas de cada consumidor (substância de substituição, antidepressivo, substância psicoactiva que não provoca degradação física aparente, entre outras). No que diz respeito às consequências associadas à manutenção ou agravamento deste problema, são assinaladas pelo CAT o aumento da actividade delinvente e as perturbações psíquicas.

No caso das drogas de síntese, o CAT avança como principais causas:

- Questões de mercado;
- Falta de informação científica;
- Mito do carácter inofensivo destas substâncias;
- Diminuição da idade com que se inicia a frequência desacompanhada de estabelecimentos de lazer nocturnos;
- Diminuição do controlo parental.

E como principais consequências os comportamentos desviantes e de risco e as perturbações psiquiátricas.

No caso do consumo de álcool, as principais causas do aumento dos consumos são:

- Questões de mercado;
- Situações concretas de cada consumidor (substância de substituição, antidepressivo, substância psicoactiva que não provoca degradação física aparente, entre outras);
- Elevada tolerância social ao consumo;
- Elevada pressão social para o consumo (publicidade, patrocínio de festivais, etc.);
- Crescente exigência parental e social para níveis de sucesso escolar superior (com vista à frequência universitária), o que provoca excessivo stress e pressão nos jovens que ao fim de semana necessitam de “descarregar” sem limites.

E as principais consequências são o aumento da actividade delinquente e as perturbações psíquicas.

Um outro problema que foi identificado como necessitando de uma intervenção célere diz respeito **às dificuldades de reinserção social e profissional**, o que tem sérias implicações ao nível do risco de recaída. As principais causas que estão na base deste problema são:

- Resistências/preconceitos face ao resto da sociedade;
- Falta de suporte familiar;
- Pessoas que estiveram muito tempo fora do mercado e da sociedade e “perderam” *skills*;
- Algumas resistências dos empregadores;
- Inexistência de uma resposta em termos simultaneamente ocupacionais, laborais e formativos que permita enquadrar e preparar a vida activa, com alguma autonomia financeira.

De salientar que, segundo indicação do CAT, existe uma progressiva compreensão e informação das pessoas em relação à toxicodependência como doença e até talvez uma maior consciência social relativamente ao fenómeno e à dimensão que o mesmo atingiu, incluindo entidades empregadoras. Acontece porém que o toxicodependente concorre com um cada vez mais elevado número de outros desempregados, muitas vezes com formação académica superior.

Por último, foi referido o facto de existir um **fraco enquadramento familiar das pessoas toxicodependentes (as famílias desvinculam-se do problema)**, o que faz recair sobre o trabalho institucional uma forte responsabilidade na medida em que se afigura como a única saída para muitas destas pessoas. As principais causas deste fraco enquadramento prendem-se com contextos familiares desestruturados e com o facto de as famílias se desgastarem com recaídas sucessivas.

De referir que o CAT salienta o facto de este fenómeno não se ter agravado. O que se regista a este nível é um aumento do número de indivíduos que recorrem aos serviços e instituições locais e que não são de Santarém, pelo que não dispõem de rede familiar, nem têm uma situação laboral definida.

TOXICODEPENDÊNCIA - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Aumento dos consumos de cocaína, de drogas de síntese (situação mais evidente nos jovens) e de álcool
- Reinserção social e profissional
- Enquadramento familiar das pessoas toxicodependentes

Saúde mental

Problemas e necessidades

No que se refere a problemas do foro da saúde mental (outra área não contemplada no PNAI), os parceiros da Rede Social de Santarém enumeraram **9 questões críticas**, a primeira das quais se relaciona com as **dificuldades de inserção social e profissional** das pessoas com este tipo de problemas, o que por si só agrava a situação de doença em que se encontram. As principais causas desta dificuldade de inserção prendem-se com: 1) resistências dos empregadores; 2) estigma social; 3) não se conseguem respostas para estas pessoas em medidas como o RSI. De referir que o **estigma social** face a este problema é de tal forma preocupante, que os agentes sociais presentes no workshop o identificaram como um problema em si mesmo, com causas de índole histórica muitas “pesadas” e com consequências gravosas ao nível do desemprego e de falta de oportunidades laborais.

Um outro problema levantado pelos agentes sociais de Santarém reporta-se ao facto de existirem **pessoas com problemas de saúde mental sem respostas adequadas**, o que **limita seriamente o acesso aos seus direitos** (o parceiros consideram esta questão do acesso a direitos como um problema autónomo). Esta falta de respostas advém das seguintes causas: 1) confusão de conceitos; 2) confusão de práticas; 3) falta de dados de caracterização desta problemática.

A estes problemas são ainda adicionados outros, cuja reflexão merecerá um maior aprofundamento, a saber:

- **Índice significativo de psicoses** (cujas principais consequências estão na desestruturação das famílias e exclusão social e as principais causas nas doenças mentais, consumo de drogas e doenças físicas e neurológicas);
- **Doença de Alzheimer e outras** (cujas principais consequências estão nas depressões e desestruturação das famílias);
- **Médicos pouco receptivos a participarem activamente no combate aos problemas** (cujas principais consequências estão no isolamento social, intervenção tardia e reforço do estigma social e as principais causas na fraca sensibilização da classe médica para questões de saúde mental).

O Centro de Saúde de Santarém propõe que este último problema seja substituído por outro, a saber: **Constrangimentos na intervenção**. Segundo este agente local, o problema indicado tem como principal causa a insuficiente informação/formação aos diferentes profissionais da área da saúde e dos outros sectores envolvidos e como principal consequência o facto de alguns profissionais (Médicos) estarem pouco receptivos a participarem activamente no combate aos problemas.

O Centro de Saúde propõe uma reflexão sobre outro problema - **Insuficiências de respostas nos serviços de Saúde Mental**, na medida em que considera que existem poucas respostas ao nível de:

- Unidade de reabilitação para aquisição de competências (Fórum só dá resposta a 10 utentes);
- Programas psico-educacionais para doentes e famílias (só nível hospitalar);
- Unidade de vida (protegida, semi-protegida e apoiada) para doentes crónicos mais dependentes (inexistente);

- Serviço de apoio domiciliário integrado (inexistente).

Este défice de respostas tem implicações ao nível do agravamento da doença na população de doença mental pela ausência de resposta adequada e atempada.

Por último, o Centro de Saúde sugere uma reflexão sobre o problema da **escassa resposta ao nível da Saúde Mental da Infância e Juventude**, que advém da escassez de recursos na área de saúde mental da infância e juventude e que resulta no facto de não se poder efectuar eficazmente uma prevenção de psicoses futuras.

SAÚDE MENTAL - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Inserção social e profissional
- Estigma social
- Défice de respostas adequadas (nota para a área da infância e juventude)
- Dificuldades no acesso a direitos
- Superar constrangimentos diversos

Sem-abrigo

Problemas e necessidades

Relativamente à problemática dos sem-abrigo (não identificada no PNAI), os parceiros da Rede Social identificaram como problema a **existência de uma população sem-abrigo no concelho de Santarém, com incidência nas freguesias urbanas**. Este problema resulta, em grande parte, de fenómenos de imigração ilegal, de toxicod dependência, de alcoolismo, de doença mental, de desestruturação familiar, de dificuldades económicas e de desinstitucionalização e tem como principais consequências: 1) Questões de saúde pública; 2) Falta de respostas específicas; 3) Pessoas sem condições de habitabilidade (ocupação de casas devolutas existentes na cidade, por grupos ou indivíduos isolados, casas essas sem condições de habitabilidade, e outros espaços degradados); 4) Custo do alojamento; 5) Doença mental.

De salientar o facto de Santarém, enquanto território, funcionar como central na passagem e concentração de sem-abrigo, pelo facto de possuir Instituições de Apoio e também por ter Equipas de Rua e Comunidades Terapêuticas com actuação na área da toxicod dependência.

Uma outra situação que foi referenciada prende-se com uma **nova geração de excluídos**, resultante das actuais crises económica e de valores, mas também do fenómeno do desemprego, de consumos de substâncias e do efeito de algumas políticas sociais. Este problema tem como principais consequências a marginalização e exclusão social, bem como a pobreza (sem meios de subsistência).

Outro problema identificado diz respeito a alguns **comportamentos desviantes registados nesta população**, que advém de uma necessidade de sobrevivência e que resultam em procedimentos de risco – actividades delinquentes e invasão de espaços públicos e privados.

Por fim, é identificado ainda o problema dos **grandes constrangimentos em efectivar a inclusão social** destas pessoas, fruto das dificuldades em criar respostas sociais adequadas a esta população.

Para fazer face a estes e outros problemas associados com a população sem-abrigo em Santarém, apenas existe a resposta da Santa Casa da Misericórdia de Santarém – Centro de Atendimento e Acolhimento Social, com acordo para 15 utentes, 5 dos quais em alojamento para processo de inserção, que actualmente acolhe 40 utentes.

SEM ABRIGO - PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO IDENTIFICADAS PELOS PARCEIROS

- Saúde pública
- Respostas sociais
- Saúde mental
- Inclusão social e profissional
- Habitação

Territorialização dos problemas e necessidades

Em matéria de territorialização dos problemas e necessidades do concelho de Santarém identificados no capítulo anterior, os actores locais reuniram-se em três *workshops* de discussão, donde resultou a reflexão que se segue.

Nas **freguesias de Achete, Abitureiras, Póvoa de Santarém e Vale de Santarém**, os parceiros da Rede Social consideraram que os principais problemas verificados nestes territórios incidem sobre: 1) o aumento de consumos de drogas e álcool; 2) o abandono familiar dos jovens; 3) o isolamento social de idosos; 4) a existência de mulheres vítimas de violência doméstica; 5) as más condições de habitabilidade em que vivem alguns imigrantes; 6) as dificuldades de acessibilidades para deficientes; 7) o desemprego; 8) o facto de as pessoas de etnia cigana não conseguirem desenvolver um equilíbrio entre direitos e deveres sociais e cívicos.

Os dois primeiros problemas, apesar de as organizações terem considerado que são transversais ao concelho de Santarém, fazem-se sentir com particular acuidade na freguesia de Achete, não existindo neste território específico qualquer recurso que possa ser accionado para o efeito. O problema do isolamento social dos idosos, fruto designadamente da falta de respostas ao fim-de-semana (falta de alimentação e medicamentos) e no período da noite, assim como do desinteresse das famílias e da conseqüente falta de apoio da estrutura familiar, faz-se sentir essencialmente na freguesia de Abitureiras (onde apenas existe um centro de dia – CAF). O fenómeno da violência doméstica sobre mulheres, e cuja origem está, sobretudo, em questões culturais, é transversal às freguesias do norte do concelho, sendo que nesta área o Gabinete de apoio à vítima desempenha um papel importante. O problema relacionado com as más condições de habitabilidade em que vivem alguns imigrantes (grupos a viver em espaços sem condições ou de dimensões desadequadas) é recenseado para a freguesia de Póvoa de Santarém, onde não existe no momento qualquer recurso que permita fazer face a esta situação. Uma outra questão que mereceu a atenção dos parceiros da Rede Social prende-se com a população com deficiência (mas que pode ser transposto para todas as pessoas com mobilidade condicionada) e diz respeito às dificuldades de acessibilidade, fruto da existência de barreiras arquitectónicas, a serviços e bens essenciais para uma verdadeira qualidade de vida e um pleno exercício da sua cidadania. Este é um problema transversal a todo o concelho. Por último, foram identificados dois problemas que se fazem sentir essencialmente na freguesia de Vale de Santarém: desemprego e o facto de as pessoas de etnia cigana não conseguirem desenvolver um equilíbrio entre direitos e deveres sociais e cívicos, na existindo neste território qualquer recurso que permita fazer face, do ponto de vista estrutural e continuado no tempo, a estes problemas.

Problema	Descrição do problema	Incidência territorial e recursos		
		Período de referência dos dados		
		2009		
		Concelho	Freguesia	Recursos
Aumento de consumos de drogas e álcool	...	X	Achete	-
Abandono familiar dos jovens	Pais ausentes ou alheados dos problemas dos filhos	X	Achete	-
Isolamento social de idosos	Isolamento aos fins-de-semana (falta de alimentação e medicamentos) Falta de respostas nocturnas Desinteresse das famílias/falta de apoio da estrutura familiar	X	Abitureiras	CAF (centro de dia)
Mulheres vítimas de violência doméstica	Questões culturais (ser visto como não-problema)	-	Freguesias do norte do concelho: Achete, Pernes, Vaqueiros, S. Vicente do Paul, Arneiro dos Milhariços, Casével, etc...	Gabinete de apoio à vítima
Imigração – Más condições de habitabilidade	Grupos a viver em espaços sem condições ou de dimensões desadequadas	-	Póvoa de Santarém	-
Problemas de acessibilidade para deficientes	Existência de barreiras arquitectónicas	X	-	-
Desemprego	Fecho de fábricas e empresas (e.g. Azambuja, etc)	-	Vale de Santarém	-
Etnia cigana só pretendem direitos e não deveres	Comunidade de dimensão elevada e já instalada	-	Vale de Santarém	-

Fonte: Workshops territoriais.

Nas **freguesias de Pernes e Alcanede**, a reflexão dos parceiros da Rede Social incidiu, sobretudo, sobre três grandes problemas: 1) insuficiência de equipamentos sociais ao nível da infância; 2) desemprego; 3) toxicodependência.

No que diz respeito ao primeiro problema, sentido nas duas freguesias em questão, a principal questão diz respeito aos equipamentos para a primeira infância – creche –, situação que se faz sentir em ambas as freguesias e que condiciona, nomeadamente, os casais mais jovens, quer em termos de fixação de população quer em termos de facilitação da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (na medida em que os casais residentes nas freguesias se vêem obrigados, não raras vezes, a levar os filhos consigo para os territórios onde trabalham). Relativamente ao problema do desemprego, especialmente sentido na freguesia de Pernes, este resulta essencialmente do encerramento de fábricas de torneados de madeira (a principal indústria empregadora da freguesia). No que toca ao problema da toxicodependência, uma realidade em ambas as freguesias, os parceiros sublinham o aumento do número de indivíduos com comportamentos de risco, nomeadamente jovens provenientes de famílias desestruturadas e população escolar.

Problema	Descrição do problema	Incidência territorial e recursos		
		Período de referência dos dados		
		2009		
		Concelho	Freguesia	Recursos
Insuficiência de equipamentos sociais ao nível da infância	Falta de Creches; Pais trabalham noutros Concelhos e acabam por levar as crianças por falta de opção; Dificulta a fixação de jovens casais.	-	Pernes e Alcanede	Inexistentes (equipamentos – existe um lucrativo mas não responde às necessidades) Recurso a avós e parentes chegados
Desemprego	Encerramento das fábricas de torneados de madeira, principal indústria empregadora em Pernes	-	Pernes e lugares da freguesia	-
Toxicodependência	Aumento de números de indivíduos com comportamentos de risco, nomeadamente jovens provenientes de famílias desestruturadas e população escolar	-	Pernes e Alcanede	-

Fonte: Workshops territoriais.

Os parceiros da Rede Social com actuação nas **freguesias de Marvila, São Salvador e Ribeira de Santarém**, consideraram que os principais problemas que afectam a população residente nestes territórios são: 1) a etnia cigana não respeitar a comunidade local ou acatar deveres; 2) desemprego/inserção no local de trabalho; 3) precariedade económica; 4) toxicodependência; 5) más condições de habitabilidade; 6) saúde mental; 7) imigração.

Três dos problemas identificados não dizem respeito apenas às freguesias em questão, fazendo-se sentir, antes, em todo o concelho de Santarém. São os problemas do desemprego e da dificuldade de inserção no local de trabalho, fruto de questões estruturais como as fracas qualificações escolares e profissionais da população, condicionadoras da inserção no mercado de trabalho. Para a minimização desta situação, o concelho regista um conjunto de cursos de formação, proporcionados por um leque bastante abrangente de entidades formadoras (sentido lato). Um outro problema transversal ao concelho prende-se com o fenómeno da toxicodependência, o qual se considera associado a questões como o baixo nível social e educacional da população, a desintegração social e alguns problemas de saúde mental. O trabalho nesta área problemática tem estado a cargo do CAT, da Associação Pica-Pau e da Remar, entidades de referência nesta área no concelho de Santarém. O último problema identificado como transversal relaciona-se com o fenómeno da imigração e com a formação como os processos de integração social destas pessoas se desenvolvem. Neste momento, apenas é possível contar com os serviços oficiais para fazer face aos problemas associados a esta população, que passam sobretudo pela falta de informação sobre os serviços disponíveis para inserção social das pessoas imigrantes.

Os demais problemas identificados apresentam uma territorialização mais específica, nomeadamente os que se prendem com o facto de as pessoas de etnia cigana não acatarem os deveres sociais, cívicos e legais inerentes à sociedade portuguesa. Estes problemas fazem-se sentir em freguesias como Marvila e São Salvador, onde existem terrenos livres para acampamento. Um outro problema mais específico, sentido com especial acuidade na freguesia de Ribeira de Santarém, diz respeito às más condições de habitabilidade em que vários munícipes vivem, cuja minimização depende, essencialmente, dos recursos da autarquia e dos fundos comunitários. Este grupo de parceiros identificou, ainda, mas sem proceder à sua territorialização, problemas associados à precariedade económica (causada principalmente pelos baixos níveis educacionais da população, pelo desemprego e pelo alcoolismo/toxicodependência) e à saúde mental de algumas faixas da população (e.g. população sem-abrigo). Para a resolução deste último problema, é certamente importante o contributo de entidades como o Hospital de Santarém (serviço de psiquiatria), a Santa Casa da Misericórdia de Santarém e as equipas de rua que estão no terreno.

Problema	Descrição do problema	Incidência territorial e recursos		
		Período de referência dos dados		
		2009		
		Concelho	Freguesia	Recursos
Etnia Cigana não respeitar a comunidade local ou acatar deveres	Não acatam deveres; Não cumprem a lei	-	Marvila, São Salvador e outras	Terrenos para acampamento
Desemprego / Inserção no local de trabalho	Fracas qualificações escolares e profissionais que dificultam inserção no mercado de trabalho	X	-	Cursos existentes nas diversas entidades Públicas e privadas; Grupos e Associações sócio-culturais; Escolas Ensino regular e profissional; Recursos turísticos e culturais
Precariedade económica	Baixo nível educacional; Desemprego; Alcoolismo/Toxicodependência	-	-	-
Toxicodependência	Baixo nível social e educacional; Desintegração social; Problemas de saúde mental	X	-	CAT; Associação Pica-Pau; Remar
Más condições de habitabilidade	Parque habitacional degradado; Grande reincidência no RSI	-	Ribeira de Santarém	Autarquia; Fundos comunitários
Saúde Mental	Ausência de diagnósticos na área de saúde mental; População sem-abrigo (ligação de várias problemáticas- e.g. álcool / saúde mental)	-	-	Serviço de psiquiatria do Hospital de Santarém; SCM Santarém; Equipas de rua
Imigração	Falta de informação sobre serviços disponíveis para inserção social	X	-	Serviços oficiais existentes

Fonte: Workshops territoriais.

Bibliografia

ASCHER, François (1998) Metapolis. Acerca do futuro da cidade, Lisboa: Celta Editora.

SCHIEFER, Ulrich et al. (2006) MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos, São João do Estoril: Principia

Anexos e Apêndices

RSI

Processos	RSI
	Período de referência dos dados
	2008
	SCMS
Entrados	393
Deferidos	186
Indeferidos	180
Cessados	197
Arquivados	6

Fonte: Instituto de Segurança Social.

Idade	Beneficiários do RSI, por titularidade	
	Período de referência dos dados	
	2008	
	Sexo	
	M	F
< 18 anos	0	0
18 anos	0	0
19 anos	0	3
20 - 24 anos	1	23
25 - 29 anos	11	31
30 - 34 anos	15	47
35 - 39 anos	23	51
40 - 44 anos	31	48
45 - 49 anos	22	35
50 - 54 anos	18	34
55 - 59 anos	25	20
60 - 64 anos	25	24
>= 65 anos	17	33
Total	188	349

Fonte: Instituto de Segurança Social.

Idade	Beneficiários do RSI
	Período de referência dos dados
	2008
< 18 anos	516
18 anos	19
19 anos	23
20 - 24 anos	58
25 - 29 anos	79
30 - 34 anos	98
35 - 39 anos	106
40 - 44 anos	108
45 - 49 anos	83
50 - 54 anos	71
55 - 59 anos	59
60 - 64 anos	69
>= 65 anos	97
Total	1386

Fonte: Instituto de Segurança Social.

Idade	Agregados familiares do RSI, por tipo de família
	Período de referência dos dados
	2008
	N.º
Alargada	20
Composta	1
Desconhecido	155
Isolada	116
Monoparental	88
Nuclear com filhos	101
Nuclear sem filhos	46
Extensa	21
Total	548
Fonte: Instituto de Segurança Social.	

Idade	Processos activos	
	Período de referência dos dados	
	Dezembro de 2008	
	N.º	
Abitureiras		5
Abrã		2
Achete		15
Alcanede		37
Alcanhões		19
Almoster		20
Amiais de Baixo		9
Arneiro das Milhariças		5
Azóia Baixo		0
Azóia Cima		8
Casável		4
Gançaria		7
Moçarria		3
Pernes		29
Pombalinho		5
Póvoa Isenta		8
Póvoa Santarém		11
Romeira		6
Santa Iria Ribeira		35
Marvila		117
São Nicolau		55
São Salvador		70
São Vicente de Paúl		15
Tremes		20
Vale Figueira		17
Vale de Santarém		15
Vaqueiros		4
Várzea		13
Total		554

Fonte: Instituto de Segurança Social.

Área	Apoios complementares					
	Período de referência dos dados					
	2008					
	SCMS	CSIS	ADSCS	PICAPAU	CD Santarém	Total
Saúde	28	113	95	12	21	269
Habituação	5	17	6	0	4	32
Educação	1	8	7	0	0	16
Transporte	2	1	4	0	0	7
Outros	0	0	3	0	0	3
Total	36	139	115	12	25	327

Fonte: Instituto de Segurança Social.

SAÚDE

Indicadores		Saúde
		Período de referência dos dados
		2008
		Valor, Número ou Percentagem
Utentes inscritos	Total	78 905
	Sem médico de família	5 742
	Com médico de família (homens)	29 964
	Com médico de família (mulheres)	32 758
	Inscrição esporádica (homens)	4 541
	Inscrição esporádica (mulheres)	5 900
Consulta de planeamento familiar	Primeira consulta do ano	3 969
	Seguintes consultas	1 979
Consulta saúde materna	Primeira gravidez (1.º T)	390
	Primeira gravidez (2.º T)	75
	Primeira gravidez (3.º T)	26
	Segunda gravidez	2 645
	Revisão de puerpério	186
Consulta de saúde infantil	Consulta de Vida até aos 11 meses	458
	Consulta de Vigilância dos 12 aos 23 meses	2 658
	Consulta por Doença dos 12 aos 23 meses	1 219
	Consulta de Vigilância dos 2 aos 13 anos	4 444
	Consulta por Doença dos 2 aos 13 anos	5 597
	Consulta de exame global 5/6 anos	491
	Consulta de exame global 11/13 anos	209
Consulta de saúde juvenil	Consulta de vigilância dos 14 aos 18 anos	1 348
	Consulta por doença dos 14 aos 18 anos	2 267
	Consulta de exame 15 anos	47
Consulta de Saúde do Adulto	Homens (19 - 44 anos)	10 873
	Homens (45 - 65 anos)	19 373
	Mulheres (19 - 44 anos)	20 407
	Mulheres (45 - 65 anos)	31 801
Consulta de Saúde do Idoso	Homens (+ 65 anos)	30 837
	Mulheres (+ 65 anos)	48 601

Fonte: Centro de Saúde

Indicadores		Saúde
		Período de referência dos dados 2008
		Valor, Número ou Percentagem
Consulta do Diabético	Total	-
Consulta de Reforço	Total	16 846
Consulta Domicílios – Médicos	Homens	379
	Mulheres	700
Atendimento Complementar	Consultas Médicas - Doença	14 435
	Consultas Médicas - Acidente de trabalho	1
	Consultas Médicas - Agressão	2
	Consultas Médicas - Acidente Doméstico	1
Consulta de Psicologia	Acompanhamentos efectuados (nº de consultas)	1 330
Terapia Ocupacional	Actos praticados pela técnica de Terapia Ocupacional	2 990
Cuidados Continuados Integrados	Domicílios efectuados pela equipa, nas freguesias Urbanas, Alcanhões e Abitureiras	4 665
Saúde escolar	Crianças abrangidas pelo Programa de Saúde Escolar Pré-Escolar (nº)	1 025
	Crianças abrangidas pelo Programa de Saúde Escolar 1º ciclo (nº)	2 623
	Crianças abrangidas pelo Programa de Saúde Escolar 2º ciclo (nº)	282
	Crianças abrangidas pelo Programa de Saúde Escolar 3º ciclo (nº)	331
	Crianças abrangidas pelo Programa de Saúde Escolar Secundário (nº)	56
	Crianças abrangidas pelo Programa de Saúde Escolar Outro Nível (nº)	60
Saúde oral (1.º CEB)	Crianças que beneficiaram do Programa Saúde Oral- Flúor (nº)	2 391
	Crianças que beneficiaram do Programa Saúde Oral- Educação para a Saúde (nº)	1 019
	Crianças que beneficiaram do Programa Saúde Oral- Aplicação de Selantes (nº)	569
	Crianças que beneficiaram do Programa Saúde Oral- Médico (nº)	347

Fonte: Centro de Saúde